

# **A Arqueologia Urbana em Lisboa e a Praxis Empresarial**

**Olímpia Cristina da Silva Meirinho**

## **Relatório de Estágio de Mestrado em Arqueologia**

Olímpia Cristina da Silva Meirinho  
A Arqueologia Urbana em Lisboa e a Praxis Empresarial  
Outubro de 2015

**Outubro, 2015**

## [DECLARAÇÕES]

Declaro que este Relatório é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato

---

Lisboa, 30 de Outubro de 2015

Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador da FCSH

---

Lisboa, 30 de Outubro de 2015

Declaro que este Relatório se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A co-orientadora da Era-Arqueologia S.A.

---

Lisboa, 30 de Outubro de 2015

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários  
à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, realizado sob a orientação  
científica do Prof. Doutor Rodrigo Banha da Silva

*Dedicado a Alberto e Helena Meirinho*

## **Agradecimentos**

Uma página com sentimentos pessoais de gratidão e apreço, faz parecer tão simples de redigir mas de simples não teve nada. É convencional que aqui se agradeça a todos os que contribuíram de alguma forma. Mas quem são o “todos”? Os que tiveram mais intervenção ou os que, mesmo pouco, tiveram algum gesto que possa ter representado uma diferença?

Foi-me dito que é o lugar onde “se diz o que vai no coração” e que nós escolhemos quem mencionar. Mas estando eu a expressar sentimentos tão profundos e íntimos como posso escolher? Sem falar do problema de quem referir primeiro. Algo tão íntimo como a gratidão de uma pessoa parece-me um assunto que apenas a essas pessoas interessa e diz respeito, sem necessidade de eleição individual e de classificação numa escala de preferência.

Assim começo por agradecer de forma mais sentida e especial possível a todas as pessoas que, fazendo parte da minha vida, sempre me apoiaram, incentivaram e continuam a incentivar, que me tornaram quem sou e continuam a transformar, todos sabem quem são e nunca serão esquecidos.

Refiro apenas um particular agradecimento:

Aos meus pais, Alberto e Helena Meirinho por tudo o que fizeram por mim ao longo da minha vida, sem eles nada teria sido possível.

Ao Prof. Doutor Rodrigo Banha da Silva e à Dr.<sup>a</sup> Sandra Brazuna pelo trabalho, apoio e compreensão que dedicaram, a mim e ao meu trabalho, durante este ano lectivo.

A Bruno Vilelas, Pedro Silva, Sofia Pereira, André Samora, Beatriz Fonte, Catarina Caçador, Catarina Meira, António (VC) Santos, Ricardo Gomes, Fábio Silva, pelo trabalho que realizaram, foi muito bom retirar algum peso dos ombros.

A todas as pessoas com quem lidei durante o meu estágio na Era-Arqueologia, por me terem recebido e integrado na equipa, tornando esta experiência muito mais prazerosa e enriquecedora.

# **A Arqueologia Urbana em Lisboa e a Praxis Empresarial**

**Olímpia Cristina da Silva Meirinho**

## **[RESUMO]**

## **[ABSTRACT]**

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia Urbana, Arqueologia Empresarial, Era-Arqueologia, Lisboa, Estágio

**KEYWORDS:** Urban Archaeology, Enterprise Archaeology, Era-Arqueologia, Lisbon, Internship

O presente relatório resultou do estágio efectuado na Era-Arqueologia S.A., no âmbito da componente não lectiva do Mestrado em Arqueologia. O seu objectivo foi dar um contributo para a compreensão do estado actual da Arqueologia Urbana e Empresarial especificamente na cidade de Lisboa, através da experiencia e informação obtidas durante a realização do estágio na empresa.

The following report resulted from the internship carried out in Era-Arqueologia S.A., the non-teaching component of the Master in Archaeology. It's purpose was to give a contribute for the understanding of the current state of Urban and Enterprise Archaeology specifically in Lisbon, through experience and information obtained during the course of the internship in the company.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AAP – Associação de Arqueólogos Portugueses

APA – Associação Profissional de Arqueólogos

Pró- APA – Pró- Associação Profissional dos Arqueólogos

CAL – Centro de Arqueologia de Lisboa

DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural

EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva, S.A.

EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural

Era – Era-Arqueologia S.A.

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPA - Instituto Português de Arqueologia

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico

IPPC - Instituto Português do Património Cultural

PDM – Plano Director Municipal

PATA – Pedido de Autorização de Trabalhos Arqueológicos

RTA – Regulamento de Trabalho Arqueológicos



# INDICE

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>1. A ARQUEOLOGIA URBANA</b>	<b>5</b>
1.1. ARQUEOLOGIA URBANA VS ARQUEOLOGIA EM MEIO URBANO	5
1.2. LISBOA: A SUA PRAXIS	7
<b>2. ARQUEOLOGIA EMPRESARIAL</b>	<b>15</b>
<b>3. A INSTITUIÇÃO: ERA-ARQUEOLOGIA</b>	<b>27</b>
3.1. O FUNCIONAMENTO DA EMPRESA	27
<b>4. METODOLOGIA DE TRABALHO</b>	<b>35</b>
4.1. ACOMPANHAMENTO:	35
4.2. ESCAVAÇÃO:	36
4.3. LABORATÓRIO:	37
4.4. TRABALHO DE APOIO À COORDENAÇÃO/ADMINISTRATIVO:	39
4.5. TRABALHO DE DESENHO E TOPOGRÁFICO:	40
<b>5. TRABALHO REALIZADO</b>	<b>41</b>
5.1. ACOMPANHAMENTO	41
5.2. ESCAVAÇÃO	49
5.3. TRABALHO DE LABORATÓRIO	56
5.4. TRABALHO DE APOIO À COORDENAÇÃO/ ADMINISTRATIVO	64
5.5. TRABALHO TOPOGRÁFICO	70
<b>6. DISCUSSÃO</b>	<b>73</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>81</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>87</b>



# INTRODUÇÃO

No âmbito da componente não-lectiva efectuei um Estágio, com Relatório Final, para obtenção do grau de Mestre em Arqueologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com uma duração de 6 meses.

Este Estágio desenvolveu-se na Era-Arqueologia S.A., Empresa de Arqueologia, segundo a orientação científica do Prof. Dr. Rodrigo Banha da Silva (FCSH-UNL) e da Dr.<sup>a</sup> Sandra Brazuna (Era-Arqueologia).

O principal objectivo foi dar um contributo para o conhecimento da actual realidade da Arqueologia Empresarial e da Arqueologia Urbana, duas áreas diferentes mas que se apresentam em constante contacto, no caso particular da cidade de Lisboa, utilizando especificamente o conhecimento adquirido durante a realização do estágio.

Tinha também o objectivo secundário de experienciar uma realidade arqueológica diferente da académica, apresentada durante a licenciatura e primeiro ano de mestrado.

A escolha deste tema prendeu-se com o interesse em mim suscitado durante o Seminário de Arqueologia Urbana, bem como motivação de ter a primeira experiência profissional de arqueologia.

Neste sentido os objectivos deste relatório são:

- Relatar a experiência pessoal sobre o trabalho no mundo empresarial de um recém-licenciado, utilizando-a para compreender as áreas em foco;
- Contribuir para o conhecimento do estado actual da arqueologia empresarial e, em que medida esta tem um papel importante para a arqueologia e como pode contribuir para a produção de conhecimento;
- Contribuir para a percepção da relevância da existência de arqueologia urbana na zona de Lisboa no sentido estrito do conceito, na medida em que são necessárias coesões e standardização dos registos e trabalhos realizados;
- Compreender o *modus operandis* da ERA-Arqueologia S.A. e a evolução existente que levou às práticas utilizadas actualmente.



# 1. A ARQUEOLOGIA URBANA

*“Em Lisboa, como resultado das características da ocupação humana do seu actual território, haveria lugar quer a uma arqueologia urbana assim entendida, como, noutros espaços fora do centro histórico, a uma arqueologia de meio urbanizado, distinta daquela.”*

(SILVA, 1999, p.239)

## 1.1. Arqueologia Urbana vs Arqueologia em meio Urbano

O conceito de arqueologia urbana começou a formar-se no pós 2ª Guerra Mundial, devido à grande reconstrução que estava a acontecer e à necessidade de definir metodologias e enquadramentos arqueológicos das intervenções de salvamento praticadas em todas as cidades em reconstrução. Esta situação conduz ao conceito de arqueologia urbana, estando já vulgarizado na Europa nos anos 70 e com uma aplicação indiferenciada a qualquer arqueologia praticada em cidade (SILVA, 1999, p.232; BUGALHÃO, 2008, p.218; REAL, 2002, p.7).

Relativamente à realidade portuguesa, foi o mesmo conceito utilizado por Alexandra Gaspar, Francisco Lemos e Manuela Delgado<sup>1</sup>, que estabelecerem uma distinção entre Arqueologia em Meio Urbano e Arqueologia Urbana. Vai originar uma nova área de estudo arqueológico de carácter temático, teórico e interdisciplinar (SILVA, 1999, p.232-233).

Neste sentido passaram a distinguir-se três distintos entendimentos de Arqueologia Urbana: a *Arqueologia do Urbanismo*, a *Arqueologia em Meio Urbano* e a *Arqueologia das Cidades Vivas*, relacionado com o estudo das cidades antigas que subjazem a cidade actual (SILVA, 1999, p.233).

---

<sup>1</sup> Estariam na altura ligados ao projecto *Bracara Augusta* iniciado em 1976, com uma duração de sensivelmente 14 anos de escavação e estudo, o que os levou a esta diferente concepção. (SILVA, 1999; LEMOS, MARTINS, 1992)

A Arqueologia Urbana como Arqueologia do Urbanismo consiste na utilização de métodos e práticas próprias da arqueologia para estudar o fenómeno urbano, muito praticado pelos “*Arqueólogos da Arquitectura*” e pode ser realizado tanto em cidades actuais como já “mortas”, não sendo relevante se o local se encontra actualmente urbanizado (SILVA, 1999, p.233).

A Arqueologia em Meio Urbano está relacionada com o local onde esta se desenvolve, ou seja a realização de intervenções em aglomerados urbanos ou a ser urbanizados, podendo estar relacionadas com intervenções de salvamento ou acompanhamento arqueológico, “*independentemente de existir uma relação ou não entre essas materialidades e o fenómeno urbano patente no presente*”. (SILVA, 1999, p.233-234; FABIÃO, 1994, p.148)

A Arqueologia das Cidades Vivas (Urbana) refere-se a intervenções realizadas em cidades ainda “em funcionamento”, não de carácter pontual e fragmentado, mas sim uma contínua acção associada a um projecto de investigação abrangente e estruturado do sítio arqueológico, com financiamento contínuo. Concepção criada em Portugal, por Alexandra Gaspar, Francisco Lemos e Manuela Delgado durante os seus trabalhos em *Bracara Augusta*, a fim de compreender a história da criação e desenvolvimento da cidade (SILVA, 1999, p.234-235; REAL, 2002, p.17-18).

Mas este último conceito tem muitos problemas na sua aplicação prática, pois a maioria das cidades portuguesas não apresentam as condições necessárias para tal, pois não existe nem um projecto de investigação onde estejam inseridas, “*nem entidade coordenadora que funcione como interlocutora*” (SILVA, 1999, p.235).

Relativamente a Lisboa, sendo esta uma cidade com longa ocupação, era de esperar ser possível a aplicação do conceito de arqueologia urbana, com um projecto coeso, abrangendo todas as temáticas possíveis e de forma continuada. Contudo, verifica-se a existência de várias entidades a actuar na cidade, sem uma aparente comunicação que não apenas por publicações, que por vezes tardam em estar disponíveis, ou mesmo sem uma coerência das metodologias utilizadas, não existindo, portanto, uma estrutura a qual recorrer para o estudo da cidade, que articularia a informação arqueológica obtida, cada vez mais abundante (LEMOS, 2002). O facto dos trabalhos arqueológicos serem realizados por diversas empresas com modelos de actuação e de recolha da informação arqueológica diferentes, de não existir uma fiscalização eficaz pelas entidades tutelares e de ser ainda pouca a valorização que se dá

aos achados, levam a uma impossibilidade de visão de conjunto do passado histórico de Lisboa e, por sua vez, de uma prática de arqueologia urbana (SILVA, 1997, p.58).

Assim é apenas possível praticar arqueologia em meio urbano, apesar da grande abundância de intervenções, existindo alguns nichos de conhecimento arqueológico, como o Núcleo Arqueológico dos Correeiros, o Castelo de São Jorge ou o Teatro Romano.

## 1.2. Lisboa: a sua praxis

Lisboa é uma cidade com mais de três mil anos de ocupação de “*povoado proto-histórico; urbe romana; cidade islâmica; capital do reino e dos descobrimentos; cidade barroca e iluminista; a grande polis da Época Contemporânea.*” (LEMOS, 2002, p.247).

Todas estas ocupações que se sobrepõem umas às outras devido à continuada ocupação e reaproveitamento das estruturas, em conjunto com a forte sismicidade sofrida ao longo dos séculos, levaram à necessidade de reconstruir sobre os aterros, ilustrando bem a cidade viva e fervilhante de actividade que Lisboa foi, é e será (FABIÃO, 1994, p.148-149).

Os eruditos, nos inícios do século XVI até ao século XVIII tinham já consciência desta continua ocupação, mas apenas existia a valorização dos achados relacionados com *Olisipo* e toda a ocupação romana, apesar de ser no século XVIII que se forma o “*primeiro conceito de património cultural nacional, abrangendo todos os vestígios materiais do passado*” (FABIÃO, 1989, p.17), patente No Real Decreto de 14 de Agosto de 1712 (FABIÃO, 1989, p.17; 1994, p. 149).

Foi uma altura em que o valor estético do artefacto definia a forma de recolha, durante a qual foi surgindo um grande número de notícias de achados, descritas de forma vaga e, por vezes, com um esboço do artefacto. Deles pouco resta à excepção das epígrafes e elementos arquitectónicos, facilmente associados à permanência romana e

com força visual suficiente por forma a serem preservadas e expostas (GUINOTE, SILVA, 1998, p.43; FABIÃO, 1994, p.149-150).

Devido a esta consciencialização da importância de realizar escavações no subsolo de Lisboa, ainda no século XVIII passa a existir um maior registo de todas as épocas e monumentos identificados, sempre com o rigor e níveis de preocupação próprios desta época. Esta mentalidade perdura no século XIX, altura em que surge legislação para reforço da protecção do património antigo (SILVA, 2002, p.193; FABIÃO, 1994, p.151).

Neste sentido, ao longo de oitocentos, vários eruditos<sup>2</sup> registaram e recolheram diversos achados, realizando-se também algumas escavações caso, do antigo Criptopórtico na Rua da Prata, em 1856, a cargo de Francisco Martins de Andrade, conservador-mór do Gabinete de Antiguidades e Numismática da Biblioteca Nacional<sup>3</sup>. Estes visavam garantir a salvaguarda da informação contida no edifício bem como o seu registo, da melhor forma possível, tarefa executada em conjunto com José Valentim de Freitas, arquitecto do Ministério das Obras Públicas (SILVA, 2002, p.193; GUINOTE, SILVA, 1998, p.44; FABIÃO, 1994, p.150).

A Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses<sup>4</sup> chega a criar a Secção de Estudos Olisiponenses e o Museu Arqueológico de Lisboa<sup>5</sup>, onde era armazenada a informação e expostos os achados das diversas épocas da história da cidade (GUINOTE, SILVA, 1998, p.44-45).

É neste século que é criado “*um preciso caderno de apontamentos recheado de plantas, alçados e esquemas das estruturas cuja destruição ia acompanhando*”, de autoria do arquitecto Valentim de Freitas. Vai tornar-se num documento de referência para muitos arqueólogos da primeira metade do século XX, depositado na AAP após a sua morte (SILVA, 2002, p.193).

---

<sup>2</sup> A maioria constituída por olisipógrafos ou arqueólogos amadores com outras profissões (FABIÃO, 1994, p.150)

<sup>3</sup> Entidade estatal responsável pelas antiguidades nacionais da altura (SILVA, 2002)

<sup>4</sup> Foi criada em 1863, é a actual Associação dos Arqueólogos Portugueses, sediada nas Ruínas do Convento do Carmo. (FABIÃO, 1989, p.12)

<sup>5</sup> Actual Museu do Convento do Carmo.



Já nesta altura verificavam-se alguns problemas entre os arqueólogos amadores e os donos de obra, privados ou estatais, que dificultavam o registo arqueológico e só permitiam acesso a certas zonas da obra. Para além destas dificuldades, também a legislação se verificava ineficaz na protecção do património (FABIÃO, 1994, p.150).

A entrada no século XX é um marco para a produção de conhecimento arqueológico, pois logo no seu início existe uma vaga de construções relacionadas com o crescimento da cidade, bem como a alteração de edifícios já existentes (FABIÃO, 1994, p.150).

Esta conjuntura permite a realização de intervenções em grande escala, mas muitas delas não foram executadas nem registadas de forma extensiva, nomeadamente as intervenções realizadas pela DGEMN durante todo o Estado Novo, que tinha o dever de enaltecer a nação através da salvação dos monumentos antigos e do passado do “povo lusitano” (LEMONS, 2002, p.246; FABIÃO, 1994, p.151-152).

Durante este período realizam-se em Lisboa duas intervenções, na Sé Catedral na primeira metade do século, e no Castelo de S. Jorge entre 1935 e 1940, esta última segundo a direcção da DGEMN. Foi uma obra realizada com muita rapidez para poder ser inaugurada nas *Comemorações do Duplo Centenário da Fundação e Restauração de Portugal* e, por conseguinte, muita demolição e destruição foi realizada para o seu embelezamento (FABIÃO, 1994, p.152).

Com o fim da 2ª Guerra Mundial começa-se a reconstrução das cidades destruídas da Europa, tendo sido prevista a preservação dos monumentos e artefactos posto a descobertos e destruídos durante a guerra. Este factor foi de grande importância para o desenvolvimento das metodologias arqueológicas, mas mesmo com este crescendo de conhecimento e intervenções, o facto de Portugal, ao contrário de muitos países, não ter necessitado de se reconstruir no pós-guerra, fez com que ficasse aquém da evolução do conhecimento que os países como França, Alemanha e Inglaterra adquiriam durante o processo da sua reconstrução (SILVA, 1999, p.229-230; BUGALHÃO, 2008, p.218).

Em 1960, ainda com o Estado Novo, dá-se a construção do metropolitano, afectando o subsolo da Praça da Figueira onde se descobriu, primeiramente o Hospital de Todos os Santos, depois a necrópole romana. Ambos foram reportados por Irisalva Moita que escava as estruturas da idade moderna, em 1962 a necrópole é escavada por

Bandeira Ferreira, mas apenas o que remanescente, pois a maioria já teria sido destruída pelas obras do metropolitano (LEMOS, 2002, p.247; FABÍÃO, 1994, p.152-153; MIRANDA, NOZES, SILVA, 2006, p.2; LEMOS e MARTINS, 1992, p.96). Esta foi a primeira intervenção arqueológica extensa em meio urbano, que funciona como excepção às falhas institucionais autárquicas e da administração central, na protecção do património arqueológico urbano. “*A arqueologia praticava-se fora da polis, fora da política, no mundo rural conservado e idealizado pelo salazarismo.*” (LEMOS, 2002, p.247-248).

Após esta primeira experiência segue-se a intervenção do Teatro Romano (1965-1967), também dirigida por Irisalva Moita, já intervencionado anteriormente por Fernando de Almeida (1957-1965) (LEMOS, 2002, p.248; FABÍÃO, 1994, p.153; LEMOS e MARTINS, 1992, p.96).

Alguns anos após o 25 de Abril, reúnem-se as condições que possibilitariam a expansão da arqueologia e aumento do número de arqueólogos, principalmente no contexto académico, seguindo o percurso de outros países da Europa, até aos anos 80 (SILVA, 1999, p.230-232; BUGALHÃO, 2011, p.39-40). É nesta década que a Junta Nacional da Educação é extinta (1977), sendo só 3 anos depois criado o IPPC, em 1980 (SILVA, 1997, p. 44). Este começa por criar três Serviços Regionais de Arqueologia e, no ano seguinte, vê-se a braços com a escavação da Casa dos Bicos (1981-82). Conduzida por Clementino Amaro, e solicitada pela Câmara Municipal de Lisboa, esta realizou-se devido à remodelação do edifício para a *XVII Exposição Europeia de Arte e Cultura* (SILVA, 1997, p. 50; GUINOTE, SILVA, 1998, p. 46; LEMOS, 2002, p.248; LEMOS e MARTINS, 1992, p.97).

A entrada na União Europeia em 1985 obrigou à adaptação das normas e convenções, determinando a criação da Lei de Base do Património Cultural<sup>6</sup> nesse mesmo ano, bem como à acção local na forma dos Planos Directores Municipais<sup>7</sup> que a tutela impôs que fossem criados pelas autarquias locais. Mais tarde, em 1992, assina-se

---

<sup>6</sup> Ver decreto-lei nº13/85, de 6 de Julho, Lei de Bases do Património Cultural.

<sup>7</sup> Apresentado o PDM de Lisboa como exemplo, versão aprovada em 24 de Julho de 2012. In: *Diário da República*, 2ª série, nº168, Aviso nº 11622/2012.

a Convenção de Malta<sup>8</sup>, dando-se a sua transposição para o ordenamento jurídico português em 1997 (SILVA, 1999, p.230; NETO, 2002, p.14; REAL, 2002, p.19; LEMOS, 2006, p.15).

É a primeira vez que é referido o património em zona urbana, sendo nesta conjuntura realizado o I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana, em Maio de 1985, como marco do desenvolvimento arqueológico (SILVA, 1999, p.230; NETO, 2002, p.14; REAL, 2002, p.19).

Esta expansão foi visível “*no aparelho da Administração Central (nos tempos do extinto IPPC) e, depois, na Administração Local (...)*”, e no mundo académico “*com a reformulação dos conteúdos curriculares, a criação das variantes, licenciaturas, pós-graduações, mestrados e o crescente número dos doutoramentos*” (SILVA, 1999, p.230).

Nos anos seguintes pouco se fez de significativo em Lisboa. Existiu uma falência das estratégias sobre as necessidades de salvaguarda dos órgãos tutelares, contrastando com o resto da Europa onde se verificava um grande desenvolvimento da Arqueologia Urbana. Só mais tarde, na passagem para os anos 90, se dá a união de conjunturas favoráveis à grande expansão da arqueologia, que começa a perder o seu carácter pontual, beneficiando de maior compreensão e valorização do património (LEMOS, 2002, p.248; BUGALHÃO, 2008, p.219; 2011, p.39-40; LEMOS e MARTINS, 1992, p.99).

Começa-se a década de 90 com a extinção do IPPC e dos Serviços Regionais de Arqueologia (1991), sendo criado o IPPAR em 1992. Surgem intervenções em extensão como o estudo do claustro da Sé (1990) ou a intervenção no local da antiga Igreja de Santa Catarina (1993), procurando-se também estabelecer uma política para o estudo arqueológico de Lisboa através da Divisão de Salvaguarda e Valorização do Departamento de Arqueologia do IPPC, e continuada pelo IPPAR (SILVA, 1997, p.47); (LEMOS, 2002, p.248-249; BUGALHÃO e DUARTE, 2003, p.147).

Pouco depois da criação do IPPAR dá-se o caso de Foz Côa, em 1995, servindo como ponto de viragem para a arqueologia. Foi o caso mais bem-sucedido na afirmação

---

<sup>8</sup> *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico*, assinada a 16 de Janeiro de 1992 em La Valetta (Malta), aprovada pela Resolução da Assembleia da República nº71/97, a 9 de Outubro de 1997.

da arqueologia perante as tensões empresariais. Conseguiu-se muita projecção social, e ajudou na compreensão do importante retorno que a arqueologia pressupõe, facto que anteriormente não era totalmente percebido pelos seus profissionais (SILVA, 1999, p.229).

Foi a conquista da opinião pública e a sua consequente intervenção, que fez com que a construção da barragem fosse interrompida, preservando-se o arqueossítio. Possibilitou também a valorização de um período cronológico, na altura menos apelativo, que é a Pré-história antiga, bem como os arqueólogos que a ela se dedicam (SILVA, 1999, p.229).

Na sequência do caso Côa é criado o IPA em 1997, sob a direcção de João Zilhão e imbuído de um grande pragmatismo, conferido em parte pelo polémico caso, “(...) *desenhado organicamente para responder as necessidades prementes e emergentes da Arqueologia Nacional(...)*”(BUGALHÃO, 2011, p.38-39; LEMOS, 2002, p.248-249).

Com a criação destas duas instituições é perceptível que, após esta fase difusa até à década de 90, se dê o início de um período onde o poder estatal pretende assumir de forma participativa o estudo do passado arqueológico (LEMOS, 2002, p.248-249). O papel da arqueologia começa a ganhar maior importância, começa a ser cumprida a Lei de Base do Património de 1985 através do “*condicionamento de empreendimentos e outras obras à prévia execução de trabalhos arqueológicos, numa perspectiva de arqueologia preventiva (...)*” e “*as obras não sujeitas a parecer foram acompanhadas no terreno*” (GUINOTE, SILVA, 1998, p. 46). É um grande ponto de viragem para o conhecimento arqueológico, pois passa a existir maior facilidade em proteger o património por comparação com as décadas anteriores, trata-se também do ponto de viragem para a existência de um mercado que possibilita a criação das empresas de arqueologia (BUGALHÃO, 2011, p.39-40).

Existe, por parte do município de Lisboa, interesse em requalificar os bairros típicos. Começam também a surgir investimento na publicação de textos históricos sobre a história da cidade, derivado da condição de *Lisboa Capital Europeia da Cultura* (1994), que leva à exposição “Lisboa Subterrânea”, organizada no Museu Nacional de Arqueologia, com respectiva publicação, onde é referida de forma clara e frequente a necessidade de intervenções arqueológicas no subsolo de Lisboa (LEMOS, 2002, p.248).

Após esta participação em conjunto com a Expo98, o Museu da Cidade passa a assumir maior protagonismo no estudo da história da cidade. Esta década foi marcada por uma grande quantidade de trabalhos arqueológicos derivados de obras do Metropolitano, parques subterrâneos, recuperação do centro histórico e recuperação de monumentos (LEMOS, 2002, p.248-250).

Na passagem para o século XXI aumenta o número de intervenção de salvamento e preventivas planeadas, principalmente a partir de 2001<sup>9</sup>, realizadas, cada vez mais, pela tutela e pelas empresas de arqueologia que têm vindo a crescer e ganhar destaque. Existe um aumento exponencial dos acompanhamentos de implantação e renovação de infraestruturas básicas, bem como as intervenções realizadas deixam de ser apenas na área histórica considerada de nível 1 segundo o PDM, passando a realizar-se em zonas consideradas inicialmente de nível 2 segundo o PDM, ou seja na “*cidade moderna*” e “*frente ribeirinha*” (BUGALHÃO, 2008, p.220-221).

Neste contexto é desenvolvido pela Câmara de Lisboa o “*Projecto Integrado do Castelo de São Jorge*” com coordenação de Alexandra Gaspar e Ana Gomes, entre 1996 e 2008. Este integrava não só a área monumentalizada mas também a reabilitação da área urbana envolvente, de onde resultou o centro de interpretação e uma área visitável, ambas geridas pela empresa municipal EGEAC (MOTA, PIMENTA, SILVA, 2014, p. 149-150; BUGALHÃO, 2008, p.220).

A Praça da Figueira volta a ser intervencionada entre 1999 e 2001, com a direção de Rodrigo Banha da Silva, coadjuvado por Marina Carvalhinho, na área a sul da zona já antes escavada por Irisalva Moita (MIRANDA, NOZES, SILVA, 2006, p.2; BUGALHÃO, 2008, p.220).

Começa a existir um número cada vez mais crescente de intervenções como a Praça Luís de Camões entre 1999 e 2000, o Largo Vitorino Damásio entre 2003 e 2004, a Casa do Governador entre 2003 e 2006, e a Encosta de Santana entre 2002 e 2006, Casa do Governador da Torre de Belém entre 2005 e 2006, a Praça D. Luís entre 2011 e 2013 e a nova Sede Corporativa da EDP entre 2012 e 2013 (BUGALHÃO, 2008, p.220; MARQUES e FERNANDES, 2003, p.31).

---

<sup>9</sup> Segundo dados estatísticos apresentados por Jacinta Bugalhão em “Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança”, consultar bibliografia.

Em 2007 dá-se a extinção do IPA e do IPPAR sendo realizada a fusão dos dois, bem como incorporada parte das atribuições conferidas à DGMEN para a criação do IGESPAR, segundo o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado e o Programa Governamental da altura, discute-se se a intenção de melhoria não terá provocado o efeito contrário, sendo a nova estrutura muito menos eficaz que o anterior. Durante a vigência deste órgão criam-se muitas áreas cinzentas na gestão do património arqueológico, tendo apenas funcionado bem o que permanecia dos órgãos antecessores, nomeadamente as Direcções Regionais de Cultura (BUGALHÃO, 2011, p.39; SILVA, 2008,p.17-18).

Mais tarde, em 2012, dá-se a extinção do IGESPAR e criação da DGPC<sup>10</sup>, segundo o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central implantado pelo Governo da altura, com o objectivo de tornar mais eficiente a Administração Pública e reduzir a despesa pública, dada a conjuntura da crise vivida.

---

<sup>10</sup>Ver Decreto-lei nº 115/2012 de 25 de Maio, lei orgânica da *Direcção Geral do Património Cultural*.

## 2. ARQUEOLOGIA EMPRESARIAL

*“(…) as empresas de arqueologia são não apenas um produto da procura do mercado, mas constituíram e são uma resposta social à integração de Portugal no contexto da Arqueologia Preventiva.”*

(BUGALHÃO, 2011, p.36)

Até ao século XX pode-se afirmar que o mundo empresarial arqueológico era praticamente inexistente. Quem dominava o meio arqueológico eram os académicos e a administração central, com um papel muito mais interventivo, dissemelhante da administração actual, com uma função essencialmente fiscalizadora (SILVA, 1999, p.230).

Nos anos 80 do século XX, sentia-se a tendência de crescimento das intervenções arqueológicas e consequentemente dos pedidos de autorização de trabalhos. Esta situação dá-se durante a existência do IPPC, mas apesar deste aumento e da criação da Lei de Bases do Património, muitas foram as críticas entre 80 e 90 sobre a sua ineficácia ou, mais propriamente, da incapacidade do órgão da tutela em aplicar a lei na arqueologia de salvamento/prevenção (SILVA, 1999, p.237; BUGALHÃO, 2011, p.22).

Os Serviços Regionais de Arqueologia, criados pelo IPPC em 1980, tinham como objectivo a protecção, salvaguarda e estudo dos vestígios arqueológicos, pois na altura acreditava-se que competia apenas ao Estado assumir estas responsabilidades, cabendo aos particulares privarem-se de actos de destruição e facilitarem a sua salvaguarda. Assim era a interpretação da Lei de Base de 1985, com a consideração dos bens arqueológicos como património nacional<sup>11</sup> (SILVA, 2003, p. 123-124; LEMOS, 2002, p.248; LAGO, 2003, p.143).

Foi em 1979 que Jorge Monteiro apresentou o primeiro grande projecto de salvamento arqueológico no Alqueva, sendo realizado nos inícios dos anos 80 o I

---

<sup>11</sup> Ver artigo 36º da lei nº13/85, de 6 de Julho, Lei de Bases do Património Cultural.

Estudo de Impacte Ambiental. Na passagem dos anos 80 para 90 verificaram-se várias acções promovidas por parte dos Serviços Regionais de Arqueologia do Sul (IPPC), sendo depois atribuídas à competência da Direcção Regional de Évora (SILVA, 2013a, p.20-21).

Segundo Rodrigo Banha da Silva, entre 1989 e 1999, realizaram-se centenas de intervenções em mais de setenta sítios na capital, mas é apenas no final dos anos 90 que a arqueologia empresarial começou a ganhar preponderância (SILVA, 1999, p.235).

Até então a maioria dos trabalhos eram realizados “*por equipas de investigação com maior ou menor enquadramento institucional*”, sendo os restantes trabalhos promovidos pela tutela ou instituições camarárias, sem espaço para os privados (BUGALHÃO, 2011, p.27; SILVA, 1999, p.235). O seu aumento estabiliza durante o início dos anos 90, mas com a criação do IPA, em 1997, vê-se um aumento desse número, que rapidamente se torna bastante acentuado, associado a uma maior e mais eficaz fiscalização e intervenção da tutela (BUGALHÃO, 2011, p.22).

Na passagem para os anos 90, começam a verificar-se as falências administrativas da tutela mas, em contrapartida, existem cada vez mais arqueólogos formados e atentos aos problemas nacionais, criticando e trançando novos possíveis percursos. Realizam-se então as IV Jornadas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1990), de onde surgiu a recomendação de juntar uma equipa de trabalho que iria elaborar os primeiros estatutos e código deontológico da profissão (SILVA, 2003a, p.68; BUGALHÃO, 2011, p.40). É com este sentimento de mudança que no Porto, em Dezembro de 1992, se dá a criação da associação Pró-APA, recebendo diversas adesões e apoios de vários locais. Advogava a organização dos arqueólogos em defesa e creditação dos interesses profissionais. Posteriormente dá-se a sua transformação em APA, a 17 de junho de 1995, por decisão da sua assembleia geral (BUGALHÃO, 2011, p.40; SILVA, 2003a, p.69-72). A arqueologia municipal começa cada vez mais a ganhar preponderância, a crescer e mostrar frutos do seu valor (BUGALHÃO, 2011, p.40). Dá-se a valorização da arqueologia de salvamento/preventiva associada ao cumprimento legal, e isto vai criar um mercado de procura dos serviços arqueológicos, que começa a existir e cresce de forma exponencial, associado ao aumento das obras realizadas principalmente em área urbana, como é o caso de Lisboa (BUGALHÃO, 2011, p.36; GAMITO, 2003, p. 140).



Esta conjuntura possibilitou, quase em simultâneo, o aparecimento e crescimento da arqueologia empresarial. As primeiras empresas aparecem em meados dos anos 90 e, em relativamente poucos anos, conseguem mostrar a sua utilidade e ficar “responsáveis” pela quase totalidade dos trabalhos de salvaguarda do património, em conjunto com os arqueólogos profissionais liberais (SILVA, 2008a, p.14).

Em 1995 é criada a EDIA e são iniciadas as obras no Alqueva. No início de 1997 é garantido o acompanhamento directo do IPA, devido ao imenso número de acções arqueológicas a desenvolver, resultando na assinatura de um protocolo entre EDIA e IPA, que vai, em conjunto com a aprovação do Plano de Minimização e a constituição da Comissão Científica, possibilitar o início das escavações na zona da construção da Barragem do Alqueva, em meados de 1997 (SILVA, 2013a, p.21).

Foi neste ano que a EDIA recorreu a concursos públicos para a contratação de pequenas empresas de arqueologia, muito poucas na altura, e em crescimento. Era necessário intervencionar diversos blocos no âmbito do regolfo, sendo constituídas equipas de “projectos científicos”, financiados pela EDIA. Mais tarde, devido a problemas verificados no funcionamento destas, leva a que, algumas delas se transformem em empresas de arqueologia ou que subcontratem outras empresas já existentes (SILVA, 2013a, p.21). Esta situação fez com que o Projecto do Alqueva contribuisse para o *boom* da arqueologia empresarial, até então muito desvalorizada (SILVA, 2013a, p.21-22). Instala-se a arqueologia por contrato, bem como o seu financiamento indirecto por parte da tutela, com a crescente valorização da arqueologia de salvamento e preventiva (BUGALHÃO, 2011, p.27, 40; SILVA, 2003, p.124; CARNEIRO, 2003, p. 129).

Até 1996 o número de escavações era dominante, comparando-o com a prospeção de sítios e intervenções preventivas. A partir de 1997, e perfeitamente consolidado no século XXI, verifica-se um verdadeiro mercado de prestação de serviços, com as sondagens, acompanhamentos e estudo e minimização de impacte, que representam uma grande fatia da actividade arqueológica, seguindo-se os trabalhos de prospecção/levantamento. Os trabalhos de restauro têm sido menos praticados, mas tendem a crescer (BUGALHÃO, 2011, p.25; SILVA, 2003, p.125).

Um factor muito decisivo para a arqueologia empresarial foi a crescente importância dos acompanhamentos arqueológicos, quer em zona urbana, quer em zona rural. Esta era “*plenamente justificado pelas ocorrências que têm permitido identificar e*

*salvaguardar*” (BUGALHÃO, 2011, p.26). Os seus resultados serviam, e servem, de forma muito valiosa para descobrir arqueossítios, no caso específico das cidades ou zonas urbanizadas, que de outra forma não seriam descobertos e poderiam ser destruídos (BUGALHÃO, 2011, p.26).

Antes da criação do IPA e na transição para o século XXI, a prática arqueológica praticamente restringia-se a projectos de investigação, situação que se altera e consolida de forma favorável para os estudos de impacte ambiental e acompanhamentos, estes últimos considerados também de categoria C<sup>12</sup>, por falta de uma melhor definição. Mais recentemente, a arqueologia preventiva acaba por substituir completamente as intervenções de salvamento (BUGALHÃO, 2011, p.26-27; SARRAZOLA, 2006, p.24-25). Apesar da importância da prática dos acompanhamentos arqueológicos, estes não estão devidamente referenciados nem explicados na legislação, ficando subentendidos nos meios de salvamento exigidos em obras<sup>13</sup> (SARRAZOLA, 2006, p.24-25).

As empresas tornam-se nos maiores empregadores em pouco tempo, mesmo que de forma precária, estando sensivelmente metade dos arqueólogos em empresas, *“mais de metade dos profissionais em exercício permanente trabalham (...) em regime de trabalho dependente ou com contratos precários, para empresas de arqueologia”* (BUGALHÃO, 2011, p.35-36). É perceptível a grande alteração vivida pela arqueologia portuguesa, passando da inexistência de empresas em meados do século XX, para uma realidade onde, além de serem as empresas os maiores empregadores, são também os que mais trabalhos arqueológicos realizam, principalmente associados à arqueologia preventiva em área urbana (BUGALHÃO, 2011, p.35-36; SILVA, 2008a, p.16).

Registou-se uma alteração de acção para com a forma de trabalho nas intervenções, relacionada com a criação do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos em 1999<sup>14</sup> e sua alteração em 2000<sup>15</sup>. Associado ao número crescente de trabalhos e pedidos de autorização, verifica-se um aumento da entrega de relatórios dessas

---

<sup>12</sup> Ver antigo Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, Decreto-lei nº 270/99, artº 3, ponto 1 alinea C, de 15 de Julho.

<sup>13</sup> Ver Circular do IPA de 10 de Setembro de 2004 em nota de rodapé nº6, pág. 4. in: [http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/Circular\\_IPA.pdf](http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/Circular_IPA.pdf) consultado a 19 de Outubro de 2015

<sup>14</sup> Ver Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, Decreto-lei nº 270/99, de 15 de Julho

<sup>15</sup> Ver Alteração do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, Decreto-lei nº 287/2000, de 10 de Novembro

intervenções, exigido pela tutela para resolução dos constantes atrasos (BUGALHÃO, 2011, p.23). Este problema deixa de ser premente com o passar dos anos, nos casos de empresas de arqueologia ou intervenções em contexto de obra, pois sem a entrega do relatório, o dono de obra não realiza o pagamento. Além disso a tutela começa a restringir e controlar o número de pedidos de trabalhos segundo o número de relatórios em falta (BUGALHÃO, 2011, p.23-24).

Contrariamente ao desejado, o crescimento da actividade em obra não pressupõe mais publicações. Estas permanecem escassas e a informação inédita multiplica-se a um ritmo alarmante, problema que já se verificava, tendo sido alterado durante a primeira fase do IPA, mas que voltou a manifestar-se mais recentemente, constituindo o relatório a única fonte de informação. (SILVA, 1999, p.235-236; BUGALHÃO, 2011, p.40).

A partir de 2006, para além do relatório final passam a poder ser entregues relatórios preliminares, dependendo da importância do sítio intervencionado, do tempo de duração dos trabalhos ou segundo pedido da tutela. Para além deste passam a existir as notas técnicas para pedir autorização de remoção acompanhada de estruturas, situação que nunca se verificava nos finais do século XX, muitos menos durante os anos 80 ou anteriormente (BUGALHÃO, 2011, p.23). Assim, para cada sítio arqueológico pode existir um grande número de relatórios, que vão complementando a informação sobre cada sítio, estando estes disponíveis para consulta. O seu suporte físico continua a ser em papel, sendo que, com o passar do tempo, cada vez mais é necessária a existência de uma cópia em suporte digital (CARNEIRO, 2003, p. 130; LEMOS, 2006, p.20).

Os relatórios acabam pois, por servir como fonte de informação da informação do arqueossítio, levando a que não se realize publicação na maioria dos casos, não sendo a informação trabalhada. Na maioria dos casos o aumento da actividade arqueológica preventiva não é acompanhado do aumento da produção científica equivalente, e *“sem produção de conhecimento, não passamos aos olhos da comunidade, de um estorvo”* (CARNEIRO, 2003, p. 130).

Toda esta situação nos finais dos anos 90, principalmente o aumento do número de arqueólogos, vai criar a necessidade de *“alteração da classe profissional dos arqueólogos”* (BUGALHÃO, 2011, p.33), também esta muito recente e ainda em evolução, ou seja existe, pois, a necessidade de uma auto-regulação (CARNEIRO, 2003, p. 130; BUGALHÃO, 2011, p.40; REAL, 2003, p.85-86.). Começa a sentir-se a necessidade de um código de conduta de arqueologia com a *“definição clara e objectiva*

*de regras*”, bem como de um órgão regulador, o que leva à elaboração do Código Deontológico<sup>16</sup> pela APA que entra em vigor em 1997, e levantaram-se algumas vozes sobre a passagem da associação para Ordem dos Arqueólogos (SILVA, 2003, p.125; BUGALHÃO, 2011, p.33; CARNEIRO, 2003, p. 130; SILVA, 2003a, p. 73).

Passa a existir um grande número de arqueólogos que querem afirmar-se como classe profissional, com necessidade de um instrumento regulador da profissão para o fazer. O número de arqueólogos deixa de ser de uma centena na altura da criação do IPPC, para mais de 300 no início do século XXI e mais de 600 em 2010<sup>17</sup> (BUGALHÃO, 2011, p.33-34).

Isto deve-se à criação, inicialmente, dos cursos de História na variante de Arqueologia, que mais tarde são substituídos, no início dos anos 90, pelas Licenciaturas em Arqueologia, espalhadas de norte a sul. Criam-se os Mestrados em arqueologia e multiplica-se uma geração de arqueólogos com espírito crítico e sensíveis aos problemas nacionais com ambição de plena profissionalização. Hoje em dia este número está constantemente a aumentar tendo em conta o número de licenciados que se formam todos os anos nas Universidades (BUGALHÃO, 2011, p.33-34, 40). Colocam-se questões como “(...) *o que é ser Arqueólogo e quem é arqueólogo, fortemente ligadas com a necessidade de uma auto-regulação da profissão*” (BUGALHÃO, 2011, p.33).

A arqueologia preventiva no início do século XXI encontrava-se com muita actividade mas completamente desregulada, “*vivendo apenas de alguns princípios legais muito genéricos, carecendo de regulamentação, e de práticas avulsas não standardizadas*” (SILVA, 2003, p.126).

Os profissionais exerciam a profissão de forma algo precária, pois era e continua a ser utilizado o pagamento através de recibos verdes em detrimento da contratação, mesmo que por um pequeno período de tempo. Os arqueólogos acabam por assumir funções como de contratados, sem qualquer vínculo permanente, ou seja, alternando de contratante com frequência. O número de profissionais liberais reais é, desta forma, cada vez menor e com tendência para desaparecerem (BUGALHÃO, 2011, pp.34-35). Os postos de trabalho mais estáveis, são ainda a contratação do Estado, quer na administração, quer no meio universitário, sendo no entanto de difícil acesso.

---

<sup>16</sup> Ver Regulamento da Associação Profissional de Arqueólogos 2009, Código Deontológico, pp. 17-23

<sup>17</sup> Dados obtidos segundo informação em BUGALHÃO, 2011, p.34.

Em 2005 o IPA projecta a criação e reformulação de diplomas legais necessário à actividade arqueológica, com o intuito de resolver questões como a ineficácia da Lei de Bases de 2001<sup>18</sup> em aspectos relacionados com a profissionalização da arqueologia; a creditação profissional dos arqueólogos; a creditação das empresas de arqueologia como pessoa colectiva na realização dos pedidos de autorização de trabalhos arqueológicos; a definição da carreira profissional devido às alterações que o Processo de Bolonha iria introduzir no ensino superior, ou a reformulação do Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos, que se sabia desadequado e que criava constrangimentos (LEAL e ALFARO, 2006, p. 10-11).

Em simultâneo, o número de empresas arqueológicas foi gradualmente aumentando, chegando a 47 em 2006, altura em que se começa a verificar um decréscimo, que têm continuado a diminuir ano após ano, justificado pela crise económica na Europa, que se encontra bastante acentuada actualmente (BUGALHÃO, 2011, p.36).

Em contrapartida, tem-se verificado o aumento no número de contratações da parte das autarquias. A sua realidade, antes da entrada no século XX, era muito precária. A maioria destas não teria um arqueólogo, mas esta situação veio a alterar-se de forma gradual, apesar de ainda existirem autarquias sem pelo menos um arqueólogo nem gabinete de arqueologia, mesmo sendo sempre necessário (BUGALHÃO, 2011, p.35).

Outra situação que nasce da emergência da arqueologia empresarial é a forma de financiamento dos trabalhos arqueológicos, alterando-se em consonância com esta conjuntura, principalmente com a implementação da arqueologia preventiva. Durante o IPPC até à criação do IPA era o estado que financiava todos os trabalhos arqueológicos. A partir dessa altura, com o começo de procura de serviços de arqueologia pelas entidades privadas e a criação das empresas de arqueologia, o estado começa a assumir uma função fiscalizadora, mas ainda assim financiando algumas intervenções (BUGALHÃO, 2011, p.36; SILVA, 2003, p.124).

No século XXI o Estado financia directamente apenas 11% das intervenções arqueológicas (BUGALHÃO, 2011, p.37), sendo os promotores das obras com impacto no subsolo ou património arquitectónico obrigados legalmente a financiar a maioria dos trabalhos arqueológicos tornados necessários, por forma a salvaguardar o património

---

<sup>18</sup> Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, Lei de Bases do Património Cultural

que possa ser afectado. É o princípio “*do «poluidor pagador» e da obrigatoriedade legal da «conservação pelo registo»*” (BUGALHÃO, 2011, p.37).

O conceito de “poluidor pagador”, importado da legislação de protecção do meio ambiente, obrigava o promotor de obra a tomar medidas de salvaguarda arqueológica. Já a “conservação pelo registo” resulta como primeira medida de protecção, abordada na Lei de Bases de 2001<sup>19</sup> e reforçada no Código Deontológico dos Arqueólogos<sup>20</sup> (BUGALHÃO, 2011, p.37; CARNEIRO, 2003, p. 129; RAPOSO, 2003, p.132; SILVA, 2008a, p.14).

Esta medida de protecção leva à desmaterialização dos bens arqueológicos, fazendo com que a “(...) *salvaguarda passa antes de mais pelo «registo» e menos pela preservação e legação às gerações futuras*”, derivada da interpretação feita da Lei de Bases de 2001 que, caso os achados arqueológicos sejam devidamente registados, o seu desmonte pode ser justificado para a continuação da obra (SILVA, 2003, p.124).

Este facto leva a que seja necessário um cuidado redobrado com o registo arqueológico, pois em muitos casos este pode constituir a única informação existente de alguns achados ou sítios e, sem esta, os bens ou sítios arqueológicos perderiam todo o seu valor cultural (RAPOSO, 2003, p.132).

É mais uma justificação para o exigido código de conduta e estandardização da forma de recolha de informação. Deixa de ser aceite ou perdoado o tratamento do registo de campo como o “diário do arqueólogo”, para passar a ser exigido pela tutela e pares a sua fácil leitura e compreensão, o que possibilita o estudo e reinterpretação do sítio (RAPOSO, 2003, p.132).

O processo de Bolonha, introduzido entre 2005 e 2006 no ensino superior sem uma transição eficaz dos princípios, reduz as licenciaturas de 4 para 3 anos criando um novo problema na formação que os recém-licenciados possuem além da experiência, ou falta dela, levando a que sejam reconhecidos gradualmente dentro da classe como técnicos sem experiência suficiente, após a licenciatura, para dirigir trabalhos de arqueologia com a mesma qualidade que um profissional pós-Bolonha, já inserido no

---

<sup>19</sup> Ver artigo 75º, nº1, da Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro, Lei de Bases do Património Cultural.

<sup>20</sup> Ver Regulamento da Associação Profissional de Arqueólogos 2009, Código Deontológico – Deveres do Arqueólogo, p.21-22

mercado de trabalho (LEAL e ALFARO, 2006, p.10; RAPOSO, 2003, p.132; SILVA, 2013, p.15).

A arqueologia começa a enfrentar uma crise, primeiro de funcionamento, depois de contágio pela conjuntura de crise do país, afectando Estado, empresas, mundo académico e cidadãos no geral (SILVA, 2013, p.15).

Com a fusão do IPA e IPPAR, levando à criação do IGESPAR em 2007, dá-se uma fase de degradação das instituições estatais; deixam de ser eficazes adquirindo problemas na fiscalização e regulamentação da actividade. As medidas apresentadas em 2005 ficam sem efeito e a situação mantém-se até à criação da DGPC<sup>21</sup> em 2012, que volta a abordar alguns dos problemas e tenta aplicar algumas das medidas apresentadas, mas em moldes algo diferentes (BUGALHÃO, 2011, p.40; LEAL e ALFARO, 2006, p.10-11).

O número de empresas de arqueologia estabiliza por meados da primeira década do século XXI, e começa a decrescer gradualmente. A APA, depois de um período de bom funcionamento, luta contra o desinteresse da classe, verificando-se o afastamento dos sócios e a maioria dos arqueólogos recém-licenciados já não manifesta interesse em torna-se associado (BUGALHÃO, 2011, p.40; SILVA, 2008, p.18-19; SILVA, 2013, p.16). Dá-se em 2008 o I Congresso Português de Arqueologia Empresarial em Lisboa, organizado por 6 empresas de arqueologia com o intuito de debater as potencialidades e restrições da arqueologia produzida pelas empresas (SILVA, 2008, p.18-19). Em contrapartida continua a crescer a arqueologia municipal, e começam a surgir maior número de bolseiros de investigação em mestrado e doutoramento de arqueologia, usando os projectos e bolsas de investigação como forma de rendimento (BUGALHÃO, 2011, p.35, 40).

No final de 2010 a arqueologia levou um grande golpe associado à crise global vivida, comparando com a altura de funcionamento do IPA, acabando por se revelar um factor de restrição de actuação do Estado, sendo as políticas orçamentais efectuadas, muitas vezes, sem considerar o património (BUGALHÃO, 2011, p.40; SILVA, 2003, p.124; SILVA, 2013, p.16).

---

<sup>21</sup> Decreto-lei nº 115/2012, de 25 de Maio, Lei Orgânica da Direcção Geral do Património Cultural

A arqueologia comercial começa a ter problemas em assegurar a sua sobrevivência, mantendo as condições mínimas de dignidade e competência técnicas e científicas. Os arqueólogos e técnicos trabalham sob remunerações mais baixas e condições mais precárias, com atrasos nos pagamentos (SILVA, 2008, p.15).

O número de trabalhos adjudicados às diversas empresas de arqueologia diminui, o que faz com que se pratiquem preços mais baixos que impossibilitam um bom desempenho. Este contexto cria o risco de se realizarem trabalhos e intervenções inadequadas, sem assegurar nenhuma salvaguarda, muito pelo contrário, destruindo de forma gravosa (SILVA, 2013, p.15).

A posição do arqueólogo em campo torna-se de extrema delicadeza, pois tem de realizar o seu trabalho segundo a sua ética de trabalho de proteção do património arqueológico, enquanto lida com um promotor de obra a quem “*interessa ver-se livre do incómodo obstáculo*” (CARNEIRO, 2003, p. 130) da sua obra o mais depressa possível e ao menor custo (CARNEIRO, 2003, p. 130; GAMITO, 2003, p. 140).

Pela necessidade da rapidez de realização dos trabalhos arqueológicos e entrega do relatório, leva a que seja descurada a preocupação do estudo material, bem como a percepção do sítio como conjunto de forma mais abrangente, estudo este que na generalidade dos casos, não tem qualquer tipo de financiamento estatal ou privado para a sua realização (GAMITO, 2003, p. 140).

Existe grande taxa de desemprego na arqueologia profissional, começando a afectar licenciados e mestres, “(...) *parecendo as universidades condenadas a licenciar jovens candidatos a arqueólogos para engrossar as fileiras do desemprego.*” (SILVA, 2013, p.16). Mesmo arqueólogos de carreira, com experiência reconhecida vêm-se obrigados a desempenhar outros trabalhos que, na maioria dos casos, nada tem que ver com a sua formação base (SILVA, 2013, p.15).

Em 2014 é publicado o novo RTA<sup>22</sup>, pela DGPC, substituindo o antigo, unanimemente considerado já inadequado. Uma das principais alterações é a referência clara de acompanhamentos arqueológicos como trabalho arqueológico<sup>23</sup>. Outra grande

---

<sup>22</sup> Decreto-lei nº 164/2014, de 04 de Novembro, Regulamento de Trabalhos Arqueológicos

<sup>23</sup> Ver artigo 2, alínea g, supra citado



alteração é a inserção das figuras de entidade enquadrante<sup>24</sup> e contratante<sup>25</sup>, passando o promotor da obra e a empresa de arqueologia responsável, a estar envolvidas de forma directa e visível na intervenção, juntamente com o arqueólogo responsável que assina o trabalho<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Ver artigo 2, alínea c, supra citado

<sup>25</sup> Ver artigo 2, alínea b, supra citado

<sup>26</sup> Ver artigo 6, ponto 7, 9 e artigo 16, ponto 4, supra citado



### **3. A INSTITUIÇÃO: ERA-ARQUEOLOGIA**

A instituição onde o estágio foi realizado denomina-se ERA-Arqueologia, S. A., uma empresa de prestação de serviços na área do património histórico-arqueológico, nomeadamente acompanhamento de obras, escavações e sondagens, prospecção, diagnósticos arqueológicos, antropologia biológica, estudos de ordenamento do território, conservação e restauro e levantamentos topográficos e arquitectónicos.

Está sediada na Cruz-Quebrada, Lisboa, onde se encontram, para além dos vários departamentos que a constituem, uma pequena biblioteca, o laboratório para o tratamento dos materiais arqueológicos recolhidos durante os trabalhos e um depósito/armazém de material técnico e arqueológico. Devido aos numerosos trabalhos realizados no Alentejo, foi criado outro local de tratamento e armazenamento dos materiais em Beja.

A empresa é constituída por 5 departamentos<sup>27</sup>, estando os funcionários efectivos organizados em cada um destes, segundo a sua função. Estes departamentos estão em constante comunicação, para melhor dar resposta às propostas e requisitos dos clientes.<sup>28</sup>

Relativamente às propostas ou contratos recebidos pela empresa, existe um conjunto de momentos, que têm início, com a recepção do pedido que se desenvolvem até que este seja aceite, concretizado e encerrado. Este processo, regra geral, é utilizado para qualquer tipo de serviço.

#### **3.1. O funcionamento da Empresa**

O 1º momento começa com a recepção da proposta, podendo chegar de variadas formas nomeadamente através de concurso público de grandes trabalhos, concurso por

---

<sup>27</sup> Departamentos: Conselho de administração; área de projectos; área técnica (Arqueologia, Património, Conservação e Restauro, Levantamentos e Topografia); área administrativa e financeira; área de logística e recursos humanos. In: <http://era-arqueologia.pt/content/era/equipa>

<sup>28</sup> Consultado em: <http://era-arqueologia.pt/content/era/equipa>, dia 19 de julho às 18:40

convite de empreitadas mais pequenas, estendido a apenas algumas empresas, contacto de pessoas ou entidades que já foram clientes da ERA, porque tiveram contacto com a empresa durante outras obras, ou que tomaram conhecimento por terceiros.

Também se dá o caso de a ERA tomar conhecimento de projetos de construção, a realizar, e tomar a iniciativa de contactar a empresa responsável a oferecer os seus serviços. Outros casos, menos frequentes, são a descoberta de obras em curso sem o necessário acompanhamento de um arqueólogo no local, levando a que a ERA lhes apresente uma proposta, que à partida é aceite, para acompanhamento do decorrer dos trabalhos.

Os pedidos são recebidos pelo Departamento Comercial, normalmente formalizados por e-mail, onde é especificado o tipo de trabalho pretendido. Estes serão respondidos com uma proposta e respectivo orçamento, formulada com a ajuda do departamento técnico, tendo em conta as especificidades do trabalho solicitado.

O 2º momento realiza-se após a adjudicação da proposta à empresa. O departamento comercial ira receber a restante informação necessária à instauração do processo junto da DGPC que não foi apresentada durante a fase de proposta, sobre o trabalho a realizar. Em seguida, é feito pelo departamento comercial o pedido ao departamento administrativo da abertura de um novo projecto, onde será conferido número de projecto e criada uma pasta no servidor on-line de trabalho para armazenamento de informação deste.

É também o departamento administrativo que irá atribuir um coordenador, escolhido de entre os quatro disponíveis no departamento técnico. Este é escolhido tendo em conta diversos factores relacionados com o projecto, como forma de seleccionar o coordenador mais apto em função especificamente da experiência que este tem sobre a época ou local onde serão realizados os trabalhos (para otimizar a gestão), pois já saberá de antemão as melhores metodologias a utilizar. Pode ser escolhido também devido ao cliente, por já ter trabalhado com este e por isso já saberá melhor lidar como ele, ou mesmo por ter sido especificamente pedido.

No 3º momento o coordenador recebe o projecto. Irá, então, consultar a pasta disponível na base de dados para se inteirar de toda a informação existente, ficando a conhecer o que é pedido por parte do cliente. Começa a preparar o pedido do PATA e,

caso falte algum documento ou informação, é solicitada ao departamento administrativo ou ao cliente.

O coordenador irá contactar também o cliente, para o conhecer e se dar a conhecer, saber os prazos do projecto; quando se inicia, a duração necessária ou possível para a sua realização e outras informações necessárias que possam surgir na altura.

É nesta fase que é feito pelo coordenador, em conjunto com o departamento financeiro, um reorçamento, depois de analisada toda a informação do projecto, para reajustar os preços ao tipo de trabalho, definir melhor as metodologias e recursos necessários, nomeadamente o número de pessoas, viatura, alojamento, materiais.

Neste sentido, o coordenado deve submeter o pedido do PATA no Portal do Arqueólogo, contactando depois o cliente a informar e alertando para o tempo espectável de espera da chegada de autorização.

A empresa fica assim vinculada ao projecto como entidade enquadrante no Portal do Arqueólogo, onde é também necessário registar a entidade contratante, ficando o cliente igualmente associado ao projecto. Esta medida sempre foi feita pela ERA, apesar de só se ter recentemente tornado obrigatória.

Durante o processo de realização do pedido o coordenador irá definir um director dos trabalhos, que é escolhido, à semelhança do coordenado, segundo a sua experiência, conhecimento do local e tipo de sítio do projecto e disponibilidade. Só depois deste escolhido, é então possível submeter o PATA em seu nome. Relativamente a sítio que se pense propício a contextos funerários, é indicado no PATA um antropólogo, facilitando assim a sua entrada nos trabalhos caso se verifique necessário.

Por vezes, por questões de disponibilidade ou demora do início do projecto, é submetido o pedido em nome de mais do que um director. São escolhidos também segundo a sua experiência com o tipo de contexto apresentado, garantindo assim que um destes possa estar disponível logo no início do projecto.

Apesar de não existir um número limite de pedidos que o director pode ter em seu nome, existe controlo pela tutela, sendo por vezes pedido um cronograma dos projectos a realizar, para justificar a possibilidade de este estar presente, permitindo assim a autorização do pedido em seu nome.

Relativamente à equipa técnica, esta é deixada em aberto a maioria das vezes, por não se saber quem poderá estar disponível aquando do início dos trabalhos, bem como se permanecerá durante todo o tempo da sua duração.

No 4º momento dá-se a entrada em campo da equipa ou de um arqueólogo, geralmente para os acompanhamentos de obras. Esta acontece após a chegada da autorização do PATA pela DGPC, e após acordo com o cliente.

Podem dar-se casos em que é necessária efectuar-se a entrada em campo antes da chegada da autorização em papel, devido à eminência do início dos trabalhos de construção, geralmente associadas a trabalhos camarários ou intervenções simples e rápidas de aberturas de valas. Assim, é feito um contacto telefónico entre a empresa (coordenador) e a DGCP no sentido de saber qual o conteúdo do despacho já assinalado no Portal antes da chegada formal da resposta e, se esta é autorizada, por forma a permitir a entrada do arqueólogo em campo.

Quando a data prevista de início está próxima são estabelecidas as pessoas que integrarão a equipa técnica do projecto e o material necessário. É feita a requisição das pessoas, viaturas e alojamento através de um formulário, o RECPAX, enviado por e-mail ao departamento administrativo. Nesse formulário especifica-se o projecto, o director, a data estimada de início, as pessoas pretendidas para integrar a equipa técnica, se é necessário alojamento ou carro, ou se terão de contratar trabalhadores para dar apoio na escavação. Relativamente à equipa técnica pode dar-se o caso de não existir ainda, ou as pessoas pretendidas não estarem disponíveis, assim é feita requisição da equipa técnica composta por quem estiver disponível para iniciar os trabalhos.

Para além deste formulário é também preenchido outro referente ao material necessário, o RECMAT, onde se especifica o tipo e quantidade de material necessário. É responsabilidade do departamento administrativo ou do coordenador preparar todo o material necessário bem como o do registo de campo, necessário a levar pelo director, nomeadamente o PATA, cartografia auxiliar, fichas de registo específicas do tipo de trabalho (escavação, acompanhamento, ortofotografia, etc.) e pasta de desenho. No caso do acompanhamento arqueológico é necessário também levar partes diárias de trabalho para efeitos de facturação

Apesar da autorização do PATA, a DGPC é sempre informada por e-mail do início dos trabalhos, pois estes podem realizar-se algum tempo depois da sua autorização. É também informada do fim dos trabalhos, e da desmobilização da equipa.

O 5º momento refere-se ao decorrer dos trabalhos em campo, durante os quais vai existindo contacto entre o director e o coordenador, no sentido avaliar a sua concretização, podendo o coordenador visitar o local para avaliar se os prazos estão a ser cumpridos, ou se terão de existir alterações devido ao aparecimento de novas realidades arqueológicas, ou ainda se é necessário mais material ou até reforço da equipa.

Durante a realização dos trabalhos de escavação ou acompanhamento arqueológico, caso apareçam estruturas a DGPC é informada através de uma nota técnica, onde consta uma descrição, fotos ilustrativas, um parecer do período temporal, e o pedido de desmonte acompanhado destas, situação que é necessária na maioria dos casos. É também informada de todos os achados de alguma significância.

Durante o decorrer dos trabalhos são também realizadas reuniões no local com o director, coordenador, dono de obra e representante da DGPC, com o intuito de fazer o ponto da situação, dar a conhecer o progresso do trabalho, o que já foi encontrado, por vezes negociar prazos devido às realidades arqueológicas presentes, bem como para finalização dos trabalhos, quando se verifica necessário, a fim de se poder desbloquear o sítio e possibilitar ao dono de obra continuar o empreendimento. Em contexto urbano, na maioria dos casos, é enviada uma nota técnica a informar o fim dos trabalhos.

Para além destas reuniões existe pela parte do coordenador o cuidado de informar sobre o decorrer dos trabalhos ao dono de obra e, dependendo das situações, a DGPC, com a frequência considerada necessária.

O 6º momento é referente à conclusão do trabalho de campo e início da elaboração do relatório e tratamento dos materiais em laboratório.

O relatório é feito pelo director do projecto servindo-se de um Template (anexo I), utilizando os formulários e registo gráfico e fotográfico recolhido em campo, tendo na maioria dos casos apoio técnico na empresa para o tratamento dessa informação, nomeadamente digitalização de desenhos, fichas de u.e. ou elaboração dos anexos do relatório, possibilitando ao técnico concentrar-se na redação. O director tem um ano para entregar o relatório à tutela após o fim do trabalho de campo, mas na maioria dos

casos existe apenas uma semana para a sua realização e entrega ao cliente para assim não ultrapassar o orçamento estipulado e possibilitar a facturação.

Após a conclusão do relatório, procede-se ao seu envio para o cliente apreciar os resultados obtidos, bem como realizar alguma alteração (não técnica) que entenda necessária, sendo só depois enviado à DGPC. Com o relatório é também enviado, se requerida, uma declaração de desvinculação para as pessoas registadas como directores no PATA que não chegaram a trabalhar no projecto, desvinculando-se de qualquer responsabilidade para com este.

Relativamente ao tratamento dos materiais, após o fim dos trabalhos de campo, estes são trazidos para o Laboratório, na sede da empresa em Lisboa, onde são, primeiramente lavados e deixados a secar. Depois de secos são separados por tipo de material (cerâmica comum, cerâmica vidrada, porcelana, vidro, etc.) e classificáveis ou inclassificáveis, para serem guardados em sacos de plástico com uma etiqueta a especificar o nome do sítio, unidade estratigráfica, tipo de material e sondagem.

Após a sua separação são colocados em contentores identificados com uma ficha de contentor, onde se especifica o nome do sítio, o número do projecto, as u.es. existentes e o tipo de material, para depois estes serem guardados no armazém da empresa. Cada um destes contentores é também acompanhado de uma lista própria onde se define por u.e. e tipo de material colocado no contentor.

Para os projectos realizados na zona do Alentejo, como os efectuados para a empresa EDIA, por vezes os materiais são tratados e armazenados num armazém da empresa em Beja, adquirido devido ao facto de se realizarem diversos trabalhos nessa zona, bem como o grande número de material recolhido.

Entregue o relatório e tratados os materiais, estes são entregues à DGPC no local combinado, sendo geralmente no museu ou extensão da DRC local. É realizado um auto de entrega onde se estipula o nome do projecto e o número de contentores a ser entregues, sendo efectuadas três cópias, uma ficando no destino e outra assinada como prova de recepção dos contentores.

O 7º momento é referente ao encerramento total do projecto. É um processo unicamente interno, esperando-se apenas a recepção do ofício a aprovar o relatório enviado à DGPC. Pode dar-se o caso de este ser rejeitado por falta de algum



componente, nesses casos o coordenador é avisado por e-mail ou por ofício para enviar os componentes em falta.

Após a aprovação do relatório, a pasta com toda a informação adquirida ao longo do projecto, já informatizada, é deslocada da pasta “projectos abertos” para a pasta “projectos fechados” e posteriormente gravadas cópias de segurança em CD/DVD, ficando uma na ERA, uma no servidor informático, e outra em local seguro. O registo gráfico é guardado na área do departamento de desenho, a documentação referente à gestão do projecto é arquivada na área do departamento administrativo e o restante registo é colocado no arquivo morto.

Antes do encerramento total do projecto é feita uma reunião interna com coordenador e departamento administrativo, com o objectivo de reavaliar o projecto, se este correu bem ou se existiram problemas, de que tipo e se a sua resolução foi a melhor ou não, bem como se foram cumpridos os prazos e custos disponíveis, ou se foram ultrapassados e por que motivo, para futuramente existir uma melhor preparação em projectos semelhantes.



## 4. METODOLOGIA DE TRABALHO

Ao iniciar o meu estágio na empresa, foram-me desde logo explicadas as metodologias usadas para cada tipo de trabalho, sendo algumas mais pormenorizadas durante alguns trabalhos, nomeadamente a metodologia de escavação.

### 4.1. Acompanhamento:

A metodologia de acompanhamento foi uma das primeiras apresentadas, pois foi dos primeiros trabalhos a realizar. Assim foram-me entregues e explicados os formulários ou fichas de acompanhamento (Anexo II.1), onde eram descritas todas as unidades identificadas, representadas as suas relações estratigráficas, realizado um esquema/croqui da realidade observada e assinalado o tipo de materiais arqueológicos recolhidos. Para além das fichas de campo foi entregue a lista de registo fotográfico (Anexo II.2) onde são descritas todas as fotografias tiradas durante o acompanhamento.

Estas fichas possibilitam registar toda a informação necessária de forma fácil e estandardizada, proporcionando uma fácil leitura para outras pessoas que não tenham conhecimento do sítio.

Fui informada do princípio metodológico de escavação utilizado segundo os princípios de Barker- Harris (HARRIS, 1989), tendo sido sumariamente explicado em conjunto com as fichas para o registo correcto das unidades estratigráficas.

Fui instruída também no sentido de realizar desenho em papel milimétrico há escala 1/20 no caso de aparecerem estruturas, e uma recolha selectiva do material encontrado, separado por unidade estratigráfica, com o objectivo de ilustrar o tipo de materiais existentes, a importância arqueológica do local e possíveis datações a retirar, bem como reverificar a necessidade da realização de escavação arqueológica.

Devido à curta duração da maioria destes trabalhos de acompanhamento, pude realizar um grande número deles, pois a maioria teria uma duração de um dia a uma semana, todos eles restringidos à área de Lisboa.

Esta situação possibilitou-me acompanhar áreas principalmente de nível 2 segundo o Plano Director Municipal (Anexo III), essencialmente na Baixa Pombalina.

Esta pela sua importância histórica e arqueológica possibilitou a descoberta de algumas estruturas, como caneiros e poços pombalinos, que necessitaram ser desenhados e descritos para o seu posterior desmonte, após devida autorização da tutela. Nesta situação a recolha de materiais teve de ser mais cuidada para perceber não só a datação das estruturas, mas também se estas encontram-se já descontextualizadas e afectadas por anteriores intervenções de subsolo.

O trabalho por mim realizado durante o acompanhamento de obra passou pela observação da remoção de terras de forma mecânica. Durante este realizei o registo das fichas de campo e fotográfico segundo a metodologia supra descrita, desenho arqueológico e descrição de estruturas, sempre que necessário, bem como a recolha do material arqueológico quando a sua existência é verificada.

## 4.2. Escavação:

Relativamente à metodologia de escavação, esta foi-me explicada durante a primeira escavação em que participei. Esta realizou-se enquanto técnica de arqueologia, para apoio ao director de escavação. Foi-me exigido muito rigor no registo gráfico e fotográfico, principalmente no desenho arqueológico, em plano, corte e alçado para o caso das estruturas.

À semelhança do acompanhamento, também para as escavações existem formulários ou fichas específicas e estandardizadas para facilitar o registo estratigráfico, nomeadamente a lista de unidades (Anexo II.3) em que se regista cada nova ficha criada, com uma pequena descrição e data, bem como a ficha de registo de unidade (Anexo II.4) onde se define tratar-se de estrutura ou depósito, sendo descrito da melhor forma possível as características dessa unidade, as diversas relações estratigráficas e se foram recolhidos materiais arqueológicos e de que tipo.

Também nesta situação é utilizada a lista de fotografias e a lista de desenhos para facilitar a organização da informação recolhida. É feita uma recolha amostrativa dos materiais das unidades mais recentes, e uma recolha sistemática das unidades conservadas, sendo estes materiais guardados em sacos furados e com fichas individuais identificadas (Anexos II.5) com U.E., data, nome do sítio (topónimo) e por sondagem.

Durante o estágio pude participar em 5 escavações, sendo duas delas fora de Lisboa (Beja e Almeirim), possibilitando-me fazer todo o tipo de trabalho necessário neste contexto. Da escavação dos depósitos, o registo das unidades identificadas, o desenho dos planos cortes ou alçados de estruturas, ao retirar de cotas com nível de bolha ou estação total, pude acompanhar todo o processo e ficar responsável por alguns dos sectores/sondagens durante a escavação.

No decorrer das tarefas fui confrontada com outra realidade diferente do ambiente universitário; a grande pressão por parte do dono de obra/empresa para terminar os trabalhos o mais depressa possível e, para além desta celeridade imposta, constatei também uma hostilidade para com o papel e trabalho dos arqueólogos por parte de algumas destas entidades, nomeadamente a acusação do embargo ou atraso da obra.

### 4.3. Laboratório:

Após as recolhas de materiais arqueológicos, supra referidas, estes são levados para as instalações da empresa, para serem tratados em laboratório e armazenados.

Em primeiro lugar são lavados os materiais possíveis de o ser, como a cerâmica, fauna, líticos e vidros que estejam em condições de conservação que o permitam, e os materiais muito degradados ou que não podem ser lavados, caso dos metais e madeiras, são limpos a seco e trocados de saco.

Depois de lavados e secos, todos os materiais do projecto são tratados segundo a metodologia de separação e armazenamento utilizada, em que são divididos em classificáveis e não classificáveis dentro do tipo de material (ex. cerâmica vidrada, porcelana, faiança, cerâmica comum, vidro, ferro, fauna, líticos, madeira, etc.).

Após esta separação, são realizadas fichas de material para cada saco, ensacados e guardados em contentores ou tabuleiros, dependendo da abundância do espólio de um sítio.

Para além do tratamento dos materiais, é necessário manter os contentores organizados e arrumados no depósito, por forma a facilitar as entregas nos respectivos depósitos das Direcções Regionais, onde ficam armazenados após o encerramento do

relatório da intervenção, seja ela de acompanhamento ou escavação. Por vezes é necessária a criação de uma base de dados em excel e respectiva marcação e classificação dos materiais encontrados, sendo marcados segundo a tipologia utilizada (NOME [U.E], NUMERO), armazenados em contentores devidamente identificados por ficha de contentor com o nome do sítio, números de inventário, tipo de material e outras observações.

Para facilitar a organização do depósito, e fácil consulta dos projectos armazenados, existe um mapa onde são colocados os seus nomes, recriando em papel a organização existente no armazém, sendo atualizado regularmente.

Para além do trabalho realizado descrito acima, é também feita uma organização regular do laboratório e depósito devido à entrada e saída constante de vários projectos. Quando se dá a entrada dos materiais de um projecto estes são guardados nos contentores e armazenados no depósito e registados no mapa.

Quando um projecto é encerrado, os materiais são enviados para o depósito da respectiva Direcção Regional. Para tal é realizado um auto de entrega onde são enumerados os diversos projectos a entregar e o número de contentores respectivo. São impressas 3 cópias que serão assinadas pelos coordenador do projecto e responsável do depósito que recebe, ficando uma na empresa, outra no depósito de entrega e a terceira é enviada à DGPC para ficar arquivada junto do processo relativo ao local onde os materiais se encontram.

Durante o estágio pude tratar diversos materiais arqueológicos de várias épocas, seguindo a metodologia apresentada, possibilitando-me o contacto e familiarização com os diferentes materiais, as suas formas, decorações e até evolução durante a realização de bases de dados, que não é possível em campo.

Pude também compreender toda a dinâmica do variado trabalho realizado em laboratório e ficar responsável pela maioria da sua execução.

#### 4.4. Trabalho de apoio à coordenação/administrativo:

Para além dos trabalhos indicados, foi-me possível também realizar trabalho de escritório/administrativo, nomeadamente a realização de relatórios de acompanhamento e pequenas escavações, bem como o encerramento de projectos durante o apoio à coordenação.

A realização de um relatório passa pelo tratamento da informação recolhida em campo e da análise dos materiais já tratados, na sede da empresa, seja de acompanhamento ou escavação. Para tal existe um template (Anexo I) standard que é necessário preencher com a informação recolhida em campo do respectivo projecto, o que facilita a elaboração do relatório e acessível leitura.

Para o encerramento de um projecto é necessária a revisão do relatório e preparação do seu formato físico e digital para ser entregue à Direcção Geral do Património Cultural a fim de ser autorizado e posteriormente encerrado no arquivo da empresa.

O formato digital é constituído por toda a informação produzida durante o decorrer do projecto, desde a troca de e-mails para adjudicação do projecto, passando pela produção do registo de campo, até à realização do relatório.

Neste sentido, e para que o formato digital esteja pronto a ser entregue e encerrado, é necessário confirmar que os registos de campo estão organizados nas devidas pastas, se as fotografias estão organizadas e acompanhadas de lista, se os desenhos e mapas estão inseridos na sua pasta respectiva, e localizados em planta de obra, se todos os ficheiros se encontram nos formatos necessários (PDF, JPEG, EXEL), e se o índice da metainformação está atualizado.

É necessário também o preenchimento da ficha de sítio que acompanha o relatório em formato PDF, utilizando a informação do relatório final, ficha que depois ficará disponibilizada no portal do arqueólogo para consulta.

O formato físico é constituído pelo relatório final já revisto e impresso, bem como de anexos, nomeadamente as fotografias impressas em papel de qualidade fotográfica e formato 15x10 aproximadamente, os desenhos de campo e mapas impressos em tamanho A3 e a ficha de sítio colocada no início do relatório.

Só após todo este processo é que se pode realizar a encadernação do relatório e a gravação do CD que o acompanha para que sejam entregues à DGPC.

#### 4.5. Trabalho de desenho e topográfico:

No departamento de desenho e topografia são concebidos mapas, desenhos e tratamentos de imagens pertencentes às diversas intervenções. Este trabalho passa pelo apoio a projectos de obra prévios a escavações, nomeadamente o marcar das sondagens em cartografia, ou estudo de todos os elementos gráficos antecedentes à escavação dos projectos envolvidos.

Também é realizado o tratamento dos desenhos elaborados em campo de planos, cortes e perfis. É feita uma selecção dos desenhos a serem trabalhados, entregue ao técnico de desenho, que irá criar um sistema de coordenadas para poder vectorizá-los, utilizando o programa AutoCad.

Para a realização dos levantamentos ortofotográficos durante o decorrer de uma intervenção é necessária a deslocação do técnico ao campo, excepto nos casos em que existe uma pessoa que possa realizar o trabalho de campo.

No campo são retiradas coordenadas com a estação total, e fotografias do que se pretende ortofotografar, realizando-se o registo em fichas de trabalho topográfico (Anexo II.7), podendo ser estruturas, esqueletos, uma área ou sondagem, um plano, entre outros. Após a recolha dos dados a ortofotografia é criada em gabinete.

Estas ortofotografias são inseridas em AutoCad e são usadas como plano de trabalho para a realização de planos vectoriais, de planos cortes e perfis. Por vezes são apresentadas apenas as fotografias rectificadas como apresentação final do projecto.

Para além deste trabalho o departamento de desenho também elabora levantamentos arquitectónicos, desenhos de Estudo de Impacte Ambiental, desenhos de ilustrações ou material de divulgação necessário à empresa.

A minha participação foi relativamente pequena, tendo passado apenas pelo apoio técnico do registo fotográfico dos azulejos existentes num antigo edifício<sup>29</sup>.

---

<sup>29</sup> Infra descrito em: 5.5 Trabalho Topográfico



## 5. TRABALHO REALIZADO

### 5.1. Acompanhamento

**Designação:** Edifício AM48 - Edifício Augusto Aguiar - FocusLX

**Local:** Av. António Augusto Aguiar, nº138- **Período cronológico:** Contemporâneo  
140, São Sebastião- Lisboa.

**Director:** Inês Mendes da Silva

**Fonte:** *Edifício AM48 – Edifício Augusto Aguiar* (2014). Relatório final.

**Descrição:** Acompanhamento arqueológico realizado no âmbito da empreitada ao Edifício AM48 - Edifício Augusto Aguiar, construção de novos prédios Focus-Lx, em São Sebastião, próximo do El Corte Inglés, em Lisboa. Estes trabalhos foram adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela empresa LÚCIO DA SILVA AZEVEDO & FILHOS, S.A.. Os referidos trabalhos tiveram início a 4 de Setembro e conclusão a 22 de Dezembro de 2014.

Durante a sua realização foram identificados troços de três muros, um poço e um caneiro de período contemporâneo, bem como recolhidos alguns materiais descontextualizados da mesma cronologia.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o acompanhamento da remoção dos depósitos em cinco sectores diferentes no contexto de obra, onde foram, no início dos trabalhos, identificados troços de três muros que foram registados por meio do desenho arqueológico, fotografia e descrição do tipo de muros.

Na continuação dos trabalhos foram identificados, primeiramente, um poço em lajes graníticas já desativado, e posteriormente um caneiro que ligava ao poço para o fornecimento de água, construído metade em alvenaria e outra metade escavado na

rocha. Foi realizado para ambos o registo fotográfico, desenho arqueológico e descrição de estruturas.

Em laboratório tratei a amostra de material recolhida segundo a metodologia utilizada e efectuei o relatório arqueológico dos trabalhos realizados.

---

**Designação:** Reabilitação de edifício sito na Rua dos Douradores, 142-156

**Local:** Rua dos Douradores nº142-156, **Período cronológico:** Moderno  
Lisboa

**Director:** Inês Simão; Jorge Parreira

**Fonte:** *Reabilitação de edifício sito na Rua dos Douradores, 142-156* (2014). Relatório final.

**Descrição:** Sondagens e acompanhamento realizados no âmbito do projecto de reabilitação estrutural e adaptação a unidade hoteleira de 3 estrelas do edifício sito nos nºs 142-156 da Rua dos Douradores e nºs 10-16 da Rua da Assunção, em Lisboa. Estes trabalhos foram adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela Sociedade Imobiliária Silvar, Lda. e decorreram em duas fases, entre 14 e 16 de Outubro de 2013 e entre 31 de Março e 8 de Maio de 2014.

Na primeira fase dos trabalhos foram realizadas 4 sondagens arqueológicas de diagnóstico, numa área total de 15,5m<sup>2</sup>, e na segunda fase foram realizadas mais 5 sondagens de diagnóstico, numa área total de 31,75 m<sup>2</sup>.

Para além das sondagens procedeu-se ao acompanhamento arqueológico dos trabalhos de abertura de 5 poços geotécnicos em áreas de implantação de futuras sapatas para reforço das fundações do edifício.

Foi possível identificar os níveis associados à construção do edifício actual, que se encontram sobre os níveis de aterros pombalinos, que por sua vez se encontram sobre algumas estruturas de cronologia Moderna, provavelmente associadas aos edifícios pré-terramoto presentes neste local, nomeadamente diferentes compartimentos e vestígios

de antigos pavimentos, a cotas entre 1 e 2 metros abaixo do nível da actual Rua dos Douradores. Apresentava pavimentos de tijoleira e argamassa e paredes que denotam uma manutenção cuidada, como provam as diversas camadas de reboco aplicadas durante esta ocupação

Os trabalhos realizados caracterizaram-se pela presença pouco frequente de materiais arqueológicos, essencialmente representados por alguns fragmentos de cerâmica comum, faianças e porcelanas, vidros e fauna mamalógica.

**Trabalho realizado:** a minha intervenção correspondeu apenas ao acompanhamento da abertura de uma caixa de saneamento, na área de entrada do edifício a oeste, com uma área de 16 m<sup>2</sup> e profundidade de 2,30 m, tendo sido realizada a abertura da caixa sem acompanhamento devido ao atraso do responsável de obra em pedir a presença de um arqueólogo, até uma profundidade de 2,20m. Assim foi apenas acompanhado cerca de 10cm de profundidade bem como a remoção da manilha de grés, durante o qual se realizou o registo e fotografias em corte das unidades estratigráficas encontradas, não tendo sido verificado afectação de estruturas.

Os trabalhos consistiram na escavação manual dos depósitos encontrados, sendo após a sua remoção identificada um caneiro pombalino em alvenaria constituído por tijolos burro e argamassa de coloração amarela alaranjada em forma de arco de volta perfeita, anteriormente afectada pela instalação de esgotos antigos em tubos de grés. Os materiais identificados associados eram apenas de construção.

Durante o acompanhamento efectuei o registo e descrição nas fichas de acompanhamento das diversas unidades estratigráficas, o registo fotográfico das mesmas e desenho das estruturas identificadas.

---

**Designação:** Praça do Município - AlmaLusa

**Local:** Praça do Município nº21, **Período cronológico:** séc. XVIII -pós  
Lisboa terramoto

**Director:** Alexandre Sarrazola

**Fonte:** *Unidade Hoteleira AlmaLusa* (2015). Parecer de Trabalhos Arqueológico.

**Descrição:** acompanhamento e sondagens de diagnóstico arqueológico no âmbito do empreendimento Unidade Hoteleira AlmaLusa na Praça do Município 21, adjudicado pela empresa NOSSO LEGADO, LDA. Teve duas fases de trabalhos, uma primeira de escavação e uma segunda de acompanhamento.

A área de escavação realizada restringe-se à área do poço de elevador, sendo que foi atingida uma profundidade de c. 1 m. A restante área de obra teve acompanhamento dos trabalhos.

Foi detectada a presença de um poço moderno, um pavimento em granito também de época moderna e a reutilização de um caneiro pombalino por uma infraestrutura de saneamento contemporânea (tubagem de grés).

**Trabalho realizado:** A minha intervenção remeteu-se ao desenho à escala 1/20 do plano final e 4 alçados finais da área do poço elevador, bem como da estrutura em lajes graníticas (pavimento) moderna de sensivelmente 4m de comprimento e do poço identificado com 1m de diâmetro.

---

**Designação:** Rua dos Prazeres nº11

**Local:** Rua dos Prazeres nº11, Lisboa

**Período cronológico:** contemporâneo

**Director:** Marina Pinto

**Fonte:** *Acompanhamento Arqueológico – Rua dos Prazeres* (2015). Relatório preliminar.

**Descrição:** acompanhamento realizado no âmbito das obras de requalificação de um edifício sito na Rua dos Prazeres nº 11, incluído na Zona Geral de Protecção do Aqueduto das Águas Livres. Estes trabalhos foram adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela Xtremedream e decorreram entre os dias 2 de Junho e 5 de Agosto de 2015.

Os trabalhos passaram pelo acompanhamento da remoção de terras associadas às obras de requalificação do edifício, sendo os níveis essencialmente de abandono e aterro contemporâneo e os restantes constituídos pelo substrato geológico.

Não foram identificados contextos arqueológicos preservados passíveis de associar ao Aqueduto das Águas Livres, estrutura que se encontra nas proximidades, que une os chafarizes do Arco de S. Bento e da Rua do Arco e que passa, entre outras artérias, pela Rua dos Prazeres.

**Trabalho realizado:** a minha intervenção correspondeu ao acompanhamento da remoção de terras para a instalação de alicerces e posteriores caves do edifício habitacional. Os trabalhos consistiram na remoção do depósito de habitação recente e níveis de geológico/magras arenoargilosas esverdeadas, não tendo sido identificado nenhum material ou estrutura arqueológica.

Durante o acompanhamento efectuei o registo e descrição nas fichas de acompanhamento das diversas unidades estratigráficas e o registo fotográfico das mesmas.

---

**Designação:** Rua da Quintinha

**Local:** rua da Quintinha nº25 A-B e 23, Lisboa    **Período cronológico:** moderno

**Director:** Alexandre Sarrazola

**Fonte:** *Acompanhamento Arqueológico – Rua da Quintinha* (2014). Relatório final

**Descrição:** Acompanhamento arqueológico realizado no âmbito da reabertura de cinco valas na rua da Quintinha, desde o nº25 A-B ao 23, Lisboa, para a renovação de rede de distribuição de água. Estes trabalhos foram adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela EPAL S.A. e decorreram nos dias 2 e 3 de Outubro de 2014.

Os trabalhos passaram pela reabertura de cinco valas com comprimentos entre 1m e 7m, com 1,20m de largura e 0,60m de profundidade, ao longo do troço de rua, para retirar e

instalar um novo cano de água. Apareceram apenas alguns materiais cerâmicos (azulejos, faiança, porcelana, cerâmica comum) e restos faunísticos juntamente com restos de lixo contemporâneo, pertencentes a um depósito de aterro que foram recolhidos e tratados em laboratório. Não foram detectadas estruturas arqueológicas.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o acompanhamento da remoção dos depósitos já antes revolvidos nas cinco valas da instalação da rede de abastecimento de água, não tendo sido identificado nenhuma estrutura arqueológica, apenas a recolha de uma amostragem dos materiais encontrados.

Durante o acompanhamento efectuei o registo e descrição nas fichas de acompanhamento das diversas unidades estratigráficas e o registo fotográfico das mesmas. Em laboratório tratei a amostra de material recolhida segundo a metodologia utilizada e efectuei o relatório arqueológico dos trabalhos realizados.

---

**Designação:** Rua da Vinha – renovação da rede de gás

**Local:** Rua da Vinha nº52 a nº46, Lisboa      **Período cronológico:** moderno

**Director:** Alexandre Sarrazola

**Fonte:** *Renovação da Rede de M.P. de Gás Combustível Canalizado – Rua da Vinha* (2014). Relatório final.

**Descrição:** Acompanhamento arqueológico realizado no âmbito da reabertura de uma vala para instalação de uma conduta para gás canalizado pela Lisboagás, na Rua da Vinha, nº52 a nº46, Lisboa. Estes trabalhos foram adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela Galp Energia S.A., e decorreram nos dias 22 e 23 de Setembro de 2014.

Os trabalhos passaram pela reabertura de uma vala, com cerca de 18 m de comprimento, 0,30m de largura e cerca de 1m de profundidade para a instalação de gás canalizado. Apareceram apenas alguns materiais cerâmicos (azulejos, faiança, porcelana, cerâmica comum) no nível de aterro.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o acompanhamento da remoção dos depósitos já antes revolvidos na vala para instalação da canalização de abastecimento de gás, não tendo sido identificado nenhuma estrutura arqueológica, apenas a recolha de uma amostragem dos materiais encontrados.

Durante o acompanhamento efectuei o registo e descrição nas fichas de acompanhamento das diversas unidades estratigráficas e o registo fotográfico das mesmas. Em laboratório tratei a amostra de material recolhida segundo a metodologia utilizada e realizei o relatório arqueológico dos trabalhos realizados.

---

**Designação:** Rua Henriques Nogueira - renovação da rede de gás

**Local:** Rua Henriques Nogueira, Lisboa

**Período cronológico:** moderno

**Director:** Alexandre Sarrazola

**Fonte:** *Renovação da Rede de M.P. de Gás Combustível Canalizado – Rua Henrique Nogueira* (2014). Relatório final.

**Descrição:** Acompanhamento arqueológico realizado no âmbito da reabertura de duas valas na Rua Henriques Nogueira (zona de Nível II segundo o PDM) destinadas à renovação da Rede M.P. de Gás Combustível Canalizado. Estes trabalhos foram adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela Lisboagás e decorreram entre os dias 15 e 18 de Dezembro de 2014.

Os trabalhos passaram pela reabertura de duas valas, com cerca de 30 m de comprimento, 1,10 m de profundidade e 0,60 m de largura cada, para a instalação de gás canalizado. Foi identificado um caneiro pombalino, construído em lajes graníticas, e recolheu-se uma amostragem de materiais cerâmicos (azulejo, faiança).

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o acompanhamento da abertura da vala Este e Norte, tendo os trabalhos consistido na remoção do depósito já

antes revolidado para instalação das canalizações de abastecimento de gás, não tendo sido identificado nenhuma estrutura arqueológica durante os mesmos, apenas a recolha de uma amostragem dos materiais encontrados. Assim efectuei o registo e descrição nas fichas de acompanhamento das diversas unidades estratigráficas e o registo fotográfico das mesmas.

---

**Designação:** Antigo Edifício dos CTT,

**Local:** Antigo Edifício dos CTT, Praça D. Luís - **Período cronológico:** moderno  
Cais do Sodré, Lisboa

**Director:** Alexandre Sarrazola; Joana Reis; Marta Lacasta Macedo

**Fonte:** Antigo Edifício dos CTT (2015). Nota técnica de sondagens arqueológicas

**Descrição:** Acompanhamento arqueológico realizado no âmbito do empreendimento Reabilitação do Antigo Edifício dos CTT, na Praça D. Luís. Estes trabalhos foram adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela Habitat Vitae, S.A., e o acompanhamento arqueológico terá decorrido entre os dias 2 e 9 de Setembro de 2015, estando as sondagens em curso.

O edifício encontra-se implantado sobre os vestígios do antigo núcleo da Casa da Moeda e seu Cais (inícios do século XVIII), que corresponde às instalações da anterior Companhia Geral do Comércio do Brasil, e do Forte de S. Paulo (finais do século XVII).

Os trabalhos passaram inicialmente pela abertura de valas, consoante o decorrer da obra, para implantação de infra-estruturas, tendo sido posto a descoberto um conjunto de estruturas correspondentes quer à Casa da Moeda, quer à Fundação do Arsenal Real (século XIX) que parcialmente se instalou sobre a mesma.



Neste sentido, numa segunda fase, passou-se à realização de sondagens arqueológicas, até à cota de afectação de obra, para melhor percepção dos vestígios, trabalho que ainda se encontra a decorrer.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o apoio à colega Joana Reis no acompanhamento da remoção dos depósitos, referentes às valas a serem abertas nas diversas zonas de obra do edifício, não tendo sido identificado nenhuma estrutura arqueológica, apenas a recolha de uma amostragem dos materiais encontrados.

Durante o acompanhamento efectuei o registo e descrição nas fichas de acompanhamento das diversas unidades estratigráficas e o registo fotográfico das mesmas.

---

## 5.2. Escavação

**Designação:** Rua da Lapa – Sondagens

**Local:** Rua da Lapa nº69, Lisboa    **Período cronológico:** Moderno/ Contemporâneo

**Director:** Alexandre Sarrazola

**Equipa Técnica:** Olímpia Meirinho; Henrique Matias; Rui Godinho

**Fonte:** *Acompanhamento de Sondagens Geotécnicas e escavação de sondagens Arqueológicas no edifício nº69 na Lapa* (2015). Relatório final.

**Descrição:** Trabalhos de sondagens arqueológicas realizadas no edifício na Rua da Lapa, 69, em Lisboa no âmbito de averiguação da potência arqueológica existente e realização de sondagem geotécnica de diagnóstico para analisar a consistência dos

alicerces. Estes trabalhos foram adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela empresa AIRES MATEUS E ASSOCIADOS, decorreram entre os dias 4 e 20 de Março de 2015.

Neste sentido existiram duas fases de trabalhos, sendo realizado na primeira fase as três sondagens geotécnicas e na segunda fase foram abertas três sondagens arqueológicas, duas no exterior e uma no interior do edifício.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se, na primeira fase, com o acompanhamento da abertura de três sondagens geotécnicas de 1m de largura por 2m de comprimento e 2m de profundidade, ao longo das suas fundações com o intuito de averiguar o seu estado. Foram identificados muros em alvenaria que devido à sua composição, semelhante às paredes existentes, bem como à sua orientação em relação ao edificado, permitiu a percepção de antigas paredes divisórias demolidas a dado momento da remodelação do edifício. Foram também recolhidos os materiais arqueológicos identificados do período contemporâneo e moderno.

Na segunda fase, a minha intervenção consistiu na abertura de uma das duas sondagens arqueológicas, de 2m<sup>2</sup> com 2m de profundidade no exterior do edifício na área de jardim, para perceber melhor a capacidade arqueológica. A segunda sondagem foi aberta frente a uma das portas do edifício pelos colegas Henrique Matias e Rui Godinho. Não foram identificadas estruturas arqueológicas, sendo apenas recolhidos os materiais encontrados, também de período contemporâneo e moderno.

Durante os trabalhos efectuei o registo e descrição nas fichas de acompanhamento, para as sondagens geotécnicas e nas fichas de escavação, para as sondagens arqueológicas das diversas unidades estratigráficas identificadas, o registo fotográfico e desenho arqueológico. Em laboratório tratei os materiais recolhidos segundo a metodologia utilizada e efectuei o relatório arqueológico dos trabalhos realizados.

---

**Designação:** Beco do Espírito Santo

<b>Local:</b> Beco do Espírito Santo nº8 e Rua dos Remédios nº1 a 3, Lisboa	<b>Período</b> Moderno	<b>cronológico:</b>
--	---------------------------	---------------------

**Director:** Marina Pinto; Filipe Oliveira

**Equipa técnica:** Olímpia Meirinho; Rui Godinho

**Fonte:** *Sondagens de diagnóstico – Beco Espírito Santo* (2014). Relatório final

**Descrição:** Escavação arqueológica realizada no âmbito do projecto de reabilitação de um edifício sito no Beco Espírito Santo nº8 e Rua dos Remédios nº1 a 3 em Lisboa. Estes trabalhos foram adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela Totalcity, Lda. e decorreram entre os dias 03 e 07 de Novembro de 2014.

Os trabalhos passaram pela abertura de duas sondagens, uma de 2,5m<sup>2</sup> na fracção do Beco do Espírito Santo, com o intuito de realizar um diagnóstico arqueológico do local. Outra de 1m<sup>2</sup> na fracção da Rua dos Remédios para confirmar a presença do substrato geológico naquela área, pois já teria sido antes intervencionada por uma equipa do Museu da Cidade.

Durante os trabalhos identificaram-se 4 fases de ocupação, sendo a mais recente representada pelo último nível de circulação já revestido a ladrilho contemporâneo, que assenta num pavimento em tijoleira disposta em espinha de meados do século XVIII. Sob estes encontrava-se um nível de lixeira com materiais em contexto primário de deposição com mais de 2m de altura da segunda metade do século XVII, que assentava por sua vez sobre um depósito de aterro contendo materiais do século XVI. Identificaram-se também dois paramentos de alvenaria de grandes dimensões, de cronologia indefinida, sendo no mínimo contemporânea ou anterior à última fase de ocupação identificada, seiscentista.

Os materiais arqueológicos recolhidos durante a escavação das sondagens apresentavam-se em bom estado e muito pouco fragmentados, nomeadamente cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança, vidro, ferro, materiais faunísticos, tendo estes sido levados para o laboratório após o fim dos trabalhos.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o apoio técnico por apenas um dia, durante a escavação das sondagens arqueológicas, nomeadamente elaboração de algumas fichas de escavação, guardar e separar os materiais encontrados das várias sondagens, registo fotográfico de planos e cortes estratigráficos, bem como durante a

escavação utilizando quer utensílios leves (picos, escovas) quer utensílios pesados (picareta e enxada).

Após o trabalho de campo, também tratei dos materiais em laboratório, onde foram lavados, separados e arrumados segundo a metodologia utilizada.

---

**Designação:** Campo das Cebolas - Obras de requalificação e implantação do Parque de Estacionamento

**Local:** Campo das Cebolas, Lisboa      **Período cronológico:** moderno-contemporâneo

**Director:** Inês Simão; Marina Pinto; Alexandre Sarrazola; Teresa Freitas

**Equipa Técnica:** André Texugo; Ever Calvo; Fátima Nunes; Francisco Andrade; Henrique Matias; Joana Lima; Lúcia Miguel; Nelson Cabaço; Olímpia Meirinho; Rui Godinho; Sara Simões; Tiago do Pereiro.

**Fonte:** *Obras de requalificação e implantação do Parque de Estacionamento a construir no Campo das Cebolas* (2014). Relatório final

**Descrição:** Escavação arqueológica realizada no âmbito do empreendimento de requalificação e implantação do Parque de Estacionamento a construir no Campo das Cebolas, em Lisboa. Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela EMEL S.A. e decorreram entre os meses de Julho e Outubro de 2014.

Os trabalhos passaram pela escavação de 9 sondagens manuais de diagnóstico arqueológico, numa área total de 500 m<sup>2</sup>, implantadas no local de acordo com a área e a cota de afectação prevista para o futuro projecto, atingindo uma profundidade entre 1,8m e 2,5m para a maioria das sondagens, tendo algumas atingido profundidades inferiores.

Os contextos estratigráficos identificados durante os trabalhos enquadram-se principalmente numa cronologia contemporânea (séculos XIX / XX) e estão associados à utilização do Campo das Cebolas como área portuária e sua posterior desactivação, existindo pontualmente alguns contextos de cronologia moderna (século XVII / XVIII).

Assim foram identificados robustos paredões de cais que deverão corresponder ao Cais da Ribeira Velha, usado durante o século XIX, e possíveis bases de gruas de porto também associadas ao cais.

**Trabalho realizado:** a minha intervenção prendeu-se com o apoio técnico durante a escavação das sondagens arqueológicas, nomeadamente na escavação dos depósitos, no registo fotográfico de alguns planos e alçados de estruturas, no desenho de cortes e alçados, na recolha e separação dos materiais identificados nas sondagens, utilização da estação total para auxiliar o registo gráfico.

Após o trabalho de campo, também tratei dos materiais em laboratório, onde foram lavados, separados e arrumados segundo a metodologia utilizada.

---

**Designação:** Escolas Velhas - Capela do Divino Espírito Santo

**Local:** Rua Dr. J. César Henriques e Rua da Alagôa, Almeirim **Período cronológico:** séc. XVI-XIX

**Director:** Marta L. Macedo (arqueologia); Marina Lourenço (antropologia)

**Equipa:** Olímpia Meirinho; Igor Martins; Lucy Evangelista; Patrícia Simão; Rita Severino

**Fonte:** Antigo Edifício das Escolas Velhas (Capela do Divino Espírito Santo), Almeirim (2015). Relatório final

**Descrição:** Escavação arqueológica realizada no âmbito do empreendimento de recuperação/reconversão, em Centro de Interpretação Histórica de Almeirim, do antigo Edifício das Escolas Velhas (e antiga Igreja/Capela do Divino Espírito Santo), sito na Rua Dr. J. César Henriques, em Almeirim. Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela Câmara Municipal de Almeirim e decorreram entre os dias 09 de Abril e 17 de Junho de 2015.

Estes trabalhos tiveram duas fases de intervenção, sendo a primeira de acompanhamento das obras, realizada pela directora do projecto Marta Macedo, e iniciada já com as obras em curso e com parte do edifício já afectado.

Devido às estruturas em alvenaria e sepulturas identificadas durante o acompanhamento, a DGPC determinou que este passasse a escavação arqueológica do fundo de caixa do pavimento e das cinco vigas e respectivas sapatas de fundação a implantar.

Os trabalhos passaram pela escavação no interior do Corpo Poente do complexo Escolas Velhas, onde foram identificadas duas preexistências em relação a este bloco edificado designado de Edifício 1 datado dos finais do século XIX inícios de XX, o Edifício 2 datado do século XIX e o Edifício 3 que seria anterior, pelo menos dos finais do séc. XVIII ou anterior.

Foi também identificada uma necrópole, seguindo o cânone cristão, associada a estes edifícios, onde se registaram 28 sepulturas. Do total de sepulturas intervencionadas verificou-se a presença de 21 adultos, 6 não adultos e uma sem material osteológico, tendo-se ainda identificado 18 ossários. A sua análise aponta para 26 mulheres, 25 homens e 57 indivíduos indeterminados, onde se inserem 32 não adultos.

Os materiais arqueológicos recolhidos, essencialmente no interior dos contextos funerários, e a sua posterior análise, possibilitaram aferir uma cronologia para a fase mais antiga de utilização de meados do século XVI, havendo um pico de ocupação entre os séculos XVII e XVIII., Verifica-se uma gradual diminuição a partir dos finais do século XVIII, altura em que a necrópole terá sido desativa.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o apoio técnico durante a escavação do Corpo Poente do complexo, tendo sido responsável pela escavação e registo de três das cinco vigas e respectivas sapatas de fundação localizadas a Este.

Neste sentido foi-me permitido acompanhar todo o trabalho realizado durante a escavação até a cota de obra dessas 3 sapatas. Tive a responsabilidade de orientar o trabalho realizado pelos trabalhadores, realizei desenhos de todos os planos, cortes e alçados de estruturas necessários, bem como o seu registo fotográfico e descrição nas fichas de escavação das diversas unidades estratigráficas identificadas. Também

efectuei recolha e separação dos materiais identificados nas sapatas, e a utilização da estação total para retirar de pontos de cotas para os planos efectuados.

Relativamente aos contextos funerários encontrados nestas sapatas, trabalhei com a antropóloga responsável, realizando a sua identificação, escavação e registo fotográfico e ortofotográfico, através do registo nas fichas de ortofotografia, descrição das unidades associadas a cada contexto e levantamento do material osteológico existente e recolha do material arqueológico associado.

Após o trabalho de campo, em laboratório tratei os materiais recolhidos segundo a metodologia utilizada e efectuei um estudo dos mesmos para integração no relatório final dos trabalhos, apresentando cronologias e paralelos para os materiais identificados.

---

**Designação:** Terras Frias 3

**Local:** Beja

**Período cronológico:** Romano

**Director:** Filipe Oliveira; Marco Fernandes

**Equipa:** Olimpia Meirinho; Patrícia Castanheira;

**Fonte:** *Sistema Interceptor de Beja (Terras Frias 3)* (2015). Nota técnica

**Descrição:** Escavação arqueológica realizada no âmbito da instalação do novo Sistema Interceptor de Beja, no sítio Terras Frias 3. Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela Águas Públicas do Alentejo S.A. e decorreram entre os dias 09 de Abril e 17 de Junho de 2015.

Inicialmente foi realizado o acompanhamento da obra em questão, mas após a descoberta do sítio passou para a realização de sondagens arqueológicas, onde foi descoberto um conjunto de estruturas de cronologia romana, referentes a uma possível *villa*, localizadas no alinhamento da vala.

Os elementos de maior destaque identificados foram um largo pavimento em *opus* e um conjunto de estruturas em alvenaria de pedra e argamassa e tijoleira, cobertos por vários depósitos de aterro, de onde se recolheu cultura material tipicamente romana,

nomeadamente *terra sigillata*, cerâmica de paredes finas, ânforas, *dollia* e cerâmica de construção (*tegula*, *imbrex*, *later*).

**Trabalho realizado:** a minha intervenção prendeu-se com o apoio técnico durante a escavação das sondagens arqueológicas, nomeadamente na escavação dos depósitos, no registo fotográfico de alguns planos e alçados de estruturas, no desenho de cortes e alçados, na recolha e separação dos materiais identificados nas sondagens, utilização da estação total para auxiliar a retirar pontos de cotas.

Após o trabalho de campo, também tratei dos materiais em laboratório, onde foram lavados, separados e arrumados segundo a metodologia utilizada.

---

### 5.3. Trabalho de Laboratório

**Designação:** Cidadela de Cascais - Sondagens de diagnóstico arqueológico

**Local:** Cascais, Lisboa

**Período cronológico:** séc. XVI-XVII

**Director:** Susana Pires

**Fonte:** *Sondagens de diagnóstico – Cidadela de Cascais* (2009). Relatório final

**Descrição:** Realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico com o intuito de avaliar o potencial arqueológico na Cidadela de Cascais, no âmbito do Projecto de Execução da sua reabilitação. Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela empresa Soares da Costa e decorreram entre os dias 02 de Novembro e 6 de Dezembro de 2009.



Os trabalhos passaram pela escavação de 8 sondagens, previas à reabilitação da Cidadela, de modo a melhor caracterizar o potencial científico e patrimonial das realidades arqueológicas presentes no local.

Durante os trabalhos identificou-se a presença de 3 estruturas amuralhadas preservadas, com cronologia compreendidas entre os séculos XVI e XVIII, 6 muros, 3 estruturas de alicerce, 2 estruturas de enrocamento, 1 biselamento, aterros diversos, um derrube e várias lixeiras com grande concentração de espólio característico do século XVII.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o tratamento dos materiais em laboratório na sede da empresa. Estes foram lavados, secos e separados segundo o tipo de material (cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança, vidro, metal, etc.) e dentro destes por classificáveis e inclassificáveis, para serem armazenados em sacos furados de plástico identificados com nome do sítio, sondagem e u.e. do depósito, data, tipo e por vezes forma do material.

Posteriormente foi realizado um inventário em folha Excel de todos os materiais, sendo conferido um número a cada artefacto singular classificável e ao conjunto de artefactos inclassificáveis da mesma u.e., devidamente separados por sacos. Estes foram marcados segundo a tipologia utilizada (NOME [U.E], NUMERO), armazenados em contentores devidamente identificados por ficha de contentor com o nome do sítio, números de inventários, tipo de material e outras observações.

Estas listas do inventário são posteriormente imprimidas e guardadas nos respectivos contentores com os materiais arqueológicos.

---

**Designação:** Parques de Estacionamento de Lagos - Sondagens de diagnóstico

**Local:** Parque da Cidade de Lagos/Anel Verde, Lagos      **Período cronológico:** séc. XVI-XVII

**Director:** Iola Filipe

**Fonte:** *Parques de Estacionamento do Parque da Cidade/Anel Verde, Lagos (2008).*  
Relatório final

**Descrição:** Realização de sondagens arqueológicas de diagnóstico com o intuito de avaliar o potencial arqueológico da área a afectar pelas obras de construção de um parque de estacionamento subterrâneo na zona do Parque da Cidade em Lagos. Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela empresa Consórcio EL, S.A. e decorreram entre os dias 24 de Setembro e 22 de Outubro de 2008.

Os trabalhos passaram pela escavação de 17 sondagens, tendo apenas sido encontrados vestígios arqueológicos em 5 sondagens. Os contextos arqueológicos registados referem-se a uma área de lixeira datada dos séculos XVI-XVII e contexto funerário de 4/5 enterramentos, sem um ritual funerário padronizado, na metade Este do Parque da Cidade.

As restantes 12 sondagens localizadas na parte Oeste não registaram contextos arqueológicos preservados, apenas aterros e/ou depósitos de formação natural.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o tratamento dos materiais em laboratório na sede da empresa. Estes foram lavados, secos e separados segundo o tipo de material (cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança, vidro, metal, etc.) e dentro destes por classificáveis e inclassificáveis, para serem armazenados em sacos furados de plástico identificados com nome do sítio, sondagem e u.e. do depósito, data, tipo e por vezes forma do material.

Posteriormente foi realizado um inventário em folha Excel de todos os materiais, sendo conferido um número a cada artefacto singular classificável e ao conjunto de artefactos inclassificáveis da mesma u.e., devidamente separados por sacos. Estes foram marcados segundo a tipologia utilizada (NOME [U.E], NUMERO), armazenados em contentores devidamente identificados por ficha de contentor com o nome do sítio, números de inventários, tipo de material e outras observações.

Estas listas do inventário são posteriormente imprimidas e guardadas nos respectivos contentores com os materiais arqueológicos.

---

**Designação:** Rua João do Outeiro - Alteração de Edifício de Habitação Multifamiliar

**Local:** João do Outeiro 15-19, Santa Maria    **Período cronológico:** séc. XVII-XVIII  
Maior, Mouraria

**Director:** Alexandre Sarrazola; Filipe Oliveira

**Fonte:** *Alteração de Edifício de Habitação Multifamiliar (2015)*. Relatório final

**Descrição:** Realização de sondagens arqueológicas na Rua João do Outeiro nº 15-19 no âmbito do empreendimento “Alteração de Edifício de habitação Multifamiliar”. Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela Central Place Invest, Unipessoal Lda. e decorreram entre os dias 6 e 21 de Outubro de 2014.

Os trabalhos passaram pela escavação de 5 sondagens de diagnóstico e de 2 valas perimetrais, incidindo nos locais a afectar pela construção das sapatas e dos alicerces do novo edifício.

Foram identificados elementos associados às mais recentes ocupações deste espaço, nomeadamente os vestígios do soalho em traves de madeira, assente em níveis típicos de abandono e aterro, que selavam estruturas pertencentes à ocupação setecentista e oitocentista deste local.

Confirmou-se que o actual prédio mantinha o traçado da habitação setecentista e foi possível expor estruturas e pavimentos associados à ocupação moderna (XVIII), que foram sofrendo um processo de abandono e aterro do espaço, culminando na construção do novo espaço, a uma cota superior.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o tratamento dos materiais em laboratório na sede da empresa. Estes foram lavados, secos e separados segundo o tipo de material (cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança, vidro, metal, etc.) e dentro destes por classificáveis e inclassificáveis, para serem armazenados em sacos furados de plástico identificados com nome do sítio, sondagem e u.e. do depósito, data, tipo e por vezes forma do material.

Posteriormente foram armazenados em contentores devidamente identificados por ficha de contentor, com nome do sítio, números das unidades estratigráficas, tipo de material e outras observações, sendo realizada uma ficha de contentor há medida que os materiais foram armazenados, segundo a tipologia utilizada.

Estas listas de contentor eram posteriormente imprimidas e guardadas nos respectivos contentores com os materiais arqueológicos.

---

**Designação:** Diagnóstico arqueológico no Palácio de Dona Rosa

**Local:** Rua dos Remédios, nº139, Alfama- **Período cronológico:** séc. XVIII-  
Lisboa XIX

**Director:** Inês Simão

**Fonte:** *Diagnóstico arqueológico no Palácio de Dona Rosa, Lisboa (2013)*. Relatório final

**Descrição:** Realização de sondagens arqueológicas na Rua dos Remédios nº 139/ Escadinhas D. Rosa, no bairro de Alfama em Lisboa no âmbito do projecto de reabilitação de um edifício conhecido como Palácio de D. Rosa. Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela Ger Antigo Imobiliária, Lda. e decorreram entre os dias 30 de Abril e 21 de Maio de 2013.

Os trabalhos passaram pela escavação inicialmente de 3 sondagens de diagnóstico arqueológico prévias à obra, uma de 2mX2m e duas de 2,5mX2,5m. Durante os trabalhos foram identificadas estruturas nas sondagens 1 e 3 o que levou ao seu alargamento para melhor compreensão, tendo sido no total realizadas 5 sondagens. Na sondagem 2 não se identificaram contextos.

Foram identificados elementos associados às mais recentes ocupações deste espaço, nomeadamente nas sondagens 4 e 5 onde se verificou níveis de ocupação dos séculos XIX e XX, com algumas estruturas pouco significativas de apoio aos quintais e hortas.

Na sondagem 1 foi identificada uma cisterna de forma abobadada, construída em alvenaria de tijolo burro e de tijolo maciço de fabrico industrial.

Na sondagem 3 observou-se a presença de estruturas de uma pré-existente ao actual Palácio da D. Rosa, com níveis de abandono datados da 2ª metade do século XVII/ 1ª metade do século XVIII, correspondendo assim à ocupação pré-pombalina desta área.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o tratamento dos materiais em laboratório na sede da empresa. Estes foram lavados, secos e separados segundo o tipo de material (cerâmica comum, cerâmica vidrada, faiança, vidro, metal, etc.) e dentro destes por classificáveis e inclassificáveis, para serem armazenados em sacos furados de plástico identificados com nome do sítio, sondagem e u.e. do depósito, data, tipo e por vezes forma do material.

Posteriormente foram armazenados em contentores devidamente identificados por ficha de contentor, com nome do sítio, números das unidades estratigráficas, tipo de material e outras observações, sendo realizada uma ficha de contentor à medida que os materiais foram armazenados, segundo a tipologia utilizada.

Estas listas de contentor eram posteriormente imprimidas e guardadas nos respectivos contentores com os materiais arqueológicos.

---

**Designação:** Diagnóstico Arqueológico no sítio nº 214 – Vau

**Local:** sitio nº214 – Vau, São João da Serra    **Período cronológico:** Pré-história antiga

**Director:** Tiago do Pereiro

**Fonte:** *Aproveitamento Hidroeléctrico de Ribeiradio – Ermida, sítio nº214 Vau* (s.d.).  
Relatório final

**Descrição:** Realização de diagnóstico arqueológico no sítio do Vau (nº214), entre São João da Serra e a praia do Vau, no âmbito da empreitada de execução do

Aproveitamento Hidroelétrico de Ribeiradio – Ermida. Estes trabalhos foram adjudicados OMNIKNOS – Arqueologia, Lda. pela Ribeiradio Ermida., A.C.E..

Os trabalhos passaram pela escavação de uma área total de 40m<sup>2</sup> com identificação e delimitação de contextos arqueológicos preservados com uma profundidade média preservada de 1.5m, enquadrados na Pré-História Antiga, nomeadamente contextos relacionadas com ocupações de comunidades de caçadores-recolectores, verificando-se pelos utensílios de pedra e estruturas de acampamentos sazonais, como cabanas e lareiras.

A estratigrafia apresentada conjuntamente com os materiais e estruturas, apontam para 3 momentos de ocupação distintos entre o Madalenense (15000 a.C.) e o Mesolítico antigo (7500 anos a.C.), ocupação bastante rara de identificar e importante para o conhecimento do Paleolítico Superior Ibérico, e todo o Noroeste de Portugal, sendo uma das medidas de minimização a escavação integral do sítio arqueológico.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o tratamento dos materiais em laboratório na sede da empresa. Estes foram lavados, secos e separados segundo o tipo de material (líticos) e dentro destes por classificáveis e inclassificáveis, para serem armazenados em sacos furados de plástico identificados com nome do sítio, sondagem e u.e. do depósito, data, tipo e por vezes forma do material.

Posteriormente foram armazenados em contentores devidamente identificados por ficha de contentor, com nome do sítio, números das unidades estratigráficas, tipo de material e outras observações, sendo realizada uma ficha de contentor à medida que os materiais foram armazenados, segundo a tipologia utilizada.

Estas listas de contentor eram posteriormente imprimidas e guardadas nos respectivos contentores com os materiais arqueológicos.

---

**Designação:** Santa Cruz do Castelo - Remodelação do Balneário Municipal do Castelo

**Local:** Rua Santa Cruz do Castelo nº 29 - Lisboa    **Período cronológico:** romano;  
moderno

**Director:** Filipe Oliveira; Alexandre Sarrazola

**Fonte:** *Remodelação do Balneário Municipal do Castelo (2014)*. Relatório final

**Descrição:** Realização de sondagens arqueológicas na Rua Santa Cruz do Castelo nº29 em Lisboa, no âmbito do empreendimento Remodelação do Balneário Municipal do Castelo (Lisboa). Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela LadoRenovado, S.A. e promovido pela Junta de Freguesia do Castelo, no âmbito do Programa PIPARU, decorreram de 27 de Agosto a 24 de Setembro de 2014.

Os trabalhos passaram pela abertura de 5 valas nas zonas afectadas em obra, sendo identificado um nível comum nas valas inseridas no edifício, com uma cultura material tipicamente romano republicano (século II a.C.), com algum espólio da Idade do Ferro II.

Este depósito apresentava-se cortado pelas interfaces de duas estruturas, do embasamento de um grande muro e de uma plataforma de consolidação e nivelamento da encosta, de cronologia moderna (séc. XVIII), produzidos em blocos de calcário e argamassa de cal, e mais recentemente pelos trabalhos de construção da actual estrutura municipal dos inícios da década de 70.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o tratamento dos materiais em laboratório na sede da empresa. Estes foram lavados, secos e separados segundo o tipo de material (líticos) e dentro destes por classificáveis e inclassificáveis, para serem armazenados em sacos furados de plástico identificados com nome do sítio, sondagem e u.e. do depósito, data, tipo e por vezes forma do material.

Posteriormente foram armazenados em contentores devidamente identificados por ficha de contentor, com nome do sítio, números das unidades estratigráficas, tipo de material e outras observações, sendo realizada uma ficha de contentor à medida que os materiais foram armazenados, segundo a tipologia utilizada.

Estas listas de contentor eram posteriormente imprimidas e guardadas nos respectivos contentores com os materiais arqueológicos.

## 5.4. Trabalho de apoio à Coordenação/ Administrativo

**Designação:** Convento de Jesus – levantamento ortofotográfico

**Local:** Convento de Jesus, Setúbal

**Período cronológico:** moderno

**Director:** Inês Mendes da Silva; Marina Pinto

**Equipa Técnica:** Tiago Nunes; Rita Souta; Mafalda Capela; José Pedro Machado; Adelino Mendes da Silva

**Fontes:** Levantamento ortofotográfico Análise do edificado – Convento de Jesus (2014). Relatório final

**Descrição:** Realização de análise da situação evolutiva ao nível do edificado no Convento de Jesus, Setúbal no âmbito da sua reabilitação, para possibilitar aos projectistas e Direcção Geral do Património Cultural estabelecer estratégias, presentes e futuras, de abordagem. Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela empresa Constragraço e decorreram em 2014.

Os trabalhos passaram pela análise das alterações mais significativas registadas ao nível do edificado, relacionando essas alterações e as fontes disponíveis.

Foram identificados quatro grandes momentos construtivos, o primeiro e mais antigo corresponde à construção inicial e fase de maior desenvolvimento do edifício até século XVII, que se traduz por exemplo nos diferentes vãos identificados ao longo do claustro e que se prolongam até ao pavimento original, bem como algumas janelas rectangulares ladeadas a cantaria, seguem a regra religiosa e a sua posição no topo das paredes pretendia facilitar a entrada de luz evitando a visibilidade para o interior do convento.

O segundo momento será no século XVIII, em concordância com as fontes, onde se verifica o alteamento do pavimento e abertura de novos vãos associados aos vãos originais mas provocando a sua destruição parcial. Observam-se profundas alterações



num espaço de cerca de 25 anos, à abertura de uma série de janelas e reconstrução do claustro.

O terceiro momento corresponde à utilização do espaço como hospital em meados do século XIX a inícios de XX, os vãos antigos são entaipados e abertos outros novos vãos onde se utiliza tijolo de quatro furos. São instaladas diversas portas e janelas maioritariamente no claustro superior, é construída uma chaminé e cria-se um corredor contíguo à enfermaria de acesso a um anexo que se localizaria a Norte do edifício principal.

O quarto e último momento apresenta alterações realizadas ao longo de todo o séc. XX relacionadas com obras de manutenção devido à adaptação do espaço a museu. Na década de 40-60 foram solicitadas obras de reabilitação dos claustros superiores por se encontrarem em risco de derrocada.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o apoio ao coordenador durante a revisão e preparação do projecto, através da composição do seu formato digital e físico, para entrega à Direcção Geral do Património Cultural a fim de ser autorizado e posteriormente encerrado no arquivo da empresa.

Neste sentido realizei o preenchimento da ficha de sítio, em formato PDF, utilizando a informação do relatório final, tratei do índice da metainformação existente no CD e preparei as pastas de anexos e seu conteúdo (desenhos de campo, fotografias, fichas de acompanhamento/escavação).

Também realizei a impressão do relatório final e seus anexos, preparando as fotografias no tamanho utilizado (15x10 aproximadamente) e imprimindo-as em papel de qualidade fotográfica, imprimindo os mapas e desenhos existentes em formato A3 e imprimido a ficha de sítio para ser colocada no início do relatório.

---

**Designação:** Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento

**Local:** Campo de Santa Clara, Lisboa

**Período cronológico:** Moderno

**Director:** Marta Lacasta Macedo; Inês Mendes da Silva

**Equipa Técnica:** Ana Rita Souta; Joana Lima; Rui Godinho

**Fontes:** Alteração do antigo Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento de Lisboa (JI+EB1) (2014). *Relatório final de acompanhamento arqueológico*;

Alteração do antigo Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento de Lisboa (JI+EB1) (2014). *Relatório final de escavação arqueológico*

**Descrição:** Realização de sondagens e acompanhamento arqueológico no Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento em Lisboa, no âmbito da reconversão em equipamento escolar do edifício, como forma de minimização devido à importância arqueológica do edificado conhecido através dos trabalhos levados a cabo em Fevereiro de 2012, pela equipa do Museu da Cidade. Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela T.P.S. Construções e decorreram de Novembro de 2013 a Novembro de 2014.

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico passaram pela abertura de 31 valas de forma mecânica, realizadas um mês antes do início da primeira fase de sondagens, passando depois as duas frentes a realizar-se em simultâneo.

Relativamente às sondagens, numa primeira fase, foram abertas 6 áreas de diagnóstico, no seguimento dos trabalhos do Museu da Cidade no recinto do Campo de Jogos, em Dezembro de 2013. Posteriormente a estas, são realizadas 11 sondagens/caixas como medida de mitigação do impacto sobre o património no piso 1 do Convento, em Fevereiro/Março de 2014, realizadas em áreas especificamente necessárias aos trabalhos em obra.

Durante a realização das sondagens foram identificados e registados nove momentos de ocupação do edifício, tendo-se ainda confirmado a implantação topográfica do Edifício do Convento do Desagravo em relação ao terreno. Muitos dos elementos que comprovam estas ocupações foram “redescobertos” no decurso do acompanhamento da escavação das valas de implantação de infra-estruturas e drenagens, onde foi também possível observar um conjunto de estruturas edificadas, anteriores ao actual complexo do Convento.

Os elementos artefactuais associados ao acompanhamento e sondagens arqueológicas apontam, de forma genérica, para uma cronologia moderna/contemporânea (séculos XVII-XVIII).

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o apoio ao coordenador durante a revisão e preparação do projecto, através da composição do seu formato digital e físico, para entrega à Direcção Geral do Património Cultural a fim de ser autorizado e posteriormente encerrado no arquivo da empresa.

Neste sentido realizei o preenchimento da ficha de sítio, em formato PDF, utilizando a informação do relatório final, tratei do índice da metainformação existente no CD, preparei as pastas de anexos e o seu conteúdo (desenhos de campo, fotografias, fichas de acompanhamento/escavação), confirmei se as diversas pastas continham todas a informação necessária nos devidos formatos (PDF, JPEG, EXEL) para a gravação do CD e realizei essa mesma gravação.

Também realizei a impressão do relatório final e seus anexos, preparando as fotografias no tamanho utilizado (15x10 aproximadamente) e imprimindo-as em papel de qualidade fotográfica, imprimindo os mapas e desenhos existentes em formato A3 e imprimido a ficha de sítio para ser colocada no início do relatório.

Quando o relatório se apresenta totalmente impresso efectuava a sua encadernação e inseria o CD no seu interior.

---

**Designação:** Trevões

**Local:** Rua Visconde e Largo do Adro, **Período cronológico:** Alta-Idade media  
Trevões, São João da Pesqueira

**Director:** Marta Lacasta Macedo; Diana Rodrigues

**Equipa Técnica:** Rita Pedro; André Texugo

**Fontes:** *Empreitada para a requalificação da Rua Visconde de Trevões e do Largo do Adro* (2014). Relatório final de **acompanhamento arqueológico**;

*Requalificação da Rua Visconde de Trevões e do Largo do Adro* (2015). Relatório final de **escavação arqueológico**.

**Descrição:** Realização de sondagens e acompanhamento arqueológico no âmbito da “Empreitada para a requalificação da Rua Visconde de Trevões e do Largo do Adro, em Trevões”, na área afectada à ZEP (Zona Especial de Protecção) da Igreja Matriz e do Palácio Episcopal. Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela Lopes e Irmão, Engenharia e Construção e decorreram de 31 de Março a 10 de Abril de 2014.

Os trabalhos passaram pela realização de acompanhamento arqueológico de todas as movimentações de terras necessárias à implantação do Projecto, bem como de 5 sondagens para executar a completa exumação de todos os elementos osteológicos antrópicos em conexão anatómica, expostos durante o acompanhamento.

Durante os trabalhos foram identificados nove enterramentos com apenas um infantil, que se distribuem pelo Largo do Adro, e dois ossários instalados em fossas ovaladas escavadas no afloramento de xisto, aos quais se acrescentam três enterramentos identificados em acompanhamento não intervencionados.

Estes vestígios indiciam estar associados a um templo mais antigo existente no local, ao qual se sobrepôs, na Baixa Idade Média, um outro edifício religioso, com uma aparente uniformidade nos rituais de inumação, escolhendo a mesma tipologia de sepultura em fossa ovalada, com orientação, maioritariamente, SE/NO, com as cabeças, segundo o cânone, viradas para nascente, para o qual se aponta uma cronologia da Alta Idade Média.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o apoio ao coordenador durante a revisão e preparação do projecto, através da composição do seu formato digital e físico, para entrega à Direcção Geral do Património Cultural a fim de ser autorizado e posteriormente encerrado no arquivo da empresa.

Neste sentido realizei o preenchimento da ficha de sítio, em formato PDF, utilizando a informação do relatório final, tratei do índice da metainformação existente no CD, preparei as pastas de anexos e seu conteúdo (desenhos de campo, fotografias, fichas de acompanhamento/escavação), confirmei se as diversas pastas continham toda a informação necessária nos devidos formatos (PDF, JPEG, EXEL) para a gravação do CD e realizei essa mesma gravação.

Também realizei a impressão do relatório final e seus anexos, preparando as fotografias no tamanho utilizado (15x10 aproximadamente) e imprimindo-as em papel de qualidade fotográfica, imprimindo os mapas e desenhos existentes em formato A3 e imprimindo a ficha de sítio para ser colocada no início do relatório.

Quando o relatório se apresenta totalmente impresso efectuava a sua encadernação e inseria o CD no seu interior.

---

**Designação:** Necrópole do Quarteirão dos Lagares

**Local:** Rua dos Lagares nº24, Mouraria, **Período cronológico:** moderno  
Lisboa

**Director:** Inês Mendes da Silva; Lucy Shaw Evangelista; Rita Severino

**Equipa Técnica:** Jorge Parreira; Rita Souta

**Fonte:** *Necrópole do Quarteirão dos Lagares - Mouraria (2014)*. Relatório final

**Descrição:** Realização de sondagens e acompanhamento arqueológico no âmbito da abertura das fundações para construção do posto de transformação (PT) do Quarteirão dos Lagares, Lisboa. Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela Câmara Municipal de Lisboa e decorreram entre os dias 11 e 15 de Novembro de 2013.

Os trabalhos passaram pela escavação manual da área de afectação, tendo sido identificados 7 enterramentos mas apenas intervencionados 6, com a mesma orientação Norte-Sul, depositados aparentemente em decúbito lateral com o crânio voltado para Sul e a face virada a Este, indiciando um ritual islâmico.

Apenas um dos enterramentos tinha espólio directamente associado, consistindo em 3 contas de colar e um anel de época moderna, facto que indicia a presença de um bairro moderno islâmico onde foram integrados hábitos cristãos.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o apoio ao coordenador durante a revisão e preparação do projecto, através da composição do seu formato

digital e físico, para entrega à Direcção Geral do Património Cultural a fim de ser autorizado e posteriormente encerrado no arquivo da empresa.

Neste sentido realizei o preenchimento da ficha de sítio, em formato PDF, utilizando a informação do relatório final, tratei do índice da metainformação existente no CD, preparei as pastas de anexos e seu conteúdo (desenhos de campo, fotografias, fichas de acompanhamento/escavação), confirmei se as diversas pastas continham todas a informação necessária nos devidos formatos (PDF, JPEG, EXEL) para a gravação do CD e realizei essa mesma gravação.

Também realizei a impressão dos seus anexos, preparando as fotografias no tamanho utilizado (15x10 aproximadamente) e imprimindo-as em papel de qualidade fotográfica, imprimindo os mapas e desenhos existentes em formato A3 e imprimido a ficha de sítio para ser colocada no início do relatório.

---

## 5.5. Trabalho topográfico

**Designação:** Cruzes da Sé

**Local:** Cruzes da Sé nº 15, Lisboa

**Período cronológico:**

Moderno/Contemporâneo

**Director:** Pedro Braga

**Equipa Técnica:** José Pedro Machado; Olímpia Meirinho

**Descrição:** Realização de levantamento topográfico no edifício sito em Cruzes da Sé nº 11, Lisboa. Estes trabalhos foram adjudicados à Era Arqueologia S.A. pela ENTREPLANOS, Gabinete de Arquitectura e Urbanismo Design, Lda. e decorreram nos dias 3 e 18 de Fevereiro de 2015.

Os trabalhos passaram pelo registo fotográfico de todos os compartimentos onde se encontravam azulejos, nos 5 pisos da habitação, para futura obra de remodelação. Os azulejos aparentam datar dos finais do séc. XVIII e séc. XIX na sua maioria, sendo

alguns do séc. XX. Muitos deles já se encontravam danificados devido à degradação do edifício, bem como muitos segmentos já teriam sido substituídos por imitações.

**Trabalho realizado:** A minha intervenção prendeu-se com o apoio técnico durante a realização do registo fotográfico em fichas de levantamento topográfico, apontado o número e quantidade de fotografias associadas a cada parede dentro dos diversos compartimentos existentes, organizando segundo o piso em que estes se encontravam.

Posteriormente realizei a organização, a computador, dessas mesmas fotografias segundo o registo efectuado para a facilitar a montagem em panorama de cada parede em formato PDF.

---





## 6. DISCUSSÃO

*“(...) se deixarmos esvaziar o miolo antigo das cidades abriremos as portas aos subúrbios anónimos, às urbes sem estratigrafia, a universos circulares que giram sobre si mesmo, sem pontos de gravidade temporal.”*

(LEMOS, 2006, p.20)

De facto uma cidade sem a sua história, sem a sua cultura, sem aquilo que a define e explica porque assim o é, e não de outra maneira, torna-se vazia. As pessoas perdem a sua identidade, o seu sentido de pertença ao sítio. Esse saber que vem do “*miolo antigo*” enterrado no subsolo urbano, só o arqueólogo o pode contar, só ele lhe pode dar sentido e explicar, de forma que a comunidade a percepcione, pois essa é a sua função; ligar os “*pontos de gravidade*” dos vários universos temporais e espaciais entre si.

Actualmente, numa cidade como Lisboa, estes “pontos” são conectados através dos diversos trabalhos realizados, na maioria em contexto de obra, que depois de uma intervenção minuciosa, com base num registo cuidado e perceptível dos diversos contextos, é feito o tratamento dessa informação em laboratório, elaborado com o intuito de estudar o sítio e de resultar numa ou mais publicações, tornando o conhecimento adquirido acessível à sociedade. Este seria o procedimento mais correcto, mas existem sempre ocorrências que dificultam a sua realização, principalmente na arqueologia empresarial, muito praticada em Lisboa desde a transição do século XX para XXI, obrigando o arqueólogo a desenvolver uma grande capacidade de adaptação.

Foi com o intuito de perceber estas problemáticas, e outras associadas ao trabalho desempenhado pelos profissionais, inseridas numa cidade tão rica historicamente como Lisboa, que me levou a realizar o estágio curricular. Assim irei expor, de forma algo pessoal e selectiva, as problemáticas e ensaios de conclusão a que cheguei.

Sendo Lisboa a Capital do País, onde estão concentrados muitos centros de poder privados e públicos, seria de esperar que esta constituísse um exemplo de concepção e aplicação de um projecto de Arqueologia Urbana continuado, profundo e especializado em todas as suas épocas, e que apresentasse resultados. Como de verificar uma grande dinamização, quer estatal quer particular, da sensibilização patrimonial e divulgação dos diversos conhecimentos obtidos, especificamente em intervenções de contexto de obra.

*“nenhum dos requisitos que a sua (e minha) concepção encerra são praticados: as metodologias das várias equipas não são todas compatíveis, não existe gestão da informação, não existe gestão integrada de meios, não existe(m) projecto(s) de leitura da cidade em devir e não existe entidade coordenadora e interlocutora” (SILVA, 1999, p.238).*

O facto de existirem muitas sedes de empresa de arqueologia, núcleos arqueológicos, profissionais liberais e até entidades autárquicas e estatais a intervir na cidade maioritariamente na arqueologia preventiva, a produzir conhecimento sem divulgação, restringindo-se apenas à produção de relatórios que usam como substituto, associado à falta de um órgão/projecto que aglutine essa informação e a agregue, a história da cidade torna-se cada vez mais parcelada.

Existe uma clara evolução desde os meados do século XX até ao momento actual, referente à diferenciação entre arqueologia urbana e arqueologia em meio urbana. Hoje é clara a distinção dos dois conceitos na percepção arqueológica, verificando-se uma actuação em conformidade.

Mas existe um problema maior a afectar a arqueologia urbana: o grande número de trabalho preventivo que se realiza actualmente na cidade. Neste preciso momento, a meu ver, sem um organismo vocacionado concreto para a arqueologia urbano, nem um projecto a ser aplicado, a arqueologia preventiva continuará a prejudicar a arqueologia urbana de forma cada vez mais acentuada.

É apenas com a realização das obras que se consegue o pretexto para investigar o que existe no subsolo, que de outra forma não se faria. Ninguém seria autorizado a escavar debaixo de praças, prédios ou mesmo património classificado “simplesmente” tendo em vista o enriquecimento do conhecimento científico. Esta crítica já vem sendo feita desde o início do século XXI, e começa a ser urgente que seja ouvida.

Durante a realização dos acompanhamentos arqueológicos de obras tive oportunidade de falar com diversos intervenientes, quer pertencentes à obra ou apenas cidadãos interessados, que me permitiram perceber de alguma forma, genérica, o que a população, neste caso os lisboetas, pensam do seu património e do papel que o arqueólogo representa.

Quando se realizam estas conversas, todos afirmam que é importante saber a história da cidade, que Lisboa é muito antiga e muito rica em conhecimento, que se interessam pelo seu passado, aproveitando para mostrar o que sabem. Até muitos promotores de obra, empreiteiros ou até trabalhadores, afirmam o gosto que têm pela história e cultura, mas esta disposição mantem-se até que algum do património lhes comece a afectar um dos seus projectos.

Outro problema bastante verificado nas intervenções da cidade, e derivado da arqueologia preventiva afectando muito directamente o património, é o constante desmonte autorizado pela tutela (na forma da DGCP) de estruturas encontradas em obra. Estes são sempre realizados após a elaboração de um registo pormenorizado, com o devido acompanhamento arqueológico para garantir se surgem mais vestígios, acção que efectuei algumas vezes durante o estágio.

O problema que se coloca é o facto de parecer existir uma maior preocupação em preservar os vestígios pelo registo, e não o de manter intacta a estrutura identificada e porventura conferir-lhe nova utilização. Quero com isto dizer que, não sendo a situação actual grave, esta facilmente pode evoluir para uma séria desmaterialização da arqueologia, do património cultural, através da sistemática “destruição” justificada pela preservação em registo.

Deveria existir um maior incentivo da parte dos particulares e, primordialmente, das tutelas da cidade, à conservação e reutilização das estruturas, situação já verificada ainda em pequena escala, com intenção construtiva, turística e expositiva, entre outras.

Outro facto, compreendido durante o estágio, em pequena escala, foi a acção da tutela na fiscalização e regulação da arqueologia da cidade. Tal como referido por Francisco Sande Lemos (LEMOS, 2006, p.17-18), referente ao funcionamento do IPA, também para a DGCP existem problemas burocráticos que afectam o seu funcionamento, nomeadamente a aprovação de pedidos de autorização de trabalhos arqueológicos, demorando por vezes o seu deferimento demasiado tempo mas, em

contrapartida, caso uma obra estivesse prestes a começar e ainda não estivesse a autorização concedida, tentava-se por algumas vezes aligeirar a burocracia por forma a estar um arqueólogo em campo.

Outro aspecto positivo verificado foi a eficácia relativamente aos relatórios, sendo pedido, quando se percebesse necessário, relatórios preliminares das intervenções, cuja aprovação destes só era feita se todos os elementos necessários (fichas de sítio, fotografias, desenhos, mapas, lista de materiais, etc.) estivessem disponíveis, e se estes apresentassem os resultados da informação recolhida de forma clara e técnica correta.

A maior falha que encontro na tutela, actualmente, é a da muito pequena percentagem de financiamento que proporciona aos trabalhos arqueológicos. O Estado, na forma da DGPC, esconde-se numa posição reguladora e fiscalizadora, abstendo-se de outras formas de intervenção.

Uma ação mais participativa no financiamento das intervenções possibilitaria a escavação de sítios importantes descobertos em acompanhamento que, por falta de financiamento, permanecem por escavar. Este apoio retiraria a responsabilidade ao dono de obra de custear os estudos dos sítios, responsabilidade que não é cumprida caso possa evitar-se a afectação do sítio descoberto, sendo intervencionados apenas algumas áreas impossíveis de contornar, e fazendo perder toda a visão de conjunto.

Neste sentido e seguindo a sugestão feita por Jacinta Bugalhão, o Estado deveria ter duas áreas distintas de acção: uma de fiscalização e outra de intervenção, para que ambas possam funcionar correctamente, em simultâneo, e sem se afectarem. Assim a responsabilidade de intervir seria das Autarquias, às quais se deveriam conceder poderes de acção e incentivos para a sua realização. A fiscalização continuaria na competência da Administração Central, na forma da DGPC, como se encontra hoje em dia, mas deteria maior eficácia. (BUGALHÃO, 2011, p.37)

A solução para a fragmentação do conhecimento arqueológico da cidade, a meu ver, passaria pela criação de um órgão ou departamento, pelas tutelas, com a função de acumular, regular e sintetizar a informação existente, por forma a facilitar o acesso aos arqueólogos interessados em fazer estudos científicos, aos investidores e aos restantes interventores na cidade sendo também esse departamento responsável pelo financiamento ou parte dele.

Apesar de parecer registar-se melhorias na consciência cultural e da importância da preservação dos vestígios por fazerem parte da identidade da cidade, é ainda necessário um projecto de sensibilização vocacionado para a sociedade. Este tem que ser um trabalho conjunto das tutelas, empresas e todos os arqueólogos no geral que necessitam adaptar os discursos para a população e não tanto para os especialistas.

Poderia começar com a obrigatoriedade, imposta pela administração pública, dos projectos de construção terem desde o início da criação do projecto um arqueólogo, dependendo da área a ser afectada, para avaliação do impacto no subsolo e das medidas necessárias a tomar, o que evitaria despesas adicionais, adiamento dos prazos e, acima de tudo, destruição do património.

O problema da forma de adaptação do discurso, muito difícil para vários profissionais, penso que seria resolvido, a longo prazo, com a inserção de uma disciplina de Marketing e Divulgação Cultural nos programas de licenciatura ou mestrado. Com a evolução e alteração dos problemas da arqueologia é necessário o acompanhamento das universidades a estes novos desafios e é essencial, a meu ver, que estas estejam aptas a formar os futuros arqueólogos em novas áreas interdisciplinares com maior taxa de empregabilidade, como no caso da arqueologia empresarial, a arqueologia patrimonial/turística e a divulgação.

Enfrentando o problema da falta de publicações, como verifiquei em certa medida ser praticado na Era. É a tentativa de criar protocolos ou parcerias entre a empresa e as universidades com o intuito de fomentar e facilitar o estudo académico de sítios, com a respectiva publicação e divulgação apoiada pela empresa. Ainda não existem muitas parcerias, mas penso ser esse o futuro, uma arqueologia empresarial interligada com as universidades e regulada pelas tutelas de forma eficaz para angariar maior conhecimento sobre Lisboa, no caso específico.

Com estas reflexões, necessariamente ainda resultantes da falta de experiência e maturação por me encontrar no início da minha carreira, mais do que criticar procurei ser proactiva e reflectir sobre as nossas fragilidades e pensar sobre elas, procurando escrutinar caminhos ...



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado neste estágio centrou-se no experienciar da vivência de um arqueólogo profissional, de compreender o meio empresarial arqueológico, muito diferente do meio universitário, bem como compreender a arqueologia urbana realizada especificamente em Lisboa, para perceber como coexistem e se interligam numa cidade fervilhante.

Com esta experiência pude crescer enquanto profissional de arqueologia, adquirindo a experiência e confiança que advém do contínuo trabalho de campo, como a percepção das diferentes situações que podem ser encontradas, relacionadas com estratigrafia e achados arqueológicos, contendas entre arqueólogos e outros intervenientes de obra e até problemas externos à obra que me obrigaram a adaptar e comunicar por forma a ultrapassar as dificuldades.

Durante o estágio, a área de trabalho passou maioritariamente pela arqueologia preventiva em Lisboa, fosse acompanhamento, sondagens ou escavações, todas realizadas em contexto de obra ou estudo de impacto. Trata-se de situação já por mim esperada pois são actualmente as empresas que mais trabalhos realizam na prestação de serviços arqueológicos, da qual a Era-Arqueologia é um grande exemplo.

Sendo o meu tempo de estágio tão curto e “objecto de estudo”, apenas numa empresa, a experiência e conclusões retiradas adquirem um valor mais pessoal, podendo não espelhar totalmente a realidade actual da arqueologia urbana e empresarial na capital. Não se podem generalizar os resultados obtidos para o todo de forma absoluta, mas concedeu-me uma ideia de possibilidade na situação actual de forma bastante esclarecedora que, no meu entender, deve ser comparada com outras experiências de carácter semelhante.

As principais questões observadas, na minha perspectiva, prendem-se primeiro com a falta de um projecto de Arqueologia Urbana, lacuna maior para uma melhor compreensão da interligação dos vários espaços e períodos identificados em Lisboa. É indispensável que se crie um organismo que reúna toda a informação produzida com poder de financiamento para o estudo da mesma.

Em segundo lugar, a grande necessidade de comunicar, de saber como o fazer e de chegar à população, por forma a existir um retorno social e uma aprendizagem patrimonial, bastante necessários para o reconhecimento do trabalho do arqueólogo.

Em terceiro e último lugar, o papel da tutela, que na actualidade apenas assume um perfil fiscalizador e regulador, abstendo-se de outras formas de intervenção em Arqueologia prejudicando, no meu entender, o crescimento que poderia estar a proporcionar à disciplina, e deste modo contribuir para o desenvolvimento social e económico do país, afinal o seu objectivo mais primordial.



# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV. (2009) – *Regulamentos da Associação Profissional de Arqueólogos*, 2ª Edição em formato electrónico, Porto.
- ALMEIDA, Maria José (2006) – “Património arqueológico móvel: (des)enquadramento na actual legislação portuguesa” in: *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, <http://www.aparqueologos.org/index.php/2012-08-28-09-17-56/2012-08-28-11-03-29/2012-08-28-11-22-05/152-volume-1-2006/260-editorial-praxis-archaeologica-1-2006-p-5-7>.
- BUGALHÃO, Jacinta; DUARTE, Cidália (2003) – “Intervenção Arqueológica na Igreja de Santa Catarina, Lisboa”, In: *4º Encontro de Arqueologia Urbana: Actas*, Amadora: Museu Municipal de Amadora.
- BUGALHÃO, Jacinta (2008) – “Lisboa e a sua Arqueologia: uma realidade em mudança”, *Era-Arqueologia*, nº8. Cruz Quebrada: Edições Colibri e ERA Arqueologia, S.A. pp.218-230.
- \_\_\_\_\_(2011) – “A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas”. In: *Arqueologia e História*. pp.19-43.
- \_\_\_\_\_(2014) – *Arqueologia de Lisboa: balanços e perspetivas*. Apresentação oral em Seminário “Lisboa Subterrânea - Trajectos na Arqueologia Lisboa Contemporânea”, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Geografia.
- CARNEIRO, Sérgio (2003) – “Entre o Público e o Privado, Conflito e Ruptura na Arqueologia Portuguesa”, in: *Arqueologia e História*, n.º55. Lisboa, p. 129-130.
- FABIÃO, Carlos (1989) – “Para a História da Arqueologia em Portugal”, in: *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º2. Lisboa, Edições Cosmos e Cooperativa penélope, p. 10-26.
- \_\_\_\_\_(1994) – “Ler as Cidades Antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa”, in: *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º13. Lisboa, Edições Cosmos e Cooperativa penélope, p. 147-162.
- GAMITO, Teresa Júdice (2003) – “A Arqueologia: que perspetivas profissionais?”, in: *Arqueologia e História*, n.º55. Lisboa, p. 137-140.
- GUINOTE, Paulo; SILVA, Rodrigo Banha da (1998) – *O Quotidiano na Lisboa dos Descobrimentos, Roteiro Arqueológico e Documental dos Espaços e Objectos*, 1ª edição, Lisboa:Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- HARRIS, Edward C. (1989) - *Principles of Archaeological Stratigraphy*. London: Academic Press.
- LAGO, Miguel (2003) – “Público, Privado e Futuro na Arqueologia Portuguesa”, in: *Arqueologia e História*, n.º55. Lisboa, p. 141-150.

LAGO, Miguel; SARRAZOLA, Alexandre (2013) – “Para a Construção de uma Arqueologia Pública: Memória e Comunicação”, in: *Arqueologia em Portugal- 150 anos*, Lisboa: DPI Cromotipo – Oficina de Artes Gráficas, Lda.

LEAL, Fernando; ALFARO, Leonor (2006) – “Legislação e Regulamentos em preparação em 2005” in: *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, <http://www.aparqueologos.org/index.php/2012-08-28-09-17-56/2012-08-28-11-03-29/2012-08-28-11-22-05/152-volume-1-2006/260-editorial-praxis-archaeologica-1-2006-p-5-7>.

LE MOS, F.S.; MARTINS, M.R. (1992), “A Arqueologia Urbana em Portugal”, in: *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º7. Lisboa, Edições Cosmos e Cooperativa penélope, p. 93-103.

LE MOS, F.S. (2002), “A Arqueologia Urbana em Portugal: A Cidade, o Poder e o Conhecimento”, in: *Arqueologia e História*, n.º54. Lisboa, p. 245-253.

\_\_\_\_\_ (2006) – “A Lei e a Arqueologia Urbana” in: *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, <http://www.aparqueologos.org/index.php/2012-08-28-09-17-56/2012-08-28-11-03-29/2012-08-28-11-22-05/152-volume-1-2006/260-editorial-praxis-archaeologica-1-2006-p-5-7>.

MARQUES, António; FERNANDES, Lúcia (2003) – “Praça Luís de Camões (Lisboa): Metodologia e Primeiros Resultados de uma intervenção Urbana”, In: *4º Encontro de Arqueologia Urbana: Actas*, Amadora: Museu Municipal de Amadora.

MIRANDA, Pedro; NOZES, Cristina; SILVA, Rodrigo Banha da (2006) – “O Contexto [9033] da Praça da Figueira e a Circulação de Produtos cerâmicos em Olisipo”, In: *Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana*, nº 2, Lisboa: [s.d.].

MOTA, Nuno; PIMENTA, João; SILVA, Rodrigo Banha da (2014) – “Acerca da ocupação romana republicana de Olisipo: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.ºs 68-70”, in: *CIRA-ARQUEOLOGIA III – Atas - Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, Lisboa: [s.e.], pp. 149- 177.

NETO, Manuel Paulo Ramos (2002) – “A Acção dos Municípios na Salvaguarda do Património Arqueológico em Meio Urbano”, In: *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana*, Almada: C. M. de Almada/Divisão de Museus.

RAPOSO, Jorge (2003) – “Por uma Arqueologia de Serviço Público”, in: *Arqueologia e História*, n.º55. Lisboa, p. 131-135.

REAL, Fernando (2002) – “A intervenção do Estado na salvaguarda do Património Arqueológico em Meio Urbano”, In: *Actas do 3º Encontro de Arqueologia Urbana*, Almada: C. M. de Almada/Divisão de Museus.

\_\_\_\_\_ (2003) – “Profissão de Arqueólogo: Alguns Desafios para o Futuro”, in: *Nos 10 Anos da APA: Que Futuro para a Arqueologia Profissional?*, 1ª edição, Torres Novas: Gráfica Almodina, pp. 85-93.

SARRAZOLA, Alexandre (2006) – “Regulamentação legal associada a trabalhos de acompanhamento arqueológico (ou a arte de caçar com gato)” in: *Praxis Archaeologica – Revista Electrónica de Teoria, Metodologia e Política da Arqueologia*, <http://www.aparqueologos.org/index.php/2012-08-28-09-17-56/2012-08-28-11-03-29/2012-08-28-11-22-05/152-volume-1-2006/260-editorial-praxis-archaeologica-1-2006-p-5-7>.

SILVA, António Carlos (1986) – “A Cidade e a Arqueologia”, In: *I Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (Setúbal, 1985)*. Lisboa, Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Estado da Cultura/ Instituto Português do Património Cultural.

\_\_\_\_\_ (2003) – “Conflito, mediação e regulação de interesses na “Arqueologia Preventiva”, in: *Arqueologia e História*, n.º55. Lisboa, p. 123-127.

\_\_\_\_\_ (2008a) – “Arqueologia Empresarial: Questões Legais a montante dos “Cadernos de Encargos””, In: *Era-Arqueologia*. - Lisboa: Era Arqueologia, N.º 8, p. 14-18.

\_\_\_\_\_ (2013a) – “Alqueva – Quatro Encontros de Arqueologia Depois ...”, in: *4º Colóquio de Arqueologia do Alqueva - Memórias d'Odiana*, 2ª série, nº 14.

SILVA, António Manuel (2003a) – “A APA: Razão e Sentido de uma Associação Profissional”, in: *Nos 10 Anos da APA: Que Futuro para a Arqueologia Profissional?*, 1ª edição, Torres Novas: Gráfica Almodina, pp.67-76.

\_\_\_\_\_ (2008) – “A Arqueologia Passou de Moda?”, in: *Al-Madan*, série II, nº16, Almada: Centro Arqueológico de Almada, p.17-19.

\_\_\_\_\_ (2013) – “A Arqueologia Portuguesa em (tempo de) Crise”, in: *Al-Madan*, série II, nº18, Almada: Centro Arqueológico de Almada, p.15-16.

SILVA, Rodrigo Banha da (...) – “A ocupação da idade do bronze final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa”, In: *CIRA-ARQUEOLOGIA II - O Tejo, palco de interação entre Indígenas e Fenícios*, Lisboa: [s.e.], pp. 40-62.

SILVA, Rodrigo Banha da (1997) - “Urbanismo de Olisipo: a zona ribeirinha”, In: *II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*, Lisboa: CML, pp. 43-67.

\_\_\_\_\_ (1999) - “Concepções de Arqueologia Urbana em Lisboa”, In: *Actas das Sessões – III Colóquio Temático “Lisboa – Utopias na Viragem do Milénio”*, Lisboa: CML, pp. 229-240.

\_\_\_\_\_ (2002) – “Sepulturas da Calçada do Garcia (Lisboa) e o Urbanismo de Lisboa”, In: *3º Encontro de Arqueologia Urbana: Actas*. Museu Municipal de Almada.

## Webgrafia:

Página oficial da DGPC, *Legislação sobre património*, consultado em Outubro de 2015 - <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/legislacao-sobre-patrimonio/>

Página oficial da APA, consultado em Outubro de 2015 - <http://www.aparqueologos.org/>

Página oficial da Era-Arqueologia S.A., *Historial*, consultado em Setembro de 2015 – <http://era-arqueologia.pt/content/era/historial>

Página oficial da EDIA , *O que é o Alqueva – História-cronograma histórico*, consultado em Outubro de 2015 - <http://www.edia.pt/pt/o-que-e-o-alqueva/historia-cronograma-historico/109>

## Legislação:

*Lei de Bases do Património Cultural* - Lei 13/85, de 6 de julho

*Lei Orgânica do Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico* – Decreto-lei. 106-F/92, de 1 de Junho

*Lei Orgânica do Instituto Português de Arqueologia* - Decreto-lei 117/97, de 14 de Maio

*Lei de Bases do Património Cultural* - Lei nº 107/2001, de 08 de Setembro

*Lei Orgânica do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico* – Decreto-lei 96/2007, de 29 de Março

*Lei Orgânica da Direcção Geral do Património Cultural* – Decreto-lei 115/2012, de 25 de Maio

*Regulamento de Trabalhos Arqueológicos* – Decreto-lei 270/99, de 15 de Julho

*Alteração do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos* - Decreto-lei nº 287/2000, de 10 de Novembro

*Regulamento de Trabalhos Arqueológicos* – Decreto-lei 164/2014, de 04 de Novembro

*Plano Director Municipal de Lisboa*, 30 de agosto de 2012, In: *Diário da República*, 2ª série, nº168, Aviso nº 11622/2012

*Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico* - Resolução da Assembleia da República nº71/97

## Relatórios consultados:

*Parques de Estacionamento do Parque da Cidade/Anel Verde, Lagos* (2008). Relatório final de sondagens de diagnóstico. Diretor(s) de escavação: Iola Filipe.

*Sondagens de diagnóstico – Cidadela de Cascais* (2009). Relatório final de sondagens de diagnóstico. Diretor(s) de escavação: Susana Pires.

*Aproveitamento Hidroeléctrico de Ribeiradio – Ermida, sítio nº214 Vau* (s.d.). Relatório final de sondagens de diagnóstico. Diretor(s) de escavação: Tiago do Pereiro.

*Diagnóstico arqueológico no Palácio de Dona Rosa* (2013). Relatório final de sondagens de diagnóstico. Diretor(s) de escavação: Inês Simão.

*Acompanhamento Arqueológico – Rua da Quintinha* (2014). Relatório final de acompanhamento arqueológico, Coord. Projecto Alexandre Sarrazola.

*Alteração do antigo Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento de Lisboa (JI+EBI)* (2014). Relatório final de acompanhamento arqueológico. Coord. Projecto: Inês Mendes da Silva.

*Alteração do antigo Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento de Lisboa (JI+EBI)* (2014). Relatório final de escavação arqueológica. Diretor(s) de escavação: Marta Lacasta Macedo; Inês Mendes da Silva.

*Edifício AM48 – Edifício Augusto Aguiar* (2014). Relatório final de acompanhamento arqueológico, Coord. Projecto Inês Mendes da Silva.

*Empreitada para a requalificação da Rua Visconde de Trevões e do Largo do Adro* (2014). Relatório final de acompanhamento arqueológico. Coord. Projecto: Inês Mendes da Silva.

*Levantamento ortofotográfico Análise do edificado – Convento de Jesus* (2014). Relatório final de trabalhos arqueológicos. Diretor(s) de escavação: Inês Mendes da Silva; Marina Pinto.

*Necrópole do Quarteirão dos Lagares - Mouraria* (2014). Relatório final de escavação arqueológica. Diretor(s) de escavação: Inês Mendes da Silva; Lucy Shaw Evangelista; Rita Severino.

*Obras de requalificação e implantação do Parque de Estacionamento a construir no Campo das Cebolas* (2014). Relatório final de sondagens de diagnóstico. Diretor(s) de escavação: Alexandre Sarrazola; Inês Simão; Marina Paiva Pinto; Teresa Alves de Freitas.

*Reabilitação de edifício sito na Rua dos Douradores, 142-156* (2014). Relatório final, 2º fase de sondagens arqueológicas. Diretor(s) de escavação: Inês Simão; Jorge Parreira.

*Remodelação do Balneário Municipal do Castelo* (2014). Relatório final de escavação arqueológica. Diretor(s) de escavação: Filipe Oliveira; Alexandre Sarrazola.

*Renovação da Rede de M.P. de Gás Combustível Canalizado – Rua Henrique Nogueira* (2014). Relatório final de acompanhamento arqueológico, Coord. Projecto Alexandre Sarrazola.

*Renovação da Rede de M.P. de Gás Combustível Canalizado – Rua da Vinha* (2014). Relatório final de acompanhamento arqueológico, Coord. Projecto Alexandre Sarrazola.

*Sondagens de diagnóstico – Beco Espírito Santo* (2014). Relatório final de sondagens de diagnóstico. Diretor(s) de escavação: Filipe Oliveira; Marina Pinto.

*Acompanhamento Arqueológico – Rua dos Prazeres* (2015). Relatório preliminar de acompanhamento arqueológico, Coord. Projecto Marina Paiva Pinto.

*Acompanhamento de Sondagens Geotécnicas e escavação de sondagens Arqueológicas no edifício nº69 na Lapa* (2015). Relatório final de sondagens geotécnicas e arqueológicas. Diretor(s) de escavação: Alexandre Sarrazola.

*Alteração de Edifício de Habitação Multifamiliar* (2015). Relatório final de escavação arqueológica. Diretor(s) de escavação: Filipe Oliveira; Alexandre Sarrazola

*Antigo Edifício das Escolas Velhas (Capela do Divino Espírito Santo), Almeirim* (2015). Relatório final de escavação arqueológica. Diretor(s) de escavação: Marta L. Macedo; Marina Lourenço.

*Antigo Edifício dos CTT* (2015). Nota técnica de sondagens arqueológicas. Diretor(s) de escavação: Marta Lacasta Macedo; Joana Reis; Alexandre Sarrazola.

*Requalificação da Rua Visconde de Trevões e do Largo do Adro* (2015). Relatório final de **escavação arqueológico**, Diretor(s) de escavação: Marta Lacasta Macedo; Diana Rodrigues.

*Sistema Interceptor de Beja (Terras Frias 3)* (2015). Nota técnica de escavação arqueológica. Diretor(s) de escavação: Marco A. Dias Fernandes; Filipe Oliveira.

*Unidade Hoteleira AlmaLusa* (2015). Parecer de Trabalhos Arqueológico. Coord. Projecto: Alexandre Sarrazola.

# ANEXOS

**Anexo I:** Template utilizado na elaboração de relatórios preliminares ou finais

**Anexo II:** Fichas de campo

**Anexo III:** Planta de qualificação do Plano Director Municipal de Lisboa de 2012

**Anexo IV:** Mapas

**Anexo V:** Figuras das Intervenções e trabalho realizado

**Anexo VI:** Entrevista com Miguel Lago, Arqueólogo Sócio fundador e actual Administrador Delegado da Era-Arqueologia S.A.

**Anexo I:** Template utilizado na elaboração de relatórios preliminares ou finais



Relatório **Final /Preliminar** dos Trabalhos Arqueológicos



**Denominação de projecto do cliente**

**Tipo de trabalho**

**Nome do Sítio, Local**

**ERA-Arqueologia, S.A. (20XX)**

**Cliente Gabinete**





## ÍNDICE

1	RESUMO	90
2	INTRODUÇÃO	91
2.1	OBJECTIVOS	91
3	METODOLOGIA	92
3.1	ESCAVAÇÃO	92
3.1.1	Metodologia de campo	92
3.1.2	Metodologia de gabinete	93
3.1.2.1	Tratamento de Materiais	93
3.2	ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO	93
3.2.1	Metodologia de gabinete	94
3.2.1.1	Tratamento de Materiais	94
3.3	ANÁLISE PARIETAL	94
4	ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO	95
4.1	ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO	95
4.2	ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO	95
5	TRABALHOS REALIZADOS	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	98
7.1	BIBLIOGRAFIA	98
7.2	FONTES	98
7.3	CARTOGRAFIA	98
7.4	PÁGINAS DE INTERNET	98
8	FICHA TÉCNICA	99
	ANEXO 1 – REGISTO GRÁFICO	100
	ANEXO 2 – FICHAS DE REGISTO	101
	ANEXO 3 – REGISTO FOTOGRÁFICO	102

## 1 RESUMO

O presente relatório refere-se aos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do empreendimento XXXX.

[Apresentar os principais resultados e medidas de minimização propostas]

## 2 INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se aos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do empreendimento XXXX.

Estes trabalhos foram adjudicados à Era-Arqueologia S.A. pela XXXX e decorreram entre os dias XX e XX de XXXX de 20XX.

Os trabalhos a realizar respeitarão os termos da legislação em vigor (Decreto-Lei nº 164/2014 de 4 de Novembro – Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos; Dec-Lei 287/2000, Lei nº 107/2001 de 20 de Setembro; Despacho IGESPAR 12 de Agosto de 2010 - Fotografia)

[Apresentar o historial do trabalho (várias fases: decorreu de sondagens prévias, etc.), os principais resultados e as medidas de minimização propostas]

### 2.1 OBJECTIVOS

A realização destes trabalhos arqueológicos tem como objectivos:

[Ver plano de trabalhos]

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 ESCAVAÇÃO

##### 3.1.1 Metodologia de campo

Nos trabalhos de escavação arqueológica realizados foram seguidos os pressupostos metodológicos avançados por A. Carandini (1997), Barker (Barker, 1989) e Harris (Harris, 1991). Globalmente, procedeu-se à remoção dos depósitos por níveis naturais, procurando seguir a sequência lógica oposta à da sua formação, até à profundidade prevista. A correcta delimitação das várias interfaces identificadas, correspondentes a outras tantas realidades, permitiu a leitura dos ritmos de sobreposição temporal e a elaboração de imagens de estratigrafia vertical e horizontal. A análise estratigráfica conduziu à elaboração de um esquema da sua sequência (Matriz de Harris), fundamental para a sintetização e compreensão dos dados.

As realidades identificadas foram registadas numa Ficha de U.E. que inclui a atribuição de um número, a descrição das suas principais características e as suas inter-relações com outras U.E.s, de acordo com os princípios gerais da estratigrafia.

Para o registo das diferentes unidades utilizou-se uma sequência numérica por sondagem de forma a facilitar a identificação imediata da área a que se referem as unidades mencionadas.

Sondagem	Numeração
1	100 a 199
2	200 a 299
3	300 a 399
4	400 a 499
5	500 a 599
6	600 a 699
7	700 a 799
8	800 a 899
9	900 a 999
10	1000 a 1999

Os trabalhos de campo foram ainda completados com a realização do registo gráfico das diferentes realidades, em planos compostos e/ou simples, alçados de estruturas e cortes; e do registo fotográfico (fotografia digital) de todas as realidades arqueológicas e evolução dos trabalhos.

A área intervencionada foi integrada num sistema de coordenadas nacionais (Datum 73). Estes valores foram transferidos para o terreno por um aparelho tipo estação total, com uma precisão angular de 0,0015g e uma precisão na medida das distâncias de (3+2 ppm x D) mm.

**Comentado [mj1]:** Atenção aos casos com Coordenadas Locais

### 3.1.2 Metodologia de gabinete

#### 3.1.2.1 Tratamento de Materiais

Os materiais recolhidos no decorrer dos trabalhos de arqueologia foram tratados de acordo com a legislação em vigor.

### 3.2 ACOMPANHAMENTO ARQUEOLÓGICO

O trabalho de acompanhamento arqueológico de obras pressupõe a observação de movimentações no subsolo (i.e. levantamento de pavimentos, desmonte de paredes, revolvimento de terras, desaterros ou outras acções que possam ter afectação directa do subsolo ou de elementos edificados) realizadas por via mecânica ou manual, de forma sistemática e permanente.

A metodologia utilizada seguirá os princípios de registo propostos por A. Carandini (1997), P. Barker (1977) e E. Harris (1979), ou seja, a correcta delimitação das diferentes interfaces identificadas, correspondentes a outras tantas realidades, permitirá a leitura dos ritmos de sobreposição temporal e a elaboração de imagens de estratigrafia vertical e horizontal. Cada unidade é registada sequencialmente segundo a sua ordem de identificação.

**Comentado [mj2]:** Colocar as edições mais recentes

Este trabalho implicou o preenchimento de uma Ficha de Acompanhamento Arqueológico e a Lista de Fichas de Acompanhamento. A ficha inclui o registo de dados relativos à localização espacial da observação, a estratigrafia arqueológica, evidências materiais de carácter arqueológico, registos gráficos e fotográficos, interpretação e, ainda, eventuais medidas de minimização de impacte adoptadas ou propostas.

Para além do registo descritivo constante na ficha, foram registadas imagens fotográficas das evidências materiais de carácter arqueológico detectadas, assim como da progressão dos trabalhos.

No que concerne ao registo gráfico de planos e cortes foram, mediante o interesse patrimonial do objecto de registo, realizados esboços sumários de localização/identificação ou desenhos à escala 1:20 devidamente georeferenciados.

### 3.2.1 Metodologia de gabinete

#### 3.2.1.1 Tratamento de Materiais

Os materiais recolhidos no decorrer dos trabalhos de arqueologia foram tratados de acordo com a legislação em vigor.

### 3.3 ANÁLISE PARIETAL

Os trabalhos arqueológicos foram realizados recorrendo a meios manuais e mecânicos (martelo eléctrico e rectificadora), devidamente dimensionados de modo a preservar todas as realidades com valor patrimonial.

Foram seguidos os pressupostos metodológicos de análise e registo preconizados por A. Carandini (1997), Barker (Barker, 1989) e Harris (Harris, 1991). Globalmente, procedeu-se à remoção dos rebocos recentes, procurando seguir a sequência lógica oposta à da sua construção. A correcta delimitação das diferentes interfaces identificadas correspondentes a outras tantas realidades permitirá a leitura dos ritmos de sobreposição temporal e a elaboração de imagens de estratigrafia vertical.

Cada unidade foi registada sequencialmente segundo a sua ordem de identificação. Este registo foi acompanhado por uma ficha descritiva das Unidades Estratigráficas, onde consta a descrição das suas principais características e inter-relações físicas. A análise estratigráfica conduziu à elaboração de um esquema de sequência (Matriz de Harris), fundamental para a sintetização dos dados.

De forma a imprimir rigor e celeridade à prossecução dos trabalhos de desenho arqueológico, recorreu-se ao registo ortofotográfico.

O registo fotográfico foi realizado em fotografia digital, documentando as diferentes unidades estratigráficas identificadas, bem como as distintas etapas da intervenção.

## 4 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

### 4.1 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Localização administrativa: Lugar; Freguesia; Concelho e País (trabalhos no estrangeiro);  
Localização geográfica: coordenadas; C.M.P., fl., escala, data; Localização em cartografia de obra (acompanhamentos);

Caracterização geomorfológica e inserção paisagística; Caracterização genérica do contexto geológico (CGP, fl. Escala; data; e respectiva notícia explicativa)

### 4.2 ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

## 5 TRABALHOS REALIZADOS

Áreas intervencionadas: identificação, localização e dimensão das áreas intervencionadas;

Descrição geral (narrativa) dos trabalhos efectuados, no caso de escavações sem entrar em pormenores demasiado descritivos de cada UE (que podem ser obtidos na ficha de unidade), privilegiando as relações entre estas e a apresentação da sequência.

Caracterização das arquitecturas; Caracterização dos conjuntos artefactuais;



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente documento refere-se aos trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do empreendimento XXXX.

Síntese global dos resultados obtidos, Integração cronológica e cultural, Integração em problemáticas específicas e Potencialidades e perspectivas futuras (apresentação de medidas de minimização futuras).

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 7.1 BIBLIOGRAFIA

AUTOR, A. (0000), dir./coord. Nome, “título de artigo ou capítulo”, *Título da monografia*, edição, Local, Editora.

*Título da Monografia*, (0000), dir. Nome, vol. XXX, *Título do Volume*, Local, Editora.

BARKER, P. (1989), *Techniques of archaeological excavation*, 2 ed. [1ª Ed. 1977], London, Batsford Book.

HARRIS, E. C (1991), *Principios de Estratigrafia Arqueológica*, [1ª Ed. 1979], Barcelona, Editorial Critica.

CARANDINI, A. (1997), *Historias en la tierra. Manual de excavación arqueológica*, [1ª Ed. 1981], Barcelona, Editorial Critica.

### 7.2 FONTES

### 7.3 CARTOGRAFIA

Carta Geológica de Portugal, folha XXX, Escala 1/ 50 000, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, Serviços Geológicos.

Carta Militar de Portugal, folha XXX, Escala 1/25 000, Serviço Cartográfico do Exército.

### 7.4 PÁGINAS DE INTERNET

Igespar, I.P. (Endovélico) – [www.igespar.pt](http://www.igespar.pt)

IHRU (SIPA – Sistema de Inventariação para Património Arquitectónico) – <http://www.monumentos.pt>

## 8 FICHA TÉCNICA

Direcção da Área de Projecto  
Miguel Lago da Silva

Coordenação do projecto  
XXXXXXX

Responsável Executivo  
XXXXXXXXX

Equipa Técnica

Responsável Desenho

Responsável Topografia

---

(Nome do responsável executivo)

## ANEXO 1 – REGISTO GRÁFICO

## ANEXO 2 – FICHAS DE REGISTO

### Suporte digital

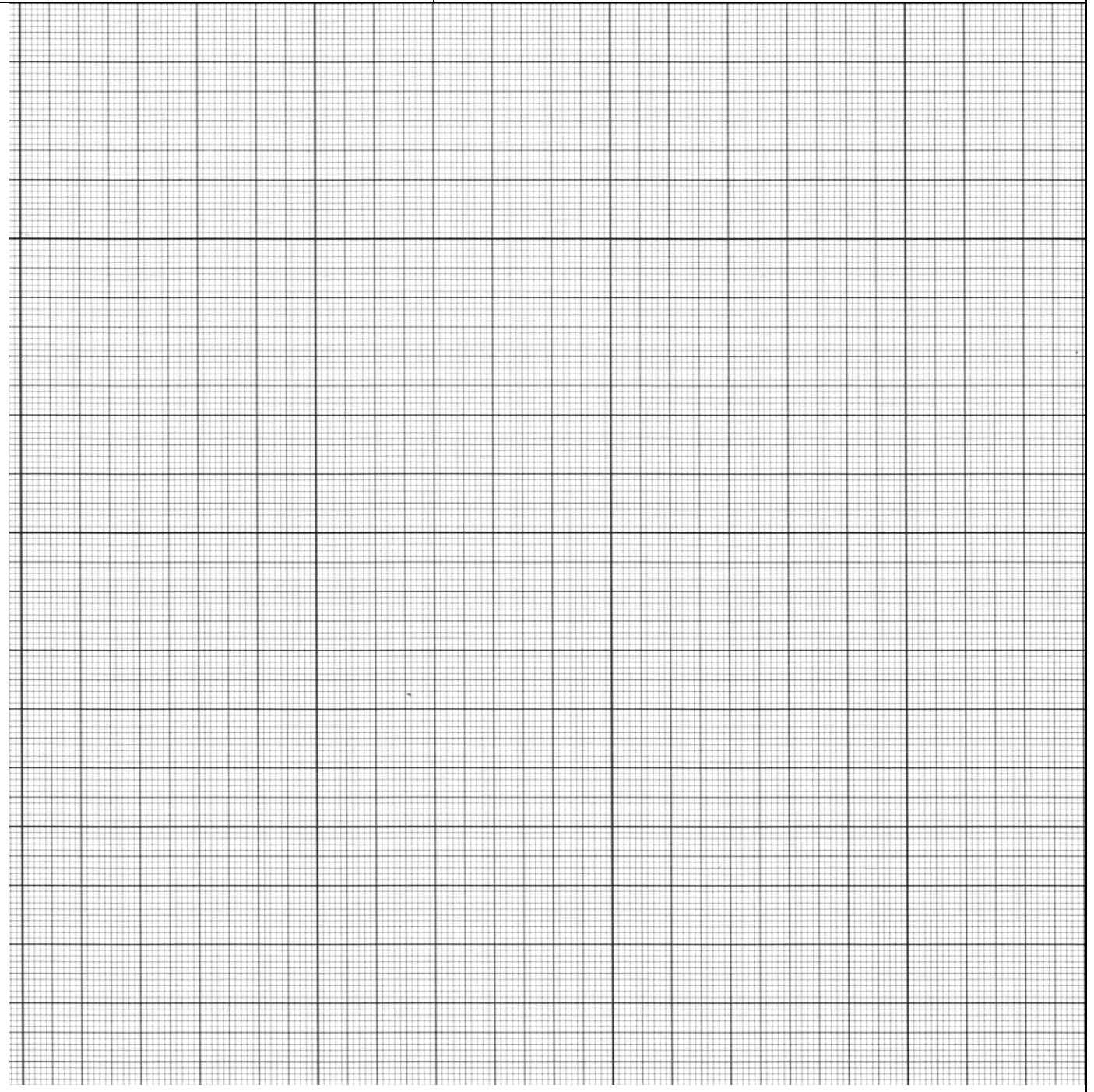
## ANEXO 3 – REGISTO FOTOGRÁFICO

Figura II.1 – ficha de acompanhamento arqueológico

103

**Matriz:**

**Observações:**





<b>Esboço de corte ou alçado:</b>					<b>Esboço de plano:</b>				
-----------------------------------	--	--	--	--	-------------------------	--	--	--	--

Materiais Arqueológicos	mt. pequenos (<0,6cm)	pequenos (0,6/2cm)	Médios (2/6cm)	Grandes (6/12cm)	Mt. grandes (>12cm)	Em que unidades estratigráficas?	Achados nº
Cerâmica							
Telha/tegula							
Tijolo							
Ladrilho							
Azulejo							
Grês							
Vidro							
Moedas							
Ferro							
Cobre							
Escória							
Nódulos de argamassa							
Estuque							
Cadinhos							
Osso							
Moluscos							
Sementes							
Carvão							
Outros:							
Nenhum		<b>O</b> = ocasional <b>M</b> = moderada <b>F</b> = frequente <b>MF</b> = muito frequente					

**Observações sobre os materiais:**

Interpretação / Comentários:		Outros esboços:
Medidas tomadas depois da observação. Quais? Qual a justificação para essas medidas?		
Sessão nº 2	Hora:	Data:
Observações:		
Sessão nº 3	Hora:	Data:
Observações:		
Sessão nº 4	Hora:	Data:
Observações:		
Sessão nº 5	Hora:	Data:

<b>Observações:</b>		
<b>Sessão nº 6</b>	<b>Hora:</b>	<b>Data:</b>
<b>Observações:</b>		
<b>Preenchido por:</b>		

[illegible]

**ERA**  
SAPIENS SAPIENS

### Lista de Unidades Estratigráficas

[illegible]

## Anexo II.4 – Fichas de unidades estratigráficas



Sítio	Projecto	Fase	UE
Sondagem	Ambiente	Quadrados	Nível Artificial
Tipo	Natureza	Estrutura	(Fossa, Sepultura, etc.)

**Guia de Preenchimento da Descrição**

**Tipo de Contexto**  
Depósito; Estrutura Negativa; Estrutura Positiva; etc.

**Natureza do contexto**  
Antrópica; Natural; Desconhecida

**Depósito**  
Compactação; Homogeneidade; Cor; Composição (argiloso, humoso, silteoso, arenoso, cascalho, areão, etc.)

**Estrutura Negativa**  
Forma em Plano (linear, irregular, rectangular, circular, oval, etc.); Planta da base; Paredes (rectas, côncavas, convexas, irregulares); Secção Transversal; Secção Longitudinal

**Estrutura Positiva**  
Materiais de construção (MC) e sua dimensão generérica; Distribuição dos MC na estrutura (só na base, só no miolo, homogênea, etc.); Disposição dos MC na estrutura (perpendiculares, na diagonal, paralelos, etc.); Acabamentos dos elementos pétreos (Sem acabamento, afeiçãoados, aparelhados); Tipo de estrutura (parede, alicerces, muro, etc.); Descrição dos paramentos; Descrição do ligante (como depósito); Elementos reutilizados (ex. restos de elementos arquitectónicos, etc.)

<b>Descrição</b>	
Dimensões (Comp. - Larg. - Altura/Espessura)	
Orientação	
Estado de Conservação	
Bioturpação	
Edofauna	
<b>Componente geológica</b>	
<b>Componente organica</b>	
<b>Componente artetactual</b>	
<b>Crítérios de diferenciação</b>	
Compactação	Gravagem
Cor	Malha
Estruturação	Nº Amostra de UE
Outro	Nº Amostras de componentes
	Peso

<b>Relações Estratigráficas</b>	
Cobre	
Corta	
Enche	
Integra	
Equivale	
Coberta por	
Cortada por	
Cheia por	
Integrada em	
Encostada a	
Encostado por	

<b>Interpretação</b>
<b>Observações</b>

Data e Ass. \_\_\_\_\_ Planos \_\_\_\_\_ Cortes \_\_\_\_\_ Alçados \_\_\_\_\_

## Anexo II.5 – Ficha de material, por saco

		U.E	Nº
ARQUEOLOGIA <small>INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA E EPIGRAFIA</small> <small>UNIVERSIDADE DE LISBOA</small>		DATA	
SÍTIO			
DESCRIÇÃO <div style="text-align: center; font-size: 2em; font-weight: bold;">EXEMPLO</div>			
OBSERVAÇÕES			
SECTOR	AMBIENTE	ESTRUTURA	
X			
Y	QUADRADO		
Z			

## Anexo II.6 – Lista de contentores

[illegible]

**ERA**  
SAPIENS SAPIENS

## Ficha para Trabalhos Topográficos

**Tipo de Trabalho e observações:**

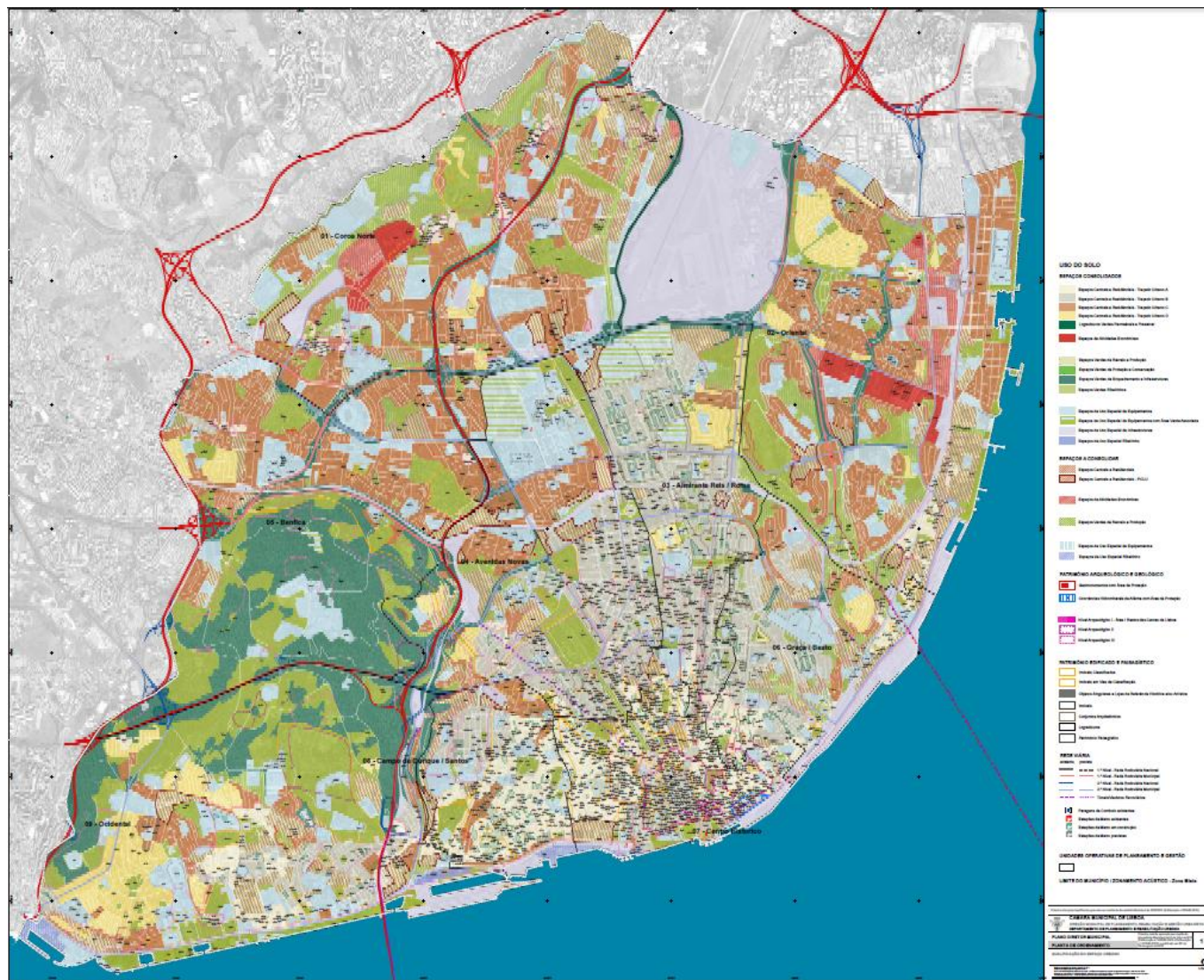
--	--

Dados descritivos  
(ex.: UE's, Estrutura, pontos, etc.)

[illegible][illegible]

Fichas associadas:







## Anexo IV - Mapas



Mapa 1- Localização dos sítios intervencionados em Lisboa, in: *Google Earth*





Mapa 2- Localização do sítio intervencionado em Beja, in: *Google Earth*





Mapa 3- Localização do sítio intervencionado em Almeirim, in: *Google Earth*



Anexo V – Figuras das Intervenções e trabalho realizado



Fig.1 – Caneiro contemporâneo, Edifício Focus LX. In: *Edifício AM48 – Edifício Augusto Aguiar* (2014). Relatório final de acompanhamento arqueológico, Coord. Projecto Inês Mendes da Silva.



Fig.2 – Lajeado pombalino, Unidade Hoteleira AlmaLusa. In: *Unidade Hoteleira AlmaLusa* (2015). Parecer de Trabalhos Arqueológico. Coord. Projecto: Alexandre Sarrazola



Fig.3 – Interior da Capela do Divino Espírito Santo, Almeirim, In: *Antigo Edifício das Escolas Velhas (Capela do Divino Espírito Santo), Almeirim (2015)*. Relatório final de escavação arqueológica. Diretor(s) de escavação: Marta L. Macedo; Marina Lourenço.



Fig.4 – Sepultura 4 identificada no interior da Capela do Divino Espírito Santo, Almeirim, In: *Antigo Edifício das Escolas Velhas (Capela do Divino Espírito Santo), Almeirim (2015)*. Relatório final de escavação arqueológica. Diretor(s) de escavação: Marta L. Macedo; Marina Lourenço.





Fig.5 – Vista geral do paredão identificado na escavação do Campo das Cebolas, In: *Obras de requalificação e implantação do Parque de Estacionamento a construir no Campo das Cebolas* (2014). Relatório final de sondagens de diagnóstico. Diretor(s) de escavação: Alexandre Sarrazola; Inês Simão; Marina Paiva Pinto; Teresa Alves de Freitas.



Fig.6 – Vista geral da escavação Terras Frias 3, Beja, In: *Sistema Interceptor de Beja (Terras Frias 3)* (2015). Nota técnica de escavação arqueológica. Diretor(s) de escavação: Marco A. Dias Fernandes; Filipe Oliveira.





Fig.7 – Aspecto do decorrer das obras, Campo das Cebola. Autoria de Miguel Lago



Fig.8 – Aspecto do decorrer das obras, Capela do Divino Espirito Santo, Almeirim. Autoria de Miguel Lago





Fig.9 – Decorrer dos trabalhos no Laboratorio, sede da Era-Arqueologia S.A.. Autoria de Mafalda Capela.

Anexo VI – Entrevista com Miguel Lago, Arqueólogo Sócio fundador e actual Administrador Delegado da Era-Arqueologia S.A.

**Entrevistador:**

Quando é que a empresa foi criada? Em que contexto?

**Arq. M. Lago:**

Em maio de 1997 foi feita a escritora, mas começamos a trabalhar em março ou abril de 1997. O primeiro trabalho foi os perdigões, projecto que eu ganhei num concurso publico, no inicio de 1997, foram convidadas pessoas e instituições, tendo sido convidado como pessoa individual que trabalhava a recibos verdes e fui contactado pelo Esporão, para apresentar uma proposta por ser a única pessoa na altura que até tinha experiência específica em recintos de fossos. Foram convidadas algumas empresa, uma empresa universitária do Porto, a Uniarq, a Arqueohoje penso que já existia, e mais um ou outro convite em contextos universitários.

Quem ganhou o concurso fui eu, entretanto em conjunto com uns amigos, o Pedro Braga e o Henrique Pestana, que não tinha nada que ver com arqueologia mas Era meu amigo já há muito tempo, e já tínhamos tido uma série conversas sobre a possibilidade de criar uma empresa de arqueologia, assim os perdigões serviu como rastilho. Pareceu-me um projecto interessante, com uma certa envergadura, para a época Era um grande projecto e nós decidimos apostar, portanto a proposta já estava montada por mim, com o Henrique e o Pedro no sentido de conseguirmos um primeiro projecto, para depois passar o projecto para a empresa. Pedimos a autorização ao Esporão, pois quem tinha ganho Era eu, portanto pedimos que este fosse facturado como Era e eles percebEram.

Entretanto na altura em 1997, existia uma dinâmica bastante grande, porque estava a ser desenvolvido um projecto pelo IPPC ou IPPAR (na altura) que Era sobre uma série de circuitos arqueológicos no sul de Portugal com a valorização de uma série de sítios, Santa Maria da Vitória em Campo Maior, Milreu no Algarve, Vila Romana de São Cucufate, Pisões, Miróbriga, existia uma série de sítios que estavam a ser alvo de grandes projectos, alguns de valorização com criação de centros interpretativos, trabalhos de restauro, sinalética, musealização. E esse projecto teve uma lógica de contratação que foi mista de contratar a recibos verdes, mas também com o aparecimento nessa altura das empresas de arqueologia, começou a ser para o próprio IPPAR vantajoso contratar empresas.

Assim o segundo projecto foi Santa Vitória do Ameixial, uma vila romana bastante grande, foi escavada na zona de Estremoz. Lentamente esses projectos foram importantes

porque criaram uma estabilidade relativamente grande há Era logo no início, projectos longos foram normalmente pagos. Tivemos a possibilidade logo de investir na compra de uma estação total, comprámos as primeiras pick-up's, arranjam logo um escritório e lentamente fomos tendo uma estrutura fixa, e as equipas também foram relativamente fixas logo de início.

Eu tinha um projecto de investigação que tinha uma série de pessoas que trabalhavam connosco, algumas ainda estão na Era, por exemplo a Sandra Brazuna, já trabalhava com ela desde 1991, bem como a Marina, e criou-se assim logo um núcleo duro de operacionais.

O Alqueva apareceu no ano seguinte com a EDIA, concorremos aos seus 10 blocos e ficamos com 3, toda essa dinâmica inicial se foi consolidando com projectos de longa duração.

**Entrevistador:**

Concretamente quais foram as pessoas que começaram a Era? Os sócios?

**Arq. M. Lago:**

Tanto quanto me lembro quem teve a ideia fui eu, já trabalha em arqueologia a recibos verdes, e tinha outras coisas paralelas há arqueologia, mas houve uma altura em que começou a existir mudanças na arqueologia como o caso de Foz Coa, apareceu o IPA com a comissão instaladora e a arqueologia de repente, em função disto de outras alterações de legislação, começou a ficar mais ou menos claro que poderia surgir finalmente uma arqueologia profissional. Pareceu-me a mim que o facto de criar uma empresa poderia ser uma melhor forma de trabalhar, em vez de existir a lógica da contratação de pessoas individuais por parte da tutela, que Era a forma que eu trabalha para o IPPAR/IPA, semelhante aos recibos verdes de agora mas de forma muito mais esporádica. Existia uma grande precariedade, os trabalhos não eram mal pagos eram até bem pagos, mas percebeu-se que a arqueologia começava a ser muito mais regular, muito mais exigente em termos de ordenamento do território e portanto a actividade arqueológica começou a existir em maior quantidade, e por isso seriam necessárias estruturas operacionais que não fossem apenas estruturas individuais.

Quando aparece o projecto dos perdigões atuou como um rastilho. Falei com o Henrique Pestanha e o Pedro Braga para a área de conservação e restauro, estava a tirar esse curso mas já tinha outro de topografia, eu já tinha trabalhado com ele em escavações como voluntário, por isso o convidei para topografia e conservação e restauro. Falei também com o Henrique Pestana, que funcionou no centro de arqueologia e património onde começou. Já trabalhava na área de gestão, Era engenheiro, tinha familiarmente umas empresas relativamente pequenas mas que já lhe dava uma experiência em gestão, e por tanto a ideia foi pegar numa

pessoa com essa capacidade, de pegar em técnicos de arqueologia e topografia e restauro. Entretanto também falámos com o João Albergaria, que também trabalhava comigo num projecto de investigação e na altura fazia sentido. Uns anos depois o João Albergaria saiu e ficou aquele núcleo mais duro digamos, mas eu acho que teve muita importância para a Era esta perspectiva mais abrangente de ter técnicos não só de arqueologia, mas também acho que foi muito importante existir alguém com experiência de negócios e de gestão, e acho que isso marcou muita diferença em relação às outras empresas.

**Entrevistador:**

Quais foram os objectivos para além dos Perdigões? Quais Eram os objectivos ao começar a empresa?

**Arq. M. Lago:**

O objectivo Era a prestação de serviços, nas várias áreas do património, criar uma estrutura que tivesse capacidade de resposta, desde de estudo de impactos escavações arqueológicas rurais e urbanas, trabalhos de manutenção de sítios arqueológicos, conservação e restauro, levantamento topográfico na área do património, levantamentos de edifícios de sítios arqueológicos, na área de restauro. Existia na altura, mais do que hoje, uma série de necessidades por causa dos tais projectos na área da valorização de sítios, restaurar estruturas de várias épocas, desde pedra, tijolo, monumentos megalíticos, mosaicos romanos.

O trabalho de fim de estágio que o Pedro fez na escola de conservação e restauro Era sobre precisamente as estruturas arqueológicas, pavimentos em mosaicos, a formação dele logo desde início Era muito focada para as estruturas arqueológicas, por tanto a ideia Era oferecer logo um quadro muito completo, de capacidade operacional.

**Entrevistador:**

Na altura conseguiram dar resposta a essas exigências?

**Arq. M. Lago:**

Conseguimos. Para já nós já trabalhávamos com algumas pessoas com bastante experiência, a virtude da Era foi desde de início assentar logo um conjunto de recursos humanos, bastante experientes, apesar destas pessoas serem novas com a maioria entre 25 a 27 no máximo, mas já com alguma experiência e portanto foi possível dar resposta imediata a

vários projectos ao mesmo tempo, e isso foi muito importante. Foi essa ideia de não trabalharmos de forma algo restrita familiar, fazendo um projecto atrás de outro, mas sim a ideia de termos a obrigação de dar resposta à sociedade, ter a capacidade de montar várias equipas ao mesmo tempo, para diferentes tipos de problemas e independente das regiões. Isso começou logo a ser feito, sobretudo em Lisboa e no Alentejo, mas depois crescemos em todos os sítios onde houvesse trabalho, a vocação da Era foi sempre muito essa, de não recusar trabalho, de procurar aceitar todo o tipo de projectos que aparecem de pequenos médios ou grandes clientes, independente da zona. A nossa perspectiva é de alguma forma assumir que à alguma coisa de serviço pública, todas as pessoas quando têm necessidade de serviços na nossa área têm direito a dirigir-se a uma entidade que achamos nos é competente, seria, rigorosa, eficaz, e por tanto temos que nós próprios construir uma estrutura capaz de dar resposta, e isso é o que temos feito desde o princípio.

**Entrevistador:**

Acha que a evolução da empresa é crescente? Que balanço faz até ao momento?

**Arq. M. Lago:**

Eu acho que sim. Já são 18 anos, já chegamos onde chegamos, muitas mudanças na arqueologia e na sociedade portuguesa, e na Era, acho que tivemos a capacidade de passar por mutos ciclos diferentes. A Era quando apareceu tinha muito pouca concorrência, situação que podia ter sido má porque sendo dos primeiros e tendo alguma facilidade em adquirir trabalhos (alguns quase que nos foram oferecidos), mas ao mesmo tempo se calhar havia menos transparência na forma de como estes Eram entregues, por tanto nos primeiros anos houve alguma facilidade em montar uma estrutura.

Alguns anos depois em 1999 ou 2000 começaram a aparecer mais empresas, vai se ampliando esta noção de património e a Era teve de passar a ser uma empresa muito comercial, procurando dar resposta a muitas propostas e solicitações, e durante um período não foi muito fácil adaptar a essa lógica de dar resposta, não a pessoas que conhecíamos ou a instituições do património que nos consultavam, mas sim a construtores civis que pediam de forma muito pragmática o serviço. Foi necessário uma grande capacidade de análise dos projetos e perceber a lógica dos clientes, do que eles queriam de facto, e hoje temos uma facilidade de relacionamento com os mais diversos contextos institucionais laborais, tipos de clientes que variam muitíssimo e nos temos uma grande capacidade de nos darmos, dialogar perceber o que eles querem, encontrar soluções e apresentar propostas variadas para a mesma questão.

Isso demorou algum tempo a conseguir-se. Tivemos de nos adaptar às diversas mudanças de tutelas, de ciclos económicos, mudanças na própria Era. Tentamos desde início ser bastante profissionais, mas tínhamos um ambiente muito familiar, fazíamos noitadas, quase não havia horários, Era uma coisa relativamente restrita em número de pessoas e depois fomos alargando. A empresa foi começando a faturar cada vez mais complexificando-se, as necessidades de gestão foram aumentando como as necessidades a nível de Equipamento informático. Fomos começando a estabilizar cada vez mais o quadro da Era, regularizar os contractos, mudamos de instalações por duas vezes.

A própria estrutura evoluiu, no início Eramos uma instituição por cotas que passou para uma S.A, precisamente porque a empresa começou a crescer muito, começou-se a complexificar os problemas de gestão da própria empresa, achamos que seria interessante ter não só pessoas como eu que trabalhavam dia-a-dia na empresa e que a geriam, mas ter também pessoas com mais experiência na área dos negócios e que tivessem uma certa distância do dia-a-dia, portanto capacidade mais fria de analisar os problemas, mas também trouxessem uma nova experiência que não fosse tao focada e parcial como a nossa. O facto de termos criado uma S.A com ações, com um conselho administrativo de pessoas que não não trabalhassem na empresa, com experiência na área dos negócios.

Foi muito importante para reforçar uma série de aspetos formais, estratégicos da própria Era, começamos a pensar de outra maneira como empresa, esse foi outro momento. O facto de existir uma pessoa dedicada só a questões financeiras, inicialmente a Júlia Moreira dos Santos, que substituiu o Henrique Pestana, sócio fundador e que tratava da gestão, mas chegou um momento em a Era mostrava-se cada vez mais exigente e deixou de ser possível conciliar com a sua profissão, então Era preciso integrar uma pessoa com essa competência mais financeira de gestão, contratando-se pela primeira vez uma pessoa. A Júlia esteve um ano apenas, fomos depois procurar uma pessoa numa empresa de recursos humanos, fizemos entrevistas e identificamos uma pessoa que gostamos mais, o Luís Nuno. Foi contratado com a função de gerir a área administrativa e financeira da Era. Não faz sentido nenhum não acontecer isso, uma empresa como a Era beneficiou muito por ter pessoas como o Luís Nuno e a Carla Ermida nessa área.

Acho que hoje somos muito mais consistentes, temos muito mais experiência, não tenho duvida nenhuma, diria até que se tivéssemos à 18 anos a experiência que temos agora tínhamos montando logo uma estrutura extraordinária e ganho imenso dinheiro, acho que apesar de tudo a Era tem uma grande virtude, é de facto uma empresa profissional que procura regularmente inovar, procura renovar-se com a integração de pessoas novas. Há uma coisa que nunca quisemos deixar de fazer que é fazer as coisas bem-feitas, ser de alguma forma pessoas intocáveis no ponto de vista ético e profissional, mas também outra questão que temos tentado

sempre e vamos aprofundar cada vez mais, o facto de a empresa não ser apenas um projecto para os sócios, mas ser também um projecto para todas as pessoas que trabalham nela, acho que isso é uma coisa que sempre existiu mas que à medida que fomos ganhando experiência, todas as pessoas têm hoje uma grande responsabilidade. A Era é uma empresa relativamente pequena, mas dentro das empresas pequenas já não é assim tao pequena, portanto se hoje em dia a Era tem perto de 30 pessoas contratadas, tem uma outra empresa a OMNIKNOS, que trabalha a 100%, a quantidade de pessoas que tem vínculo contratual ou permanente, são mais de 20 pessoas com contrato sem termos, em conjunto com as pessoas da OMNIKNOS são cerca de 35 pessoas, já são muitas famílias que estão relacionadas com a Era, portanto há uma responsabilidade muito grande hoje em dia, é preciso ter muito cuidado com as decisões que se toma, um respeito grande por aquilo que são as pessoas e mesmo agora com a crise, discutiu-se muito no início a forma de atuação, então quando dá-se a entrada da Troika, pensou se em várias soluções, em despedir pessoas, baixar salários, tudo o que se possa imaginar foi pensado, e acho que tivemos a capacidade de mobilizar as pessoas, preservar o essencial, assumir que uma das coisas mais importantes Era manter o corpo de colaboradores que é uma coisa absolutamente preciosa, sendo pessoas com muita experiência e as com menos experiência são recentes, mas que foram bem formadas, bem preparadas e em termos operacionais são tão importantes como os outros.

Conseguiu-se manter esse espirito de muita unidade em torno daquilo que é o foco, para além dos clientes são essas pessoas que constituem a Era, eu próprio sinto isso, que é importantíssimo lutar pelo futuro das pessoas que trabalham na Era e se nós lutarmos por esta acção dupla, a capacidade de atuação da empresa e a sua competência em relação aos clientes, e a forma que as pessoas a trabalha na empresa que dão a cara por ela se sintam bem, com todos os problemas que possam existir nomeadamente de remuneração, sintam que apesar de tudo há um projecto em que elas estão integradas, que tenha um rumo e que pode conduzir profissionalmente a qualquer lado.

Acho que honestamente na conjuntura actual que é muito importante esta integração, não existem muitas empresas que consigam, numa situação de crise, ter um contexto profissional como o nosso, acho que no meio de tantos problemas, vícios e ao mesmo conservador, é notável existir uma empresa como a Era.

Na área do património é das muito poucas mais completas, existem empresas que na área do património fazem conservação e restauro, ou que trabalham de forma mais estratégica, basicamente ou trabalham em conservação e restauro ou em arqueologia. A Era na minha opinião é a que melhor consegue fazer a síntese entre as duas, tem um espectro mais alargado, acho que somos a melhor empresa, honestamente, e há mais argumentos nesse sentido, na área de conservação e restauro temos tido a capacidade de evoluir nos últimos anos, no momento que

Era preciso diversificar começamos a apostar nesta área sempre com o mesmo princípio, numa espécie de segunda linha das empresas de conservação e restauro mas queremos evoluir e passar para a primeira linha.

**Entrevistador:**

Houve algum momento mais crítico, nestes 18 anos, para Empresa? Ou foi um crescimento contínuo, mesmo com alguns altos e baixos?

**Arq. M. Lago:**

Depende do ponto de vista da existência da própria empresa, estando a falar de situações de limite, eu acho que se calhar é hoje em dia. É um dos momentos, sobre certos aspectos, mais complicados neste tempo de crise, existiu mais incerteza e foi preciso focarmos ainda mais em termos a certeza do que queremos fazer, todas as decisões têm de ser ponderadas. Na história da Era houve outros momentos onde estávamos mais a vontade para tomar decisões, podíamos falhar algumas vezes que não Era grave, mas o mesmo se passava com o país em geral, podia-se tomar decisões mais complicadas e ariscadas, mas nos últimos anos temos andado muito tempo pelo fio da navalha, esta muito relacionado com questões financeiras, pode haver momentos onde há menos trabalho e as margens de lucro são muito reduzidas, a concorrência há cerca de dois anos apresentava-se fortíssima, muitos clientes não pagavam, os bancos a apertarem com o crédito, portanto houve momentos de grande dificuldade para nós conseguirmos ter a certeza de manter nos meses seguintes.

As empresas não vivem do que produzem no passado, é do que têm garantido no presente que lhes dá durante algum tempo, mas a Era é uma empresa que vive do que está a fazer hoje e dos trabalhos que tem contratados para os próximos meses. Vive essencialmente dos pagamentos, e nos últimos anos tem sido difícil conseguir que estes se concretizem, para dar resposta aos compromissos. A Era em 18 anos nunca falhou pagamentos a ninguém, paga sempre a tempo. Mas os anos que tivemos mais perto, eventualmente, de falhar foram os últimos anos.



**Entrevistador:**

Quais foram os anos que tivEram mais trabalho? Talvez nos primeiros anos?

**Arq. M. Lago:**

Foi uma situação que foi crescendo. Nos primeiros anos a Era cresceu rapidamente, desde 2000 até hoje facturámos mais de um milhão de euros por ano. Há dois anos tivemos o pior ano em termos de facturação desde 2001, este ano, por exemplo, vamos subir bastante e estar num nível bom. O ano em que facturámos mais foi ou 2010 ou 2011, facturámos um milhão e setecentos e cinquenta mil euros este ano vamos ter um resultado razoável, mas uma coisa é facturar outra é o resultado que se tem. Uma empresa pode facturar bastante dinheiro por ter um volume de negócios grande, mas pode ter prejuízo, tal como podem existir empresas que facturem relativamente pouco mas a margem de lucro é superior percentualmente. Isso depois depende da forma como os projectos foram pensados, como foram concretizados, se corre tudo bem ou mal, se os clientes pagam, porque caso não o façam representa imediatamente um prejuízo.

A Era já teve prejuízos de alguma dimensão porque não pagavam, mas contudo tem sido constante dentro de um milhão e meio em média, descemos bastante em 2013 para pouco mais de um milhão, mas este ano [2015] voltámos a um nível razoável, e espero que seja possível ter um resultado positivo porque a Era, nos últimos 9 a 10 anos não teve resultados positivos, segundo as contas houve um ou outro ano que os resultados foram positivos e houve anos com resultados negativos.

Mas é nesta época de maior crise que a Era mais consolidou o seu quadro técnico, acreditamos na capacidade de ter um corpo coeso, uma boa aptidão de atuação com pessoas muito alinhadas, muito empenhadas que acreditam no que estão a fazer, não estando cada um virado para si. Uma equipa constituída por pessoas que trabalham maioritariamente a recibos verdes dificilmente é uma equipa linear, por isso apostamos muito nessa coesão, nas vantagens de dar boas condições às pessoas, quer a nível contratual quer a nível de logística, alojamento e alimentação.

É no momento de maior crise, que a Era mais investe e mais luta contra a precariedade, ajudar as pessoas a evoluir na sua profissão, provavelmente isso tem a ver com o facto de todos passarmos por dificuldades. Acho que é uma empresa que as dificuldades ajudam as pessoas a apoiarem-se entre si, e a própria administração da empresa percebe que é nessa unidade que reside grande parte da força e não na acção de despedir pessoas, de contratar a recibos verdes,

restringir a um núcleo muito pequeno chamando apenas quando necessitam, ou apostar em recém-licenciados. A aposta é completamente diferente e estratégica.

**Entrevistador:**

Como foi a relação com outras empresas e pessoas fora do meio arqueológico no início? Como essa relação tem evoluído?

**Arq. M. Lago:**

Nos primeiros trabalhos que a ERA teve foram os Perdigões. Depois houve uma série de trabalhos bastante importantes, que não eram ainda os trabalhos típicos que há hoje. Eram trabalhos grandes para a Tutela, como Milreu, Santa Vitória do Ameixial, em Pisões, em Santa Vitória, nas antas de Elvas, trabalhamos em “n” sítios, para o Estado, que era quem tutelava a arqueologia e o património.

Por acaso não sei exactamente qual foi o primeiro projecto em que nós entramos mesmo em obra. Depois logo em 98 começou o Alqueva e nós ganhámos alguns blocos, não tendo semelhança com o que é hoje. Os primeiros grandes projectos do Alqueva na Albufeira, eram projectos de investigação, não tinham nada a ver com a pressão de obras nem com uma EDIA extremamente ciosa do cumprimento de determinados prazos e de pressões de obras. A barragem estava a ser construída, numa paisagem em que nós nem nos apercebíamos que estavam a acontecer obras na zona do paredão, portanto os trabalhos iam realizando-se a um ritmo que não tinha nada a ver com esse ambiente.

Nos primeiros anos da Era não houve logo assim um mergulho repentino num contexto de obras, isso foi algo que começou lentamente a acontecer, e que nós tivemos capacidade de nos adaptar. Por causa das questões comerciais, fomos percebendo que estávamos num universo de facto diferente, com outras exigências, e fomos aprendendo a lidar com as equipas dos construtores, com as fiscalizações, com os donos de obra. Tudo aquilo que hoje para nós é absolutamente normal, somos mais um parceiro num contexto de obra, no início não era bem assim e aprendemos à nossa custa, aprendemos com o trabalho que fomos realizando.

São as tais coisas que não existiam na universidade e continuam a não existir, ninguém menciona nem prepara os arqueólogos. O facto de existirem estruturas empresariais como a ERA, já muito rodadas, com muita experiência, com pessoas que fazem (no caso da ERA) coordenação de projectos há muitos anos, isso confere uma retaguarda às pessoas que entram um suporte muito bom, até porque as pessoas quando começam a trabalhar com a ERA, quando

se enquadram nos projectos nunca ficam à solta a lidar com o projecto e com os interlocutores que vierem.

Existem muitas empresas que mais não fazem do que ser uma espécie de intermediários, uma espécie de agências de contratação de pessoas, colocando indivíduos que se desenvençam sozinhos com os problemas do dia-a-dia, não lhes dão suporte praticamente nenhum e portanto estes desenrascam-se, bem ou mal, sujeitos aos mais diversos problemas e pressões. Na Era existe outro tipo de acompanhamento e as pessoas podem evoluir de outra maneira, acho que permite às pessoas evoluir, podem amadurecer e tornarem-se num outro tipo de profissionais, é sempre um trabalho de equipa, não é um trabalho solitário, individual, é um trabalho de equipa.

**Entrevistador:**

Mas nesses primeiros contactos, havia muita resistência por parte de intervenientes de obras? Como é que o arqueólogo Era visto na obra?

**Arq. M. Lago:**

Eu confesso que nunca senti assim muito isso.

**Entrevistador:**

Então é mais ou menos o que acontece hoje em dia?

**Arq. M. Lago:**

Acho que sim, ao contrário do que a maior parte das pessoas dizem, acho que as outras profissões tiveram a capacidade de absorver o relacionamento com os arqueólogos, de uma forma que os arqueólogos não estavam preparados, como eles estavam, para estabelecer novos relacionamentos. O que é perceptível e compreensível, porque no contexto (por exemplo) da construção civil, há vários tipos de profissionais que actuam, a chegada de mais um, para os profissionais desse universo é algo de normal, quer dizer, relacionam-se com “n” equipas desde a segurança à higiene, às fiscalizações, às certificações, aos donos de obra, aos empreiteiros, aos subempreiteiros, entidades licenciadoras, há “n” entidades que se envolvem nesses processos. Portanto o facto de aparecerem arqueólogos, acho que para eles teve muito menos impacto, do que para os arqueólogos a entrada num universo que desconheciam totalmente.

Portanto eu nunca senti honestamente grande problema da parte de quem nos estava a contratar, das entidades e pessoas com quem nos relacionávamos qualquer espécie de problema. Penso ser uma questão de se apresentar mais ou menos profissional, de ter maior ou menor capacidade de argumentação, de explicação, de justificação, seriedade, profissionalismo e de evolução. Começa-se a perceber que de facto existem interlocutores diferentes, é necessário utilizar uma linguagem diferente, com conceitos diferentes e dominar os que as outras pessoas utilizam, não digo que tenha sido um processo 100% fácil mas eu não acho que tenha sido uma coisa muito complicada honestamente.

**Entrevistador:**

Muitas pessoas, principalmente em contexto de obra, não percebem o papel do arqueólogo, não percebem porque é importantes estarem presentes, mesmo em acompanhamentos.

**Arq. M. Lago:**

Por isso mesmo a importância de explicar, justificar e até de formar pessoas. A Era já fez muitas acções de formação para empreiteiros, ou entidades seus clientes. Já não realizamos há algum tempo, mas já fizemos formações grandes e outras mais pequenas, em contexto de obra, ou nas cedas das empresas. Eu acho que isso só faz com que os arqueólogos tenham que entender que têm que justificar o seu trabalho. A título de exemplo, numa reunião onde estive presente, uma pessoa da Câmara Municipal de Lisboa, uma arqueóloga, dizia que não tinha nada que se justificar perante absolutamente ninguém, ou seja, há uma legislação que obriga à existência de trabalhos arqueológicos, ela não tinha que justificar absolutamente nada e eu dizia-lhe, “olha eu pelo contrário acho que nós temos que nos justificar e todos os dias”.

Uma das acções que eu acho que as pessoas da ERA tentam fazer é explicar o porquê dos trabalhos que estão a fazer, prestar contas do trabalho a realizar, não propriamente porque são um parceiro menor, ou porque nos minorizamos mas porque, tal como todos os outros intervenientes, temos que cumprir o nosso papel e temos que dar contas do nosso trabalho. Não é simplesmente ter uma atitude marginal, excluir-nos dos processos, não prestar contas a ninguém porque achamos que temos uma profissão muito superior, distanciado de tudo o resto. Porque isso não é verdade, todos estes processos nomeadamente relacionados com o ordenamento do território, arqueologia urbana, arqueologia rural, grandes obras, obras de reabilitação, nós aparecemos sempre a reboque ou num contexto em que somos mais uma peça, para nós é a peça mais importante mas para os outros intervenientes não é. Portanto todos eles têm que se articular e justificar perante todos os outros.

**Entrevistador:**

Qual foi o primeiro sítio que foi a sede da ERA?

**Arq. M. Lago:**

Foi um escritório muito pequeno, na Rua do Vale Formoso, na Matinha ao pé da Expo, depois mudamos para a Calçada da Picheleira. O primeiro escritório tinha três salinhas muito pequenas e tinha uma micro casa de banho numa varanda, Era um edifício muito antigo que ainda existe por acaso. Depois fomos para a Calçada de Picheleira que Era um *open space*, digamos que Era um grande rectângulo, com um pátio já com uma pequena área de arrumações de materiais, enfim um pequeno estaleiro.

Mas depois também estivemos pouco tempo na Picheleira porque a ERA cresceu muito rapidamente e ficou completamente superpovoado, não tínhamos condições nenhuma. Decidimos tomar aquela grande decisão de comprar o espaço do escritório actual, portanto fizemos um *leasing* e identificamos um sítio. Acabou por surgir aqui uma oportunidade interessante, apesar de ser uma área residencial o que é às vezes um pouco estranho, porque a maioria dos sítios existem em áreas industriais, empresariais, comerciais, mas acabamos por optar por isto.

O espaço não Era nada disto, uma coisa horrível antes das obras, portanto limpamos tudo, contratamos um arquitecto, fizemos várias consultas a arquitectos desconhecidos, uma espécie de pequeno concurso, tomámos a nossa decisão e contratamos um arquitecto e um empreiteiro para fazer as obras. Foi num momento mais áureo, de desafogo que a ERA teve. Isto também tem a ver com o facto da ERA nos momentos de desafogo, em vez de não pensar no futuro, sempre teve essa capacidade de apostar na própria empresa, enriquecer-se do ponto de vista dos equipamentos, comprar estações totais, enriquecer o parque automóvel, comprar as instalações, fazer umas boas obras, uma boa adaptação, comprar a lupa binocular, entre outras apostas.

**Entrevistador:**

Que tipo de suporte informático é utilizado como forma de organização dos projectos?

**Arq. M. Lago:**

Uma dos factores que apostamos desde início, dentro da componente informática, foi na criação de uma base de dados, como por exemplo, a base de dados comercial que a ERA tem,

onde estão todas as propostas integradas, numa série de campos, podemos fazer pesquisas muito aprofundadas.

**Entrevistador:**

Esta a referir-se ao servidor?

**Arq. M. Lago:**

Não, não, são base de dados no Lotus, e temos a informação muito organizada, a nível das propostas e sobretudo a nível administrativo e financeiro e recursos humanos.

Existe a base de dados de propostas, que tem todas as propostas que a ERA fez desde o princípio; aqui observa-se que as primeiras propostas da ERA foram todas adjudicadas, a primeira proposta que foi recusada na ERA foi da EDIA.

Consultando a base de dados observa-se que os primeiros projectos da ERA foram os Perdigões, Santa Vitória do Ameixial, Antas de Elvas, Santa Vitória de Campo Maior, Cabeço do Torrão, que fazia parte do circuito das antas de Elvas e foi o primeiro projecto, além dos Perdigões, não veio especificamente da área do património, tinha a ver com estudos de impacto ambiental numa pequena barragem numa herdade.

Seguiram-se depois vários trabalhos recusados, sendo o primeiro da EDIA, seguindo-se levantamentos das antas em Monforte, trabalhos em Óbitos.

Depois voltamos a ter uma série seguida de adjudicações, como trabalhos para a SIMRIA com grandes acompanhamentos, estudos de impacto, trabalhos das antas de Elvas . . .

**Entrevistador:**

Mas todos são em ambiente rural?

**Arq. M. Lago:**

Aqui ainda não existe nada urbano, é tudo rural.

O primeiro trabalho urbano foi no centro histórico do Seixal em 1999, devido a este trabalho nós contratámos pessoas de arqueologia urbana, nomeadamente a Melissa Ferreira, foi uma pessoa muito importante na ERA. Ela trabalhava com a Marina, a Melissa Era, nessa altura, das pessoas com mais experiência de arqueologia urbana, quer experiência prática, quer em termos metodológicos. Primeiro contratámos para fazer este trabalho, depois foi integrada no quadro da ERA durante vários anos. Hoje é sócia de uma empresa chamada “Terra Levis”

Tivemos logo a percepção de que iria aparecer mais trabalhos de arqueologia urbana, quisemos logo montar uma boa equipa. Nos primeiros anos da ERA as adjudicações foram muito ligadas ao património, nomeadamente do Alqueva e da Tutela. Depois tens alguns estudos de impacto, não há arqueologia urbana, a primeira proposta foi feita mais de dois anos depois da ERA existir.

Logo a seguir existe outro projecto de contexto urbano, a Ermida do Mártir Santo em Vila Franca de Xira, é apenas um estudo de impacto para o metro Rato-Alcântara. A primeira intervenção urbana em Lisboa foi na calçada Bento Rocha Cabral em 1999, no Rato, onde se realizou um diagnóstico devido à possível existência de vestígios do aqueduto numa obra, portanto a primeira escavação em Lisboa foi adjudicada a 10 de Novembro de 1999.

**Entrevistador:**

Assim nos primeiros anos a maioria dos trabalhos Era em área rural?

**Arq. M. Lago:**

Sim, na zona do Alentejo, Algarve. Aqui temos um exemplo da evolução do mundo urbano e do mundo rural n arqueologia.

Seguem-se trabalhos de arqueologia urbana no parque de estacionamento em Évora, em Olhão, Setúbal, o metro do Porto, o primeiro grande trabalho urbano da ERA foi o Parque da Cidade no Porto. Depois foi Porto Capital da Cultura em 2001, a avenida marginal do Parque da Cidade do Porto, a ponte europa em Coimbra.

Mais tarde houve um momento importantíssimo, algures nesta altura, que foi a escavação da Praça de Camões [com a construção do parque de estacionamento subterrâneo em 1999]. Foi a última escavação que a câmara de Lisboa fez e onde nós já apresentámos uma proposta que foi recusada.

A câmara de Lisboa ainda fez mais alguns trabalhos, inclusive o professor Rodrigo Banha da Silva, sobretudo na zona de Alfama, mas a partir desta altura a estrutura da câmara começou a largar a arqueologia urbana, começou a haver de facto mercado em Lisboa e começamos a ter uma série de projectos, na Graça, em Carnide, na Rua Augusta, no Pátio do Bairro Alto, o primeiro grande empreendimento que a Era realizou em Lisboa no final de 2000, três anos depois da criação da Era.

O início do projecto com a GDL representou outro marco, foi a primeira vez que se começou a fazer sistematicamente acompanhamento de infraestruturas, revelando-se um

trabalho bastante grande, com a “Gás de Lisboa”; eles contrataram a ERA e assim começámos a acompanhar este tipo de trabalhos. Foi a primeira obra, com data de adjudicação 18 do Janeiro de 2001.

Muito tempo depois voltamos a ter se um trabalho em Lisboa, a rua do Sol em Santa Catarina adjudicado nos finais de 2003. Foi um trabalho relativamente pequeno, uma escavação de arqueologia urbana. Ou seja, até 2003 tens muito raramente projectos em Lisboa.

Não houve dúvida nenhuma que nos últimos 4 a 5 anos houve um grande crescimento na cidade. Outro grande momento terá sido a EPAL, quando contratou a ERA durante muitos anos, para fazer os acompanhamentos, o primeiro em 2002, portanto existem trabalhos para a EPAL desde 2002 até 2012, durante 10 anos eles foram renovando o contrato.

#### **Entrevistador:**

Mudando um pouco de assunto, como é a relação da ERA com a OMNIKNOS?

#### **Arq. M. Lago:**

A OMNIKNOS apareceu na sequência de vários alunos da Universidade do Minho, da licenciatura de arqueologia, que num determinado momento pensaram em criar uma empresa de arqueologia. Na altura a ERA realizava pequenos estágios, duravam 15 dias que passavam no escritório, de uma forma intensa e teórica, a tratar de uma série de assuntos da empresa, depois faziam trabalho de campo durante uma semana.

O objectivo inicial Era de tentar identificar pessoas interessantes para serem contratadas posteriormente. Houve dois indivíduos que foram seleccionados e realizaram o estágio, passados uns tempos [após o fim do estágio], fomos contactados por eles, para saber da nossa disponibilidade de contratar uma empresa de arqueologia, recém-criada, em vez de contratar pessoas a recibos verdes. Nós dissemos que não nos parecia que fizesse muito sentido, porque ser uma empresa como nós, no entanto, após várias conversas surgiu a ideia da própria ERA, tomar conta ou participar na gestão da ONMIKNOS durante uma temporada.

A OMNIKNOS naquele tempo praticamente não existia, Era uma empresa que não tinha “descolado”, as pessoas tinham arranjado um pequeno escritório, e estavam à espEra que aparecesse trabalho. Este não aparecia e, quando eles foram ter connosco, já existiam vários meses de ordenado em atraso. Só não estava falida ainda porque não pagava ordenados às pessoas e iam acumulando uma dívida, portanto num primeiro momento, propusemos formalizar um contrato, começar a colaborar ao nível da gestão da empresa.



Mais tarde houve a opção, um ano depois acho, conforme decorresse o estado da OMNIKNOS, de a ERA entrar na empresa. A ideia inicial da OMNIKNOS Era muito apostar numa estrutura dedicada sobretudo ao norte do país, que fosse da ERA e de outros sócios que trabalhassem lá, como aconteceu no início.

Depois a evolução da OMNIKNOS veio a revelar que de facto já não cumpriam esse objectivo. Foi surgindo um outro quando apareciam as grandes obras, nomeadamente as grandes autoestradas e as grandes concessões, numa época onde haviam duas grandes empresas que ficavam com grande parte desses trabalhos, a ARQUEOCELIS e a OZECARUS, com práticas muito esquisitas, que efectuavam preços absolutamente miseráveis, ficavam com trabalhos importantíssimos, mas a arqueologia que Era praticada Era péssima em áreas importantíssimas, como autoestradas que atravessavam áreas enormes. A OMNIKNOS acabou por ser adaptada para uma empresa de baixo custo, com pessoas que se esforçavam imenso, com condições não tão boas como a Era tinha.

Criou-se uma espécie de brigada altamente esforçada, uma espécie de “tropa de elite”, não tanto ao nível da capacidade técnica, mas ao nível da capacidade de resistência a condições muito adversas. De facto a OMNIKNOS conseguiu concorrer com essas empresas, vingou nesses grandes projectos fazendo em articulação com a Era e, tendencialmente, criou-se uma espécie de empresa *low cost*. Os trabalhos Eram bem realizados, e acompanhados cientificamente pela Era, tendo alguns dos melhores si dirigidos por pessoas desta, ou seja havia uma intensa ligação, como por exemplo a uniam de alguns projectos mais importantes, com a participação de arqueólogos mais experientes da Era. A OMNIKNOS cresceu muito, começou a facturar bastante e conseguiu concorrer com essas empresas, houve até um ano em que a OMNIKNOS contribuiu mais que a Era. Mas depois foi uma empresa que sofreu mais com a crise.

A Era sempre deu uma grande margem para que a OMNIKNOS criasse a sua identidade, mas de facto, sem esconder que a OMNIKNOS Era uma empresa que nós participávamos e controlávamos, tínhamos 75% mas deixámos sempre muita liberdade às duas pessoas que, em termos operacionais, estavam à frente da empresa. Apesar de acompanharmos o dia-a-dia da empresa, havia muitas decisões, muitas questões, nomeadamente técnicas e comerciais, muito concretizadas por eles. Com a evolução dos últimos anos, houve algumas divergências de opinião relativamente ao que se pretendia para o futuro da OMNIKNOS, e devido a essas perspectivas diferentes acabámos por propor ou que a empresa acabasse, porque existia entre os sócios caminhos muito diversos, ou que os dois sócios que geriam a empresa saíssem, e a Era ficava com 100% desta. Portanto optou-se pela ultima sugestão em nós comprávamos o restante capital da empresa.

Facto a OMNIKNOS criou uma entidade, tem currículo, penso que talvez hoje não tenha uma diferença tão grande em relação à Era desde que esta tomou conta a 100. Realizaram-se algumas mudanças, acho que as relações laborais melhoraram muitíssimo, e tornaram-se muito mais próximos da Era, mas penso que a OMNIKNOS vai continuar a ter uma entidade muito própria, porque existe uma certa forma de estar diferente, portanto a grande mudança que estamos a tentar incutir, é tendencialmente que esta se tornasse na empresa do norte, com pessoas do norte, instalada no Porto, é uma relação de proximidade que a Era também precisa.

**Entrevistador:**

Quando começou o Centro de Investigação e como Funciona?

**Arq. M. Lago:**

Desde o princípio, que pensámos que era essencial a componente de investigação por várias razões:

Primeiro porque as pessoas que estavam na Era, nomeadamente eu, anteriormente faziam uma arqueologia de investigação, e a arqueologia em Portugal era uma arqueologia de investigação mesmo que numa escala muito mais pequena, e depois como a Era nasceu num contexto de arqueologia muito universitária. Nós sempre achámos que tínhamos mostrando que éramos igualmente competentes em termos de investigação, de consistência técnica, científica, ética, não tínhamos que ficar atrás de ninguém mas sim demonstrar que não era por ser em contexto empresarial, que essas várias facetas não deviam ser tidas em consideração, e enquadradas no contexto da prestação de serviços, sempre achámos que era importante, não só enquadrar os projectos possíveis na investigação.

Os Perdigões, por ser um sítio extraordinário e muito importante, enquadrou-se nas linhas de investigação que nós estávamos a desenvolver, e depois mais tarde foram integradas pessoas, nomeadamente o António Valera, a Cidália Duarte, o Francisco Almeida, o António Fossa de Carvalho, entre outros, pessoas nitidamente com experiência, absolutamente orientadas para investigação, que integraram logo a equipa.

Com o crescimento da empresa, surge a necessidade de dar uma outra consistência aos projectos, como caso do Alqueva onde também se desenvolveu investigação, há um momento em que achamos que existem tantas potencialidades, tantos projectos, que era necessário formar pessoas de outra maneira, dar outro enquadramento.

Decide-se criar uma área dedicada à investigação, em 2005 [após várias alterações estruturais dentro do funcionamento da ERA], e é nesse sentido que se cria o NIA, convidando-

se o António Valera a dirigi-lo, ficando com a incumbência de o desenvolver uma área de investigação da ERA, e tem assim continuado estes anos.

Mas é complicado ter uma área de investigação numa empresa como a Era. Não é o mesmo que ter uma área de investigação numa farmacêutica, de engenharia ou telecomunicações, em que se desenvolvem produtos e equipamentos, fazem-se patentes, enfim trabalhos de contexto industrial, é uma investigação aplicada que depois permite o desenvolvimento de um negócio. Numa empresa de património é diferente, pretende-se sobretudo dar maior profundidade aos trabalhos, dar outro enquadramento e enquadrar em projectos de investigação mais latos.

É uma área eu acredito que possa vir a propiciar novos negócios, porque a investigação pode criar novos conteúdos, pode gerar conhecimento para se associar mais tarde a projectos de valorização, de ligação ao público, ou museológicos, e permite fazer estratégias de rentabilização cultural, portanto é uma área de muito longo alcance e de longo prazo, que neste momento é uma área mecenática da Era, que implica um esforço relativamente grande. Neste sentido existe a lógica de procurar financiamento para estes projectos de investigação, ou seja, contactar instituições e programas de financiamento para os alimentar.

**Entrevistador:**

Os projectos são sempre da área de pré-história? Já que verifica-se um grande investimento do NIA nesta área?

**Arq. M. Lago:**

A Pré-História é um marco muito importante, mas temos outros projectos, estamos agora a trabalhar no projecto da Lisboa Ribeirinha, em parceria com o CHAM e a Câmara de Lisboa. Também houve o projecto de investigação referente à casa do Governador da Torre de Belém, com coligação ao professor Carlos Fabião da Faculdade de Letras, para o qual foi feita uma candidatura à FCT.

Tivemos já vários projectos, por exemplo com a Universidade de Coimbra sobre arqueologia biológica, outro estava relacionado com as questões sobre a rentabilização do património das comunidades locais, feito com o ISCTE. Portanto tem existido inúmeros projectos financiados pela FCT ou com financiamentos internacionais, que não são todos de pré-história.

**Entrevistador:**

Relativamente à divulgação de resultado, como é efectuada?

**Arq. M. Lago:**

A Era teve uma revista durante muito tempo, mas neste momento já não existe, porque era muito caro o que levou a abdicarmos. Depois criámos outra revista, a “Apontamentos”, metade pela ERA e metade pelo NIA, com vocação diferente da revista anterior com volumes temáticos, a actual é constituída por artigos sem qualquer tipo de interligação no tempo, publicando-se tudo aquilo que tenha qualidade e em várias línguas.

A revista tem recebido muitos elogios, com muita gente importante a publicar e talvez, seja possível mais tarde, torná-la numa revista diferente, com arbitragem, atribuição de pontos, porque hoje em dia não faz muito sentido uma revista que seja simplesmente publicada, em termos curriculares não beneficia, o que implica uma espécie de credenciação e requisitos.

Esta questão está a ser vista, lentamente, com o António Valera, e enquadra-se na estratégia de comunicação da ERA, sensibilização e credibilização no meio científico. Temos depois outras estratégias a ser implementadas, como o site, a divulgação pelo facebook, todas estas actividades que têm objectivos duplos de credibilização e visibilizarão da ERA, mais de vocação patrimonial e de arqueologia pública, mas que são, no fundo, tentativa de ir para uma nova área de negócio muito embrionária, que ainda não sabemos sequer se é possível.

**Entrevistador:**

Assim chegamos ao fim da nossa entrevista, muito obrigada pelo tempo disponibilizado e informação facultadas.